



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL E AVALIAÇÃO DE
PROGRAMAS SOCIAIS - NEDRAPs**

**AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROGRAMA NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NA
QUALIDADE DE VIDA DE JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES
PARAIBANOS**

CHARLENE NAYANA NUNES ALVES GOUVEIA

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Batista de Albuquerque

**JOÃO PESSOA-PB
MARÇO/2010**

CHARLENE NAYANA NUNES ALVES GOUVEIA

**AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROGRAMA NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NA
QUALIDADE DE VIDA DE JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES
PARAIBANOS**

Dissertação apresentada pela aluna
Charlene Nayana Nunes Alves Gouveia
ao Programa de Pós-graduação em
Psicologia Social da Universidade Federal
da Paraíba, como requisito para obtenção
do título de Mestre.

Orientador: Prof^o Dr. Francisco José Batista de Albuquerque

**JOÃO PESSOA-PB
MARÇO/2010**

G719a Gouveia, Charlene Nayana Nunes Alves.

Avaliação do impacto do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) na qualidade de vida de jovens agricultores familiares paraibanos / Charlene Nayana Nunes Alves Gouveia. - - João Pessoa: [s.n.], 2010. 207f.

Orientador: Francisco José Batista de Albuquerque.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1.Psicologia social. 2.Avaliação de programas. 3.Desenvolvimento rural. 4.Credito rural. 5.Juventude – Aspectos sociais.

UFPB/BC

CDU: 316.6(043)

CHARLENE NAYANA NUNES ALVES GOUVEIA

**AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROGRAMA NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NA
QUALIDADE DE VIDA DE JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES
PARAIBANOS**

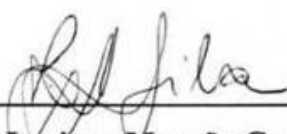
Dissertação aprovada em: 16/03/2010

BANCA EXAMINADORA



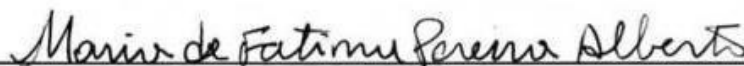
Prof. Dr. Francisco José Batista de Albuquerque (Orientador)

Universidade Federal da Paraíba



Profa. Dra. Luciana Mourão Cerqueira e Silva

Universidade Salgado de Oliveira



Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto

Universidade Federal da Paraíba

**Aos meus pais, Fábio (*in memoriam*) e Marlene,
pelos valores que me ensinaram e pelo amor que sempre me dedicaram.**

HOMENAGEM

Homem forte, lutador, honrado e honesto, com um coração transbordando de generosidade, nunca se deixou acuar pelas dificuldades da vida, e foram tantas... Vindo de uma pequena cidade do interior, aos 13 anos de idade, “pai de família”, chega à cidade grande trazendo a mãe e sete irmãos. Sofreu, lutou, venceu! Exemplo de filho, de marido e, especialmente, de pai, ainda que o elo sanguíneo não se faça presente. Meu grande exemplo de vida! Amor intenso, carinho imenso, proteção desmedida, cuidados muitos, preocupação exagerada, experiência sabia, ensinamentos preciosos, MEU PAI!

E quando as palavras faltam, as canções complementam...

Esses seus cabelos brancos, bonitos, esse olhar cansado, profundo

Me dizendo coisas, num grito, me ensinando tanto do mundo...

E esses passos lentos, de agora, caminhando sempre comigo,

Já correram tanto na vida,

Meu querido, meu velho, meu amigo

Sua vida cheia de histórias e essas rugas marcadas pelo tempo,

Lembranças de antigas vitórias ou lágrimas choradas, ao vento...

Sua voz macia me acalma e me diz muito mais do que eu digo

Me calando fundo na alma

Meu querido, meu velho, meu amigo

Seu passado vive presente nas experiências

Contidas nesse coração, consciente da beleza das coisas da vida.

Seu sorriso franco me anima, seu conselho certo me ensina,

Beijo suas mãos e lhe digo

Meu querido, meu velho, meu amigo

Eu já lhe falei de tudo,

Mas tudo isso é pouco

Diante do que sinto...

Olhando seus cabelos, tão bonitos,

Beijo suas mãos e digo

Meu querido, meu velho, meu amigo

(Roberto Carlos e Erasmo Carlos)

Naquela mesa ele sentava sempre
E me dizia sempre o que é viver melhor
Naquela mesa ele contava histórias
Que hoje na memória
eu guardo e sei de cor
Naquela mesa ele juntava gente
E contava contente o que fez de manhã
E nos seus olhos era tanto brilho
Que mais que seu filho eu fiquei seu fã
Eu não sabia que doía tanto
Uma mesa num canto, uma casa e um jardim
Se eu soubesse o quanto dói a vida
Essa dor tão doída não doía assim
Agora resta uma mesa na sala
E hoje ninguém mais fala no seu bandolim
Naquela mesa tá faltando ele
E a saudade dele está doendo em mim
(Sérgio Bittencourt)

Sempre presente entre nós através das boas ações que aqui fez, das lembranças felizes que nos deixou, da sua alegria marcada nos nossos corações e do amor que, de certa forma, ainda nos une. Em nome desse amor e do orgulho que sei que sentiria, homenagem aquele que preparou o alicerce para que hoje essa conquista se realizasse, **Fábio Gouveia!**

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por me dar forças, proteção e amparo para seguir firme nesta caminhada.

Ao **Prof. Dr. Francisco José Batista de Albuquerque**, a quem tenho imenso respeito e grande admiração, por suas contribuições teóricas para minha formação acadêmica, pela confiança que sempre depositou no meu trabalho e, especialmente, por suas contribuições para a minha formação ética e profissional.

A minha mãe, **Marlene Nunes Gouveia**, sempre fonte de aconchego e proteção, pelo seu apoio, compreensão e paciência com o longo caminho que escolhi trilhar.

Ao meu noivo, **Carlos Victor**, por alegrar a minha vida, pelo seu incentivo à minha carreira e pelo amor que me dedica.

Aos companheiros do **NEDRAPs**, especialmente a minha amiga **Flávia**, por poder compartilhar as ansiedades diante das dificuldades e as alegrias a cada etapa concluída durante a construção desta pesquisa.

A **Profa. Maria de Fátima Pereira Alberto**, pela sua leitura cuidadosa e pelas preciosas contribuições que conferiu a este trabalho.

Aos **jovens** que se disponibilizaram a participar desta pesquisa.

A **CAPES**, pela bolsa concedida, e ao **CNPq**, por financiar este estudo.

ÍNDICE

LISTA DE APÊNDICES	xi
LISTA DE ANEXOS	xii
LISTA DE TABELAS	xiii
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvi
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - O JOVEM NO MEIO RURAL E O PROCESSO DE MIGRAÇÃO	21
CAPÍTULO II - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	25
2.1 PRONAF Jovem	29
2.2 Críticas e limitações do PRONAF	31
CAPÍTULO III - AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS	33
CAPÍTULO IV - QUALIDADE DE VIDA	40
4.1 Definição	41
4.2 Qualidade de vida e Bem-estar Subjetivo	43
CAPÍTULO V - BEM-ESTAR SUBJETIVO	45
5.1 Definição e Componentes	46
5.2 BES Circunstancial (On-line) x BES Global	47
5.3 Bem-estar Subjetivo e outras variáveis	48
5.4 Bem-estar Subjetivo dos Jovens	52
CAPÍTULO VI - OBJETIVOS	54
6.1 Objetivo Geral	54
6.2 Objetivos Específicos	54
CAPÍTULO VII - HIPÓTESES	60
CAPÍTULO VIII - MÉTODO	66
8.1 Delineamento	66
8.2 Caracterização do Cenário da pesquisa	67
8.3 Participantes	68
8.4 Instrumentos	68
8.5 Procedimentos	70
8.5.1 Procedimentos de coleta de dados	70

8.5.2 Procedimentos éticos	71
8.6 Análise dos dados	72
CAPÍTULO IX - RESULTADOS.....	73
9.1 Caracterização da Amostra.....	73
9.2 Qualidade de Vida	77
9.2.1 Análise Fatorial da Escala WHOQOL-Bref Adaptada	78
Conteúdo dos Itens.....	78
9.2.2 Análises da Qualidade de Vida	82
9.3 Bem-estar Subjetivo	91
9.3.1 Análise Fatorial das Escalas de Bem-Estar Subjetivo	92
Conteúdo	92
Conteúdo	94
9.3.2 Análises do Bem-estar Subjetivo	95
9.4 Impacto do PRONAF nas condições de vida e de trabalho dos jovens participantes ..	102
9.5 Referentes à avaliação do PRONAF	104
9.5.1 Pelos agricultores participantes do programa (avaliadores internos)	104
9.5.2 Pelos agricultores que não participantes do programa (avaliadores externos)	108
9.5.3 Pelos atores sociais (avaliadores externos)	109
9.6 Referentes a aspectos descritivos	110
9.6.1 Do caráter de abrangência do PRONAF	110
9.6.2 Da aplicabilidade dos recursos do PRONAF.....	114
9.6.3 Do pagamento do empréstimo	115
9.6.4 Da divisão e da valorização do trabalho	116
9.6.5 Das estratégias de sobrevivência	119
CAPÍTULO X - DISCUSSÃO.....	121
10.1 Qualidade de Vida	121
10.1.1 Impacto do PRONAF sobre a QVS	122
10.1.2 Influência das condições edafoclimáticas sobre a QVS	124
10.1.3 Influência do sexo sobre a QVS.....	126
10.1.4 Correlação da renda com a QVS.....	127
10.2 Bem-estar Subjetivo	128
10.2.1. Impacto do PRONAF sobre o BES.....	129
10.2.2 Influência das condições edafoclimáticas sobre o BES	130

10.2.3 Influência do sexo sobre o BES	131
10.2.4 Correlação da renda com o BES	132
10.3 Impacto do PRONAF nas condições de vida e de trabalho dos jovens participantes	133
10.4 Referentes à avaliação do PRONAF	134
10.4.1 Pelos agricultores participantes do programa (avaliadores internos)	135
10.4.2 Pelos agricultores que não participam do programa (avaliadores externos).....	136
10.4.3 Pelos atores sociais (avaliadores externos)	137
10.5 Referentes a aspectos descritivos	138
10.5.1 Do caráter de abrangência do PRONAF	138
10.5.2 Da aplicabilidade dos recursos do PRONAF.....	144
10.5.3 Do pagamento do empréstimo	145
10.5.4 Das condições do trabalho	147
CAPÍTULO XI - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS	158

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Adaptação do Instrumento Abreviado de Avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-Bref)	165
Apêndice B - Adaptação da Escala de Satisfação com a Vida	181

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Condições do crédito rural do PRONAF	185
Anexo II – Mapas das Mesorregiões Paraibanas e Microrregiões de Catolé do Rocha e Brejo Paraibano	187
Anexo III – Certidão do Comitê de Ética	188
Anexo IV – Termo de consentimento livre e esclarecido	189
Anexo V – Escala de avaliação da Qualidade de Vida Subjetiva – Adaptada	190
Anexo VI – Escala de avaliação da Qualidade de Vida Subjetiva – Original	192
Anexo VII – Escala de Afetos Positivos e Negativos – Adaptada	195
Anexo VIII – Escala de Afetos Positivos e Negativos – Original	196
Anexo IX – Escala de Satisfação com a Vida – Adaptada	197
Anexo X – Escala de Satisfação com a Vida – Original	198
Anexo XI – Questionário Bio-sócio-demográficos	199
Anexo XII - Questionários para avaliação do PRONAF - Com participantes do programa..	201
Anexo XIII – Questionários para avaliação do PRONAF – Com quem não participa do programa	205
Anexo XIV – Questionários para avaliação do PRONAF – Com atores sociais	207

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População residente por situação, sexo e grupos etário	22
Tabela 2: Caracterização da amostra	74
Tabela 3: Estrutura Fatorial da Escala WHOQOL-Bref Adaptada	78
Tabela 4: Comparação dos índices médios da Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e seus domínios em função da condição do benefício do PRONAF	84
Tabela 5: Comparação dos índices médios da Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e seus domínios em função da região onde reside	85
Tabela 6: Comparação dos índices médios da Qualidade de Vida (QVS) e seus domínios em função da condição do benefício do PRONAF no Sertão	86
Tabela 7: Comparação dos índices médios da Qualidade de Vida (QVS) e seus domínios em função da condição do benefício do PRONAF no Agreste	87
Tabela 8: Comparação dos índices médios da Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e seus componentes dos pronafianos em função da região onde residem	88
Tabela 9: Comparação dos índices médios da Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e seus componentes dos que não receberam o PRONAF em função da região onde residem	89
Tabela 10: Escores médios da Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e seus componentes em função do gênero	90
Tabela 11: Correlação entre a Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e seus domínios e a renda familiar dos jovens	91
Tabela 12: Estrutura Fatorial da Escala de Afetos Adaptada	92
Tabela 13: Estrutura Fatorial da Escala de Satisfação com a Vida Adaptada	94
Tabela 14: Comparação dos índices médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes em função da condição do benefício do PRONAF	95
Tabela 15: Comparação dos índices médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes em função da região onde reside	96
Tabela 16: Comparação dos índices médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes em função da condição do benefício do PRONAF no Sertão	97
Tabela 17: Comparação dos índices médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes em função da condição do benefício do PRONAF no Agreste	98

Tabela 18: Comparação dos índices médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes dos pronafianos em função da região onde residem	99
Tabela 19: Comparação dos índices médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes dos que não receberam o PRONAF em função da região onde residem	100
Tabela 20: Escores médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes em função do gênero	101
Tabela 21: Correlação entre o Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes e a renda familiar dos jovens	101
Tabela 22: Mudanças percebidas pelos jovens em suas condições de trabalho após receberem o benefício do PRONAF	102
Tabela 23: Mudanças percebidas pelos jovens em suas condições de vida após receberem o benefício do PRONAF	103
Tabela 24: Avaliação do PRONAF pelos beneficiados pelo programa	105
Tabela 25: Mudanças sugeridas no PRONAF pelos beneficiados	106
Tabela 26: Motivos dos beneficiados para participar novamente do programa	107
Tabela 27: Avaliação do PRONAF pelos não-beneficiados pelo programa	108
Tabela 28: Formas de divulgação do PRONAF	111
Tabela 29: Motivos que levaram a (não) participação do PRONAF	112
Tabela 30: Possíveis dificuldades na adesão ao PRONAF	113
Tabela 31: Aplicação do recurso recebido	114
Tabela 32: Função dos jovens na agricultura	116
Tabela 33: Percepção dos jovens trabalhadores acerca do seu próprio trabalho	117
Tabela 34: Estratégias de sobrevivência nos períodos de seca e chuvas	119

RESUMO

A migração em massa do homem do campo para as cidades ao longo da segunda metade do século XX, de certo modo, relaciona-se com a escassez de políticas públicas destinadas para o meio rural e o aumento de investimentos para o meio urbano, retroalimentando o ciclo vicioso do caos urbano e do pouco desenvolvimento das pequenas cidades e dos campos no interior do país. A fim de melhorar as condições de vida das famílias agricultoras e fixar os camponeses na zona rural, em 1999 foi implantado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Em 2004, novas linhas de crédito foram implantadas, dentre elas, o PRONAF jovem que é uma categoria especial para incentivar a permanência de jovens no meio rural. Destina-se aos filhos de agricultores entre 16 e 29 anos e objetiva fomentar o futuro da agricultura brasileira e combater o êxodo rural. Pretende-se neste estudo verificar o impacto deste programa sobre a qualidade de vida subjetiva (QVS) e o bem-estar subjetivo (BES) dos jovens beneficiados, comparando-os com um grupo controle natural, bem como sobre suas condições de vida e trabalho, considerando as condições edafoclimáticas a que estão submetidos. A QVS é a forma como o indivíduo avalia sua posição na vida, no seu contexto cultural e sócio-econômico e em relação a suas expectativas e objetivos. O BES refere-se à forma como as pessoas avaliam suas vidas, sendo esta composta por um conjunto de respostas emocionais, o balanço dos afetos positivos e negativos, e cognitivas acerca da satisfação com a vida do indivíduo. Participaram 400 sujeitos, dos quais 200 residem no sertão e 200 residem no brejo paraibano, distribuídos equitativamente por sexo. Utilizou-se o WHOQOL-Bref, para avaliar a QVS, a escala de satisfação com a vida e a escala de afetos, para avaliar o BES, todas adaptadas e validadas para esta população. A coleta de dados foi realizada em suas residências e locais de trabalho, obedecendo aos princípios éticos referentes à pesquisa com seres humanos. Os resultados apontam para índices satisfatórios de QVS e BES entre os jovens agricultores, porém não há impacto significativo do PRONAF sobre estes construtos. Apesar disso o programa foi avaliado positivamente tanto pelos não-beneficiados como pelos beneficiados que apontam melhoria nas condições de vida e de trabalho. Verificou-se que o PRONAF Jovem não tem atingido o público-alvo ao qual se destina nas regiões estudadas. A divulgação é realizada principalmente através dos sindicatos e associações e o acesso ao crédito foi considerado fácil pela maioria. A aplicabilidade dos recursos acontece de forma diferenciada entre os residentes na zona úmida, que investem em gado de leite, e na zona seca, que aplicam em artesanato. O pagamento do benefício foi ou está sendo efetuado sem dificuldades pela grande maioria. O impacto do PRONAF deve ser considerado, contudo este é insuficiente para garantir o cumprimento adequado dos objetivos propostos pelo programa. Apesar de exercer influência positiva sobre seu público-alvo, esta não é bastante para transformar a realidade dos jovens agricultores. Este estudo contribuiu para uma avaliação dos impactos do PRONAF, fornecendo informações que possibilitam mudanças e melhorias na aplicação dos investimentos do Estado. Além disso, promoveu reflexões sobre as reais condições em que vivem atualmente os jovens residentes no campo, além da ampliação do corpo teórico e científico para estudos sobre o ambiente rural e mais especificamente para a psicologia, com subsídios teóricos para o entendimento do ambiente e dos brasileiros que residem no meio rural.

Palavras-chave: Avaliação de programas. Desenvolvimento rural. Crédito rural. Juventude.

ABSTRACT

Mass migration of man from the countryside to cities throughout the second half of the twentieth century, in a sense, relates to the lack of public policies for rural areas and increasing investment in the urban setting, back-feeding the vicious cycle of urban chaos and little development of small towns and camps inside the country. In order to improve the living conditions of family farmers and peasants set in the countryside in 1999 was implemented the National Program to Strengthen Family Agriculture - PRONAF. In 2004, new credit lines were established, among them, PRONAF young man who is a special category to encourage youth to stay in rural areas. It is intended for children of farmers between 16 and 29 years and aims to promote the future of Brazilian agriculture and combating rural depopulation. The aim of this study was to investigate the impact of this program on the quality of life (QVS) and subjective well-being (BES) of the young recipients, comparing them with a natural control group, as well as their conditions of life and work, considering the environmental conditions they face. The QVS is how the individual assesses his position in life in its cultural context and socio-economic and in relation to their expectations and goals. BES refers to how people evaluate their lives, composed by a set of emotional responses, the balance of positive affect and negative, about the cognitive and life satisfaction of the individual. There were 400 subjects, 200 residents in the hinterland and 200 residents of the swamp Paraiba, evenly distributed by gender. We used the WHOQOL-Bref, to assess the QVS, the scale of life satisfaction and affect scale, to assess the BES, all adapted and validated for this population. Data collection was performed in their homes and workplaces, and observing the ethical principles regarding research with human beings. The results indicate satisfactory levels of QVS and BES among young farmers, but there is no significant impact PRONAF on these constructs. Yet the program was evaluated positively by both non-beneficiaries and the benefit that point improvement in living conditions and work. It was found that PRONAF Young has reached the target audience to which it is intended in the regions studied. Being released mainly by unions and associations, access to credit was considered easy by most. The applicability of resources happens differently between residents in the wetlands, which invest in dairy cattle, and in the dry zone, which apply in crafts. The payment of the benefit has been or is being carried out without difficulty by the majority. The impact of PRONAF should be considered, however this is insufficient to ensure proper enforcement of the objectives proposed by the program. Despite positive influence on your audience, this is not enough to transform the reality of young farmers. This study seeks to contribute to an assessment of the impacts of PRONAF, in order to improve the implementation of state investments. Also, try to reflect on the actual conditions under which young people are currently living residents in the field besides the expansion of the theoretical and scientific studies for the rural environment and more specifically to psychology, with theoretical foundations for understanding the environment and Brazilians who live in rural areas.

Keywords: Evaluation of programs. Rural Development. Youth.

INTRODUÇÃO

Ao longo da sua história, a psicologia tem enfatizado seus estudos para a população residente na zona urbana. Entretanto, deve-se levar em consideração que os graves problemas sociais acarretados pela saída do homem do campo, aqui no Brasil, têm levado essa urbanização a um verdadeiro caos. Essa migração é resultante de problemas econômicos e o caos conseqüente da má distribuição de renda e da pouca atenção dada pelas autoridades ao crescimento desordenado das cidades. É claro que salta mais aos olhos essa problemática, e por isto, os pesquisadores da área se debruçam sobre os temas relacionados mais diretamente aos residentes nos ambientes urbanos. Isto sem esquecer que a psicologia se estruturou como ciência no século XX, o século da urbanização.

Desse modo, as pesquisas em psicologia sobre o ambiente rural são bastante limitadas e esta carência faz com que 16% de nossa população, cerca de 30 milhões de brasileiros que residem nas fazendas e sítios, de acordo com IBGE (2008), que trabalham na agricultura e na pecuária e que estão expostos a modos de vida bastante diferentes da população urbana, mergulhem na obscuridade do desconhecimento por parte dos nossos pesquisadores e conseqüentemente dos professores, dos alunos, dos formadores de opinião. Isto dificulta soluções políticas para esta parte da população que, em sua grande maioria, se transformou no rebotalho da sociedade, muitas vezes vivendo de forma degradante, sem expectativas de mudança em curto prazo.

Outro aspecto importante para investigação em políticas públicas é a distinção campo-cidade, pois tem sido um tema bastante discutido atualmente pelos estudiosos do ambiente rural. Por exemplo, os estudos de Veiga (2003), Abramovay (2000), Albuquerque (2001),

entre outros, têm chamado a atenção da sociedade para uma redefinição entre o que é rural e o que é urbano.

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura (...) (Abramovay, 2000 p. 6).

Considera-se ainda que para se realizar qualquer pesquisa que tenha o mundo rural como eixo de investigação, se faz necessário refletir sobre alguns aspectos de natureza metodológica, partindo de uma análise do conceito de urbano e rural. Nesse sentido, para efeito de análises psicossociais, pergunta-se se é possível considerar como urbanas pessoas que vivem em cidades com 10 ou mesmo 20 mil habitantes, equiparando-se àquelas que habitam concentrações de 550 mil a milhões de habitantes? (Albuquerque, 2001).

Assim, consideram-se zona rural os municípios que possuem menos de 25.000 habitantes (Albuquerque, 2001), e se deve salientar que o ambiente rural não se apresenta de forma homogênea, sendo constituído por um núcleo urbano, que corresponde à sede municipal, e um núcleo agrário, onde se desenvolvem atividades de agricultura e pecuária. Atualmente, aproximadamente 74% dos municípios brasileiros enquadram-se nesta definição, ou seja, são considerados municípios rurais, e abrigam aproximadamente 16% da população brasileira (IBGE, 2008).

Diante desses dados, pode-se perceber uma concentração populacional em poucas cidades, decorrente das migrações em massa dos camponeses para os centros urbanos. Esta

evasão do campo contribui para o que Veiga (2001) chama de “ficção estatística”, a qual escamoteia a realidade, tendo como efeito perverso a falta de políticas de investimentos para o meio rural, pois grande parte da sociedade o define como atrasado e sem perspectivas, ou mesmo que deixou de existir. Esses argumentos demonstram a falta de conhecimento e de valorização do meio rural. O que leva à diminuição de políticas públicas para aquele setor e ao aumento de investimentos para o meio urbano, retro-alimentando o ciclo vicioso do caos urbano e do pouco desenvolvimento das pequenas cidades e dos campos no interior do país.

Esse processo de migração e urbanização desestruturado e sem planejamento, ocorrido no Brasil, provocou mudanças nas estruturas tanto nos meios rurais como nos urbanos. O processo desordenado de urbanização levou à exacerbação dos aspectos urbanos, no que diz respeito à concentração populacional, comunicação, transporte, segurança e poluição. Isto porque os centros urbanos brasileiros não estavam preparados para receber tal quantidade de imigrantes. Enquanto o meio rural entrou num processo de envelhecimento da população, devido à migração predominante de jovens. Essas mudanças passaram a influir intensamente na qualidade de vida da população, comprometendo a satisfação de viver individual e coletiva.

A fim de evitar o êxodo rural e fortalecer a agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Especialmente para os jovens foi criada uma categoria específica do programa, o PRONAF Jovem, que objetiva incentivar a permanência do jovem no campo e evitar o êxodo rural, assim como estimular a formação da juventude rural, através da formação e capacitação dos jovens.

Para garantir o cumprimento dos objetivos de um programa social, a sua avaliação deve ser realizada, proporcionando reformulações, adaptações e aperfeiçoamentos de suas ações. A Psicologia tem muito a contribuir para o campo da avaliação de programas sociais, visto que, desta perspectiva, inserem-se análises subjetivas não presentes em outras disciplinas. A avaliação de políticas públicas é pressuposta desde o momento de sua implementação, contudo considerando os inúmeros problemas sociais e os restritos recursos destinados para solucioná-los no Brasil, a avaliação torna-se indispensável e obrigatória, embora quase nunca seja realizada. Este estudo busca contribuir para a avaliação da ação do PRONAF no Estado da Paraíba, verificando o impacto deste na qualidade de vida e no bem-estar subjetivo dos jovens agricultores, assim como nas suas condições de vida e de trabalho. Desta forma, busca-se contribuir com a produção de informações capazes de colaborar para o aprimoramento da política e proporcionar a melhor execução de suas metas.

CAPÍTULO I

O JOVEM NO MEIO RURAL E O PROCESSO DE MIGRAÇÃO

A busca por maiores oportunidades de trabalho, melhores condições de vida, além do desejo de socialização e divertimento que a cidade possui, levou os camponeses brasileiros, ao longo da segunda metade do século XX, a intensificarem os movimentos migratórios deixando o ambiente rural à procura dos grandes centros urbanos. Nesse período, o êxodo concentrou-se na região Nordeste e se reduziu significativamente no Sul e Sudeste. Nos anos 1950, 46% dos migrantes rurais brasileiros vinham do Nordeste e, nos anos 1990, 54,6% de todos os migrantes rurais do País saíram do Nordeste, o que representava 31,1% da população rural nordestina no início da década (Caramano & Abramovay, 1999).

As altas taxas de fecundidade no ambiente rural permitiram que a população do campo se mantivesse estável por algum tempo apesar do grande contingente de emigrantes, porém a partir de 1990 estas taxas entraram em declínio, acompanhando a tendência nacional. A queda dessas taxas associada aos movimentos migratórios respondem pelo processo de esvaziamento da população rural, que em 1970 respondia por 44% da população brasileira e em 1996, segundo Caramano e Abramovay (1999), representava apenas 22% da mesma, tendo reduzido para 18% da população total, segundo dados do IBGE (2008).

O fluxo migratório rural tem se tornado cada vez mais jovem. Na década de 1950, o grupo etário responsável pela maior parte da taxa migratória era de 30 a 39 anos tanto entre os homens como entre as mulheres. Na década de 1990 o grupo etário que respondia pela maior parte de taxa migratória masculina era o de 20 a 24 anos e entre as mulheres o de 15 a 19 anos (Caramano & Abramovay, 1999). Considerando a grande parcela da população rural que opta

pela emigração e a predominância cada vez maior dos mais jovens, verifica-se que este é um dos principais fatores que respondem pelo envelhecimento no ambiente rural.

A população rural é composta em sua grande maioria por pessoas pobres, com baixíssimo grau de instrução e se começa a perceber certa masculinização e envelhecimento desta população comparativamente com a população que reside nas cidades, conforme pode ser observado na Tabela 1 (em %). Observa-se que em todas as faixas de idade existe um predomínio do número de homens sobre os das mulheres no ambiente rural, enquanto no meio urbano isto ocorre nas menores faixas e a partir dos 19 anos esta diferença tende a se inverter.

Tabela 1

População residente por situação, sexo e grupos etário

IDADE		0-14	15-17	18-19	20-24	25-29	Sub-total 15-29	30-59	+60
Urbano	H	51,1	50,4	50,3	49,3	48,0	49,2	46,8	42,8
	M	48,9	49,6	49,7	50,7	52,0	50,8	53,2	57,2
Rural	H	52,0	55,0	54,5	52,6	51,7	53,2	52,3	51,7
	M	48,0	45,0	45,5	47,4	48,3	46,8	47,7	48,3

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2007).

É importante ressaltar neste ponto uma particularidade percebida durante a seleção da amostra deste estudo que contraria os dados apresentados, referentes à masculinização do campo. Especialmente no sertão paraibano, foi verificada uma grande dificuldade de encontrar homens jovens e o predomínio das mulheres nesta faixa etária, o que não é uma realidade nacional. Esses, por sua vez, migram da zona rural para as cidades mais desenvolvidas com o intuito de trabalhar na construção civil.

É provável que o fenômeno da masculinização se deva a dois fatores que se inter-relacionam, o grau de estudo e as possibilidades de trabalho, e que já foi verificado em outras sociedades como a espanhola conforme relata Garcia-Sanz (2003): “La emigración no solo se

llevó a los más jóvenes sino también a un número mayor de mujeres que de hombres. La relación entre masculinidad y ruralidad es directa de modo que las poblaciones más rurales tienen estructuras demográficas más masculinizadas, así como, en sentido contrario, las más urbanas las tienen más feminizadas” (p.34).

A predominância crescente da proporção de mulheres no fluxo migratório rural, pode ser explicada através de 3 hipóteses, segundo Caramano e Abramovay (1999): 1) o predomínio das moças está associado a expansão do setor de serviços, tanto em empresas como em residências; 2) é reduzida entre as moças a possibilidade de se estabelecer como agricultoras ou esposas de agricultores; 3) no meio rural, valoriza-se mais o estudo das moças com a perspectiva de que saiam do campo, que o dos rapazes. Ferreira e Alves (2009) apontam a busca de níveis mais elevados de escolaridade, em geral não disponíveis no meio rural, como o primeiro movimento para a saída das jovens do campo. Dessa forma, as oportunidades de trabalho remunerado são mais favoráveis às mulheres jovens do que aos homens. O tipo de emprego ou subemprego, como domésticas, aliado ao melhor índice de escolaridade por parte delas facilita a migração do campo para a cidade. Num segundo momento, o emprego ou mesmo o casamento conquistados na cidade promovem a desvinculação do meio rural.

No contexto da agricultura familiar, o trabalho ocupa uma posição fundamental na estruturação das relações sociais que conferem sentido e especificidade aos jovens. Visto que os jovens agricultores são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola, a dimensão do trabalho funciona como espaço de produção de valores tanto materiais – produtos e serviços – quanto simbólicos – ideais, representações e identidades sociais.

O processo de trabalho organiza também as relações sociais de gênero e geração. O fator idade perde relevância na determinação do reconhecimento de um jovem como adulto,

visto que essa passagem só é reconhecida quando ocorre a construção de uma unidade produtiva autônoma, após o casamento ou a passagem sucessória do estabelecimento familiar de pai para filho (Ferreira & Alves, 2009).

Existem de fato dificuldades operacionais para delimitar o início e o fim do período chamado de juventude devido aos aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos envolvidos na definição do termo. Os limites variam em diferentes sociedades e classes sociais, assim como no tempo e dependem tanto da auto-identificação como do reconhecimento de outros. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a juventude é uma fase que vai dos 12 aos 18 anos. De modo geral, pela necessidade de se delimitar a fase juvenil para fins de enquadramento de políticas públicas ou estatísticas, tem-se estabelecido a faixa etária de 15 a 29 anos. Nesta definição consideram-se três subconjuntos no segmento juventude: jovens-adolescentes, de 15 a 17 anos; jovens-jovens, de 18 a 24 anos; e jovens-adultos, de 25 a 29 anos.

Neste estudo, como se pretende avaliar o impacto do PRONAF sobre os jovens agricultores, será considerada a faixa etária de 16 a 29 anos. A mesma utilizada pelo programa como critério para participação na categoria especificamente destinada aos jovens.

CAPÍTULO II

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Segundo Melo (2002), a agricultura familiar se caracteriza por uma forma social de produção milenar, que tem a família como seu principal pilar. Os agricultores familiares são caracterizados a partir dos seguintes critérios:

Possuir 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; deter ou explorar estabelecimentos com área de até 4 módulos fiscais; explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo e possuir uma renda anual máxima de até R\$ 27.500,00 (Mattei, 2001, p. 3).

Durante muito tempo, enquanto era vista como sinônimo de pobreza e subdesenvolvimento, a agricultura familiar se encontrou à margem das políticas públicas no Brasil. Porém, hoje, representante de 85,2% do total de estabelecimentos rurais brasileiros, ocupando 30,5% da área total e responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, ela passa a assumir um papel de grande importância no desenvolvimento do meio rural, sendo grande responsável pela produção de alimentos no Brasil.

Em 1996, foi implantado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (pelo Decreto Presidencial, nº 1.946 de 28/06/96), atendendo a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais. A criação do PRONAF veio também legitimar, pelo Estado, uma nova categoria social, os agricultores familiares, até

então marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como denominada como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (Mattei, 2005; Maia & Sousa, 2008; Abramovay & Pikety, 2005).

O programa tem crescido tanto no que se refere aos números dos investimentos (nove bilhões de reais entre 2005 e 2006), quanto no que diz respeito aos números dos assistidos (um milhão e oitocentas mil famílias). Mattei (2005) aponta para disparidades iniciais na distribuição dos recursos dentre as regiões do país, de modo que grande parte (cerca de 80%) era destinada para a região Sul, enquanto o restante se divide para as demais regiões. Contudo, embora o desequilíbrio ainda persista, a partir de 1999 têm ocorrido mudanças na distribuição dos recursos e tem crescido o número de contratos nas demais regiões, evidenciando a abrangência nacional do programa.

O PRONAF apóia o desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, de forma a construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares, aumentando e diversificando a produção, inserindo-os no mercado em bases competitivas, proporcionando crescimento dos níveis de renda, bem-estar social e melhores condições de vida. Além disso, traz vantagens para o produtor, como a obtenção do financiamento com condições adequadas a realidade da agricultura familiar e para o país o PRONAF busca estimular permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida (Maia & Sousa, 2008).

O Manual Operacional do PRONAF define quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;

- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Rosa (1998) elenca diversos fatores que corroboraram com a elaboração deste programa, como, a criação de novas ocupações produtivas no campo, garantia de suficiência, produtividade e qualidade, o uso de técnicas que não acarretassem degradação ambiental, como também, a redução da saída das pessoas do campo para a cidade e a diminuição das desigualdades espaciais e sociais. Por conta desta ampla gama de fatores, esta autora defende que o PRONAF deve ser levado em conta tanto pelo benefício econômico que presta, como pela sua relevância social.

Operacionalmente, o PRONAF se divide em três modalidades: Crédito Rural (Custeio e de Investimento); Infra-estrutura e Serviços Municipais e Capacitação. A modalidade do Crédito está voltada para o apoio financeiro aos agricultores familiares e compreende diversas linhas de crédito específicas: custeio e investimento normais; crédito rural rápido; crédito especial, investimento especial e crédito agroindústria. Já a modalidade Infra-estrutura e Serviços está voltada para a melhoria da rede de infra-estrutura dos municípios, através do financiamento de obras e serviços necessários ao fortalecimento da agricultura familiar. Para participar dessa modalidade, cada município selecionado precisa elaborar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), que é analisado e aprovado pelas instâncias deliberativas do programa. Finalmente, o PRONAF Capacitação visa proporcionar novos conhecimentos aos agricultores familiares e às suas organizações sobre processos de produção e gestão das propriedades (Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], 2008).

Para a linha de crédito, os beneficiários estão classificados em quatro grupos, tendo como base a sua renda bruta anual e reconhecendo diferentes tipos de agricultores familiares. Fazem parte do Grupo A essencialmente os agricultores assentados em projetos de reforma

agrária. O Grupo B tem por beneficiários os agricultores com renda bruta anual de até R\$ 1,5 mil, com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção. Do Grupo C participam os agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 1,5 mil e R\$ 10 mil, que utilizam mão-de-obra familiar, ainda que, eventualmente, sirva-se de mão-de-obra contratada, com exploração intermediária, mas com bom potencial de resposta produtiva. No Grupo D estão incluídos os agricultores com renda bruta familiar anual entre R\$ 10 mil e R\$ 30 mil, são os estabilizados economicamente. Os detalhes sobre os critérios e os benefícios referentes a cada grupo apresentam-se no Anexo 1.

Posteriormente foram introduzidas novas linhas de crédito Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Semi-árido, Pronaf Florestal, a instituição do Grupo E, e o Pronaf Cotas-partes, para o financiamento de integralização de cotas-partes em cooperativas de crédito rural. Incorporou-se também a possibilidade de financiamento de atividades não-agrícolas, como o turismo rural e o artesanato. Além dos agricultores familiares, são beneficiários potenciais do PRONAF os remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas.

Na classificação por grupos, o Pronaf reconhece a grande diversidade na agricultura familiar brasileira. De acordo com Cerqueira e Rocha (2002), a modernização da agricultura gerou um crescente processo de diferenciação social e de tecnificação, exigindo uma classificação das formas possíveis desse tipo de produção.

Mudanças ocorreram também no campo financeiro, principalmente no que diz respeito às taxas de juros e às formas de pagamento dos empréstimos bancários. Em grande parte, essas modificações visam atender um maior número de beneficiários e expandir a esfera de interferência da agricultura familiar no âmbito da produção agropecuária do país.

Após uma década de execução, houve uma evolução no desenho original do Pronaf à medida que novos produtos financeiros e novas facilidades passaram a ser oferecidos. O programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o

montante financiado e desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias. Entre as novas linhas de crédito implantadas, foi criada uma especialmente dedicada aos jovens agricultores, o PRONAF Jovem.

2.1 PRONAF Jovem

O PRONAF jovem é uma linha de crédito especial, criada em 2004, para incentivar a permanência de jovens no meio rural. O público-alvo são os filhos de agricultores familiares enquadrados no Pronaf, com idades entre 16 e 29 anos, que pretendem desenvolver atividades agropecuárias e não agropecuárias no meio rural. O crédito destina-se para a criação de animais, aquisição de equipamentos agrícolas, e também para o desenvolvimento de atividades de turismo rural ou artesanato.

O principal objetivo do Pronaf Jovem é estimular a formação da juventude rural, através da formação e capacitação dos jovens, constituindo-se numa iniciativa do governo federal para incentivar a permanência do jovem no campo e evitar o êxodo rural. No meio rural, as oportunidades de trabalho são restritas e o emprego formal escasso, o comércio normalmente é familiar e a indústria não oferece vagas suficientes. Essa modalidade do Pronaf disponibiliza crédito rural aos jovens para iniciar o seu projeto produtivo, trabalhar no campo, gerar renda e melhorar as condições de vida da família. O Pronaf Jovem propõe-se a melhorar a vida das pessoas na própria zona rural, uma vez que dinamiza o comércio dessas localidades e fomenta pequenos empreendimentos.

Com o intuito de incentivar a juventude rural a buscar qualificação profissional, para acessar o crédito, há o pré-requisito de que esses(as) jovens tenham concluído ou estejam cursando o último ano em Centros Familiares Rurais de Formação por Alternância ou em Escolas Técnicas Agrícolas de nível médio. Também tem acesso ao programa jovens que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional com carga horária de 100

horas ou mais, voltados para atividades agropecuárias ou não agropecuárias e de prestação de serviços no meio rural. Esses cursos podem ser ministrados por instituição pública estadual de assistência técnica e extensão rural (ex: Emater), por instituição ou entidade de assistência técnica e extensão rural não governamental, pelo SENAR, SEBRAE e SESCOOP ou ainda por instituição ou entidade que desenvolva seus trabalhos voltados à juventude rural há pelo menos 1 (um) ano. A carga de 100 horas pode ser obtida mediante o somatório de cargas horárias de mais de um curso.

Outro requisito é a obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) – vinculada à DAP da família – que é o documento que comprova que o jovem atende aos critérios básicos para enquadramento como beneficiário do crédito rural do Pronaf. Existe uma DAP específica para o Pronaf Jovem, que pode ser obtida na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (Emater), Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou demais instituições credenciadas para emissão de DAP. As entidades que emitem a DAP são responsáveis pela análise dos documentos que comprovam a participação dos jovens nos cursos, estágios e outros processos de capacitação ou formação técnico-profissional. Após a obtenção da DAP e a elaboração do Projeto Técnico os jovens encaminham a proposta de crédito ao agente financeiro para análise técnica, econômica e cadastral e contratação quando da viabilidade.

A expectativa do programa é promover o futuro da agricultura através da qualificação profissional de seus jovens, que atuarão como agentes multiplicadores do conhecimento no campo, visto que o programa beneficia pessoas que estão estudando e têm potencial para crescer. Assim, o PRONAF Jovem busca atender as propostas de crédito relacionadas com projetos específicos de interesse de jovens que promovam novas formas de agregação de renda e/ou atividades exploradas pela unidade familiar.

Investigar como esse tipo de programa atinge os jovens que vivem no ambiente rural no Brasil é contribuir em duas frentes de trabalho simultaneamente. A primeira fazendo o

acompanhamento do programa e avaliando o seu impacto na qualidade de vida e no bem-estar subjetivo dessa população. A segunda, contribuindo para o melhor conhecimento sobre esta população, a qual merece ser mais explorada pelas pesquisas científicas das diversas áreas, inclusive da Psicologia Social. Além disso, de acordo com Grinspun (2005), os estudos sobre a juventude vêm se tornando uma importante preocupação entre os pesquisadores e profissionais de várias áreas, tendo em vista que apontam para questões de âmbito sociocultural, educacional e econômico, estes jovens podem contribuir para mudanças significativas na sociedade.

2.2 Críticas e limitações do PRONAF

O Pronaf tem sido alvo de vários questionamentos e críticas por diversos autores que se dedicam a estudá-lo. As críticas estão principalmente relacionadas ao próprio modelo de desenvolvimento em que a política está inserida e na forma de relacionamento com os seus beneficiários. Cerqueira e Rocha (2002) afirmam que, por estar baseada no modelo convencional de desenvolvimento agrícola, esta política pública não considera os aspectos socioeconômicos e ambientais de cada região. É preciso considerar a diversidade intra-regional existente, com produtores diferenciados não somente em termos de renda, mas também nos aspectos organizacionais, culturais, educacionais, tecnológicos, etc.

Ferreira (2006) aponta que as exigências do programa de uso da mão-de-obra essencialmente familiar e de a receita da família ser basicamente advinda das atividades agropecuárias ignoram as transformações que estão ocorrendo no campo, com a formação de um espaço rural pluriativo, no qual, embora permaneça residindo no campo, o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura e se tornou pluriativa ou não agrícola. Também este autor critica o critério do tamanho máximo dos estabelecimentos rurais para

enquadramento dos beneficiários, fixado em 4 módulos fiscais, por ser estanque e não considerar a diversidade física, climática, cultural, bem como o nível tecnológico dos estabelecimentos, entre outros fatores que constituem a diversidade da agricultura familiar.

Uma das principais críticas feitas ao PRONAF, segundo Guanziroli (2007), tem sido em relação à distribuição dos recursos em termos regionais, com a concentração dos recursos na região Sul do país, e sociais, com a alta participação das liberações para fumo e soja, produtos ligados diretamente com a produção agroindustrial e de exportação. Enquanto verifica-se baixa participação de liberações para a produção de arroz, feijão e outros produtos dirigidos ao mercado interno. Dessa forma, afirma que o programa estaria privilegiando, na verdade, a propriedade familiar "eficiente" em detrimento dos mais fragilizados. Mattei (2001) sugere que este fato pode estar ligado aos problemas relacionados aos agentes financeiros que operam o PRONAF, especialmente para aquelas operações voltadas para investimentos nas propriedades, que exigem garantias nem sempre compatíveis com a realidade do agricultor familiar, abrindo-se assim a possibilidade para distorções que levam à concentração dos recursos em algumas regiões e/ou produtos.

A criação de um programa específico para a produção familiar representa um avanço, considerando o quadro de políticas concentradoras da agricultura. O Pronaf significa o reconhecimento de que esse conjunto de agricultores considerados familiares assume um papel importante no desenvolvimento socioeconômico brasileiro (Cerqueira & Rocha, 2002). No entanto, percebe-se que são necessárias mudanças e ajustes para que o programa atinja os seus objetivos da melhor forma e a avaliação de programas sociais contribui para isto.

CAPÍTULO III

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

Avaliar é fixar o valor de algo mediante procedimentos que permitam comparar o objeto da avaliação com um critério ou padrão determinado (Cohen & Franco, 1993). Contudo, quando se trata da avaliação de instituições ou de ações (políticas ou programas) de impacto social, faz-se necessário um processo avaliativo com características distintas que possibilitem a compreensão de todas as dimensões e implicações da coisa avaliada (Belloni, Magalhães & Souza, 2000). Esta avaliação formal é definida como um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento. Tal conceito está construído referindo-se, primordialmente, a avaliação de instituições ou políticas.

A avaliação é uma das etapas de uma política pública que, de acordo com Arretche (2006) e ao menos na teoria, deve se inserir logo após a implementação das políticas e programas com o intuito de reformulação, seja durante a implementação, seja posteriormente.

A avaliação de políticas e programas sociais apresenta-se como estratégica para validar programas vigentes, determinando a necessidade de se efetuar ajustes e correções, e identificar a necessidade de novas ações e programas. Pretende-se ainda identificar programas e ações ineficientes e ineficazes e, com isso, planejar, desenhar e implementar alternativas de ação que impliquem resultados e impactos desejados, garantindo eficácia no gerenciamento dos programas, por meio do conhecimento gerado no processo avaliativo. É também percebida como estratégica e indispensável para dar transparência às ações públicas,

democratizar o estado e a sociedade civil. Aguillar e Ander-Egg (1994, apud Belloni, Magalhães & Souza, 2000) propõem a seguinte definição de avaliação:

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destina-se a identificar, obter e proporcionar, de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram estas conquistas, de tal forma que sirva de base ou para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso de seus resultados (p. 20).

Para entender melhor tal conceito e, como sugere Draibe (2001), para situar a posição deste estudo diante das várias abordagens e dimensões da avaliação de programas, é importante considerar algumas definições e conceitos que comporta a multiplicidade da avaliação.

Antes de tudo faz-se necessário distinguir a avaliação de políticas públicas e programas sociais das pesquisas nesta área. Barreira (2000) procura esclarecer a distinção entre estes conceitos definindo a avaliação como “um processo social de atribuição de valor, implica num raciocínio lógico e racional, mas não requer um procedimento sistemático de ordenamento e apresentação de evidências objetivas para dar suporte ao julgamento” (p.34). Já a pesquisa avaliativa é, antes de tudo, pesquisa e implica a utilização de métodos e técnicas da pesquisa científica com o propósito de fazer uma avaliação. Contudo, alguns autores,

segundo Barreira (2000), tratam a avaliação e pesquisa avaliativa como sinônimos, provocando uma polêmica acerca da conceituação da avaliação como uma pesquisa social aplicada¹. Para Cohen e Franco (1993) a avaliação se diferencia da pesquisa aplicada pela utilização de metodologias e técnicas próprias, tais como a análise custo-benefício e custo-efetividade. Scriven (1991, apud Barreira, 2000) defende que a avaliação se distingue da pesquisa aplicada por requerer a identificação de padrões e dados de desempenho e a interação dos dois para chegar a conclusões. O mesmo conclui que a prática avaliativa é uma parte essencial da pesquisa avaliativa e a pesquisa é uma parte essencial da prática de avaliar. Isto se baseia na concepção de que a avaliação se constitui em uma disciplina ou um ramo da ciência, e não restritamente uma aplicação de metodologia de pesquisa.

Quanto à relação temporal entre o programa a ser avaliado e o momento da pesquisa avaliativa pode-se fazer a distinção entre dois tipos: avaliações ex-ante e avaliações ex-post. As avaliações ex-ante precedem o início do programa, geralmente ocorre durante as fases de sua preparação e formulação, são também chamadas de avaliações-diagnósticas. Têm como objetivo de produzir orientações e indicadores que se incorporem ao projeto, melhorando suas estratégias metodológicas e de implementação, e/ou fixar um ponto de partida para comparações futuras. As avaliações ex-post são feitas concomitantemente ou após a realização do programa. Têm como objetivo verificar os graus de eficiência e eficácia com que o programa está atendendo a seus objetivos e avaliar a efetividade do programa, ou seja, seus resultados, impactos e efeitos (Draibe, 2001).

Com relação à função, a avaliação pode ser formativa ou somativa, tipologia introduzida por Scriven (1967, apud Almeida 2006). A primeira é realizada durante o desenvolvimento do programa, os resultados são direcionados para os aspectos intrínsecos ao

¹ A saber, a pesquisa pode ser *básica*, visando responder a questões fundamentais sobre a natureza do comportamento, incrementando um conhecimento disponível, ou *aplicada*, a qual tenta proporcionar conhecimentos para modificar a realidade, examinando questões relativas a problemas práticos e suas potenciais soluções (Cozby, 2003).

programa. A segunda é realizada após a conclusão, por avaliadores externos, internos ou ambos. Relata sobre o programa e não para o programa, como a formativa.

Com relação aos sujeitos envolvidos no processo avaliativo, a avaliação pode ser: *interna* ou auto-avaliação, quando o processo é conduzido por sujeitos diretamente participantes das ações avaliadas; *externa*, quando conduzida por sujeitos externos e independentes da formulação, implementação ou dos resultados da ação avaliada; *mista*, quando envolve estes dois grupos de sujeitos; *participativa*, que é um tipo de auto-avaliação apropriada a processos participativos nos quais a população-alvo participa tanto da formulação quanto da implementação da ação avaliada (Cohen & Franco, 1993).

Quanto à natureza das avaliações, de acordo com Draibe (2001), estas se distinguem entre *avaliação de resultados*, as quais visam saber o quanto e com que qualidade seus objetivos foram cumpridos, e *avaliação de processos*, visam detectar os fatores que facilitam ou impedem que um dado programa atinja seus melhores resultados. A avaliação de resultados abrange três aspectos distintos: o *desempenho ou resultados* propriamente ditos, referem-se aos produtos do programa, previstos em suas metas e derivados do seu processo de produção; os *impactos*, referem-se às alterações ou mudanças efetivas na realidade sobre a qual o programa intervém e por ele é provocado; e os *efeitos*, referem-se a outros impactos do programa, esperados ou não, que afetam o meio social e institucional no qual se realizou.

Outros indicadores são bastante utilizados e comumente encontrados na literatura especializada sobre avaliação de programas, são a eficácia, a eficiência e a efetividade de um programa (Arretche, 2006; Barreira, 2000; Cohen & Franco, 1993; Draibe, 2001).

A *eficácia* de um programa consiste na relação entre características e qualidades dos processos e sistemas de sua implementação, de um lado, e os resultados a que chega, do outro. A avaliação da eficácia relaciona as metas propostas para o programa e as metas alcançadas.

Tal análise parte do estudo da adequação da ação para o alcance dos objetivos e das metas previstas no planejamento e do grau em que os mesmos foram alcançados e quais as razões dos êxitos e fracassos. Desta forma, a avaliação da eficácia é uma avaliação de processo.

A *eficiência* estabelece a correlação entre os efeitos do programa (benefícios) e os esforços (custos) empreendidos para obtê-lo, os melhores indicadores da eficiência de um programa seriam as medidas de custo/benefício. A avaliação da eficiência é importante devido à escassez de recursos públicos que exigem racionalização dos gastos e as enormes proporções dos universos populacionais a serem cobertos pelos programas sociais. Porém, não se reduz a busca por menos custos e mais resultados, devem ser observados os custos, insumos, quantidade e qualidade dos resultados.

A *efetividade* refere-se à relação entre objetivos e metas, de um lado, e impactos e efeitos do outro lado. Estabelece a relação entre a implementação de um programa e os seus resultados ou impactos na população-alvo, ou seja, seu fracasso ou sucesso em termos de efetiva mudança nas condições sociais das populações atingidas pelo programa. Para avaliar a efetividade de um programa, precisa-se recorrer a mecanismos que permitam estabelecer relações causais entre as ações de um programa e o resultado final obtido, exigindo-se para isto maior rigor metodológico.

De acordo com Marinho e Façanha (2001) é importante reconhecer que a efetividade e a eficiência dos programas são ingredientes indispensáveis da eficácia, inclusive para fins de conhecimento dos resultados pretendidos. Quer dizer, programas sociais só serão eficazes se forem antes efetivos e eficientes, e os objetivos pretendidos dos programas também são estruturados pela condução e objetivos efetivos dos programas.

Na avaliação da efetividade, foco maior deste estudo, os indicadores de impacto são mais difíceis de serem operados, estes devem ser capazes de medir os efeitos líquidos do

programa sobre a população. A definição de uma situação ou grupo de referência com o qual se compararão os impactos do programa é uma das exigências metodológicas que torna complexa a avaliação do impacto. Pressupõe-se a utilização de alguns modelos metodológicos tais como os desenhos experimentais, quase-experimentais ou pré-teste e pós-teste.

Para o confronto do sujeito consigo mesmo, mediante estudos do tipo “antes-depois” ou pré e pós-teste, são necessários indicadores da situação ex-ante, ou seja, é preciso elaborar um diagnóstico da situação anterior ao início do programa. Quando os programas são contínuos, rotineiros e universais é quase impossível determinar o ponto inicial, além disso, tais avaliações diagnósticas são geralmente complexas e caras.

O modelo experimental estima os impactos comparando os participantes do projeto (grupo experimental), que recebe o estímulo (as ações do programa em questão), e os não-participantes da política ou programa em análise (grupo controle), ambos constituídos aleatoriamente. Devido à dificuldade de isolar o grupo controle e proceder seleções aleatórias, pode-se trabalhar com um desenho quase-experimental e a comparação se faz com um grupo que opera como contrafactual ao programa. Neste estudo, será avaliado o impacto do PRONAF sobre a qualidade de vida e o bem-estar dos beneficiados tomando como referência o grupo de controle natural composto pelos não-beneficiados pelo programa.

A aferição dos impactos de um programa, e somente dele, requer o controle e o isolamento de todas as variáveis que possam interferir nos resultados tanto dos participantes quanto dos não-participantes. Supõe-se que a única diferença entre os dois grupos deve ser o impacto do programa avaliado. Contudo, tal controle é complexo e alguns vieses podem ser previstos tais como: o tempo entre o final do programa e o momento da avaliação (quanto maior, mais eventos podem afetar os resultados); a participação em outros programas similares concomitantemente; além da própria decisão de participar ou não do programa. O controle dessas variáveis é decisivo para a avaliação de impacto e este pode ser feito por meio

de métodos estatísticos que possam isolar e medir o impacto relativo de cada um dos fatores que influenciam os resultados. Nesta pesquisa, serão utilizadas estratégias de emparelhamento entre os participantes dos dois grupos com relação às variáveis sexo, idade, região e cidade onde residem, com o objetivo de isolar a interferência destas variáveis sobre os resultados das análises.

Por fim, os indicadores dos efeitos, referido também como impactos indiretos, abrangem os efeitos mais duradouros do programa sobre os agentes implementadores, a comunidade local e grupos particulares de interessados na sua execução (efeitos sociais), assim como sobre as instituições governamentais e não-governamentais associados à sua implementação (efeitos institucionais). A avaliação dos efeitos ou impactos indiretos do PRONAF será contemplada neste estudo através da avaliação dos atores internos e externos sobre o programa, dos graus de satisfação e adesão dos beneficiados e do envolvimento de organizações da sociedade civil.

Para a Psicologia Social, de acordo com Almeida (2006), fazer avaliação de programas sociais requer avaliar o impacto da intervenção para além da quantificação das pessoas atendidas, dos benefícios distribuídos ou da abrangência da intervenção. Sendo assim, este estudo busca verificar o impacto do PRONAF na sua área de intervenção, através da análise do mesmo sobre a qualidade de vida e o bem-estar subjetivo dos beneficiados, utilizando os não-beneficiados como grupo controle natural. Busca-se ainda avaliar o efeito do programa sobre as condições de vida e de trabalho dos agricultores e sobre a comunidade local, verificando a efetividade da ação deste programa na realidade de intervenção.

CAPÍTULO IV

QUALIDADE DE VIDA

A preocupação com o tema da qualidade de vida emergiu a partir da Segunda Grande Guerra Mundial quando foi usado o conceito de “boa vida” para referir-se a conquista de bens materiais. Em seguida o conceito foi ampliado e passou a medir o quanto uma sociedade havia se desenvolvido economicamente. A criação de indicadores econômicos permitia comparar a qualidade de vida entre diferentes países e culturas. Depois o termo passou a designar, além do crescimento econômico, também o desenvolvimento social (Paschoal, 2000).

A partir da década de 60, percebeu-se que embora os indicadores sócio-econômicos fossem importantes (qualidade de vida objetiva), era necessário avaliar a qualidade de vida percebida pela pessoa, o quanto elas estavam ou não satisfeitas com a qualidade de suas vidas (qualidade de vida subjetiva) (Paschoal, 2000). O indivíduo deveria julgar a qualidade de sua vida, e não apenas avaliar como se enquadrava ou não no modelo de qualidade de vida que o pesquisador julgava ser boa.

Nos últimos anos houve uma popularização do termo qualidade de vida, que pode ser encontrado facilmente nos meios de comunicação (revistas, jornais, programas de TV), discursos políticos e anúncios publicitários, além do aumento do número de publicações científicas que abordam o tema. Embora o termo tenha evoluído e tornado-se popular, ainda não há um consenso entre os estudiosos quanto a sua operacionalização.

4.1 Definição

Várias ciências têm manifestado interesse e se debruçado sobre o conceito de qualidade de vida. Dessas áreas científicas destacam-se a filosofia, a economia, a psicologia, a pedagogia, a medicina e a enfermagem. Cada uma delas parte de diferentes perspectivas e agregam diversos significados associados ao conceito de qualidade de vida, isso contribui para a falta de um consenso entre os pesquisadores sobre a operacionalização deste conceito. Apesar das diferentes abordagens, existe uma preocupação fundamental com os aspectos que contribuem para o bem-estar do ser humano, como um bom nível de saúde e desenvolvimento humano.

Trentini (2004) enumera os motivos a que se deve a dificuldade da operacionalização da qualidade de vida: (1) o construto possui múltiplas dimensões; (2) resulta da atuação de muitos eventos concorrentes, isto é, multideterminado; (3) refere-se à adaptação de indivíduos e grupos de pessoas em diferentes épocas da vida de uma ou várias sociedades; (4) assim como a velhice, a qualidade de vida é um evento dependente do tempo.

Em 1990 a OMS reuniu especialistas, que formaram o Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (Grupo WHOQOL), para desenvolverem um instrumento com a finalidade de medir o referido construto, definindo que: “a qualidade de vida é a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (Fleck, Louzada, Xavier, Chachamovich, Vieira, Santos & Pinzon, 2000, p.2). Para os especialistas da OMS a multidimensão desse construto deve abranger os seguintes domínios: 1- físico, 2 - psicológico, 3- nível de independência, 4- relações sociais, 5- meio ambiente, e 6 - aspectos espirituais (Trentini, 2004).

Segundo Martin e Stockler (1998 apud Minayo, Hart & Buss, 2000) qualidade de vida deve ser definida em termos da distância entre as expectativas individuais e a realidade, sugerindo que quanto menor a distância maior seria a QV. O termo qualidade de vida volta-se de forma relativa a três fóruns de referência. O primeiro é histórico, ou seja, em um dado período de tempo de seu desenvolvimento econômico, social e tecnológico, uma sociedade específica tem uma visão de qualidade de vida diferente da mesma sociedade em outro momento histórico. O segundo é cultural, que implica dizer que os valores, as necessidades são construídas de forma diferente pelos povos de acordo com suas tradições. O terceiro diz respeito às classes sociais, uma vez que a idéia de qualidade de vida está relacionada ao bem-estar das camadas superiores e a passagem de um limiar a outro.

Rufino Netto (1994 apud Minayo, Hartz & Buss, 2000) considera a qualidade de vida boa ou excelente aquela que ofereça um mínimo de condições para que os indivíduos nela inseridos possam desenvolver o máximo de suas potencialidades, sejam estas: viver, sentir ou amar, trabalhar, produzindo bens e serviços, fazendo ciência ou artes.

Pode-se perceber nos estudos feitos sobre a qualidade de vida, que valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade e inserção social, realização pessoal e felicidade, compõem sua concepção. Para se falar em qualidade de vida deve-se considerar também alguns componentes mais objetivos como a satisfação das necessidades mais elementares da vida humana como alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer, ou seja, objetos materiais que dão a idéia de bem-estar, conforto bem como realização individual e coletiva. O desemprego, a violência e a exclusão social podem ser reconhecidos como a negação da qualidade de vida, porém deve-se levar em consideração a cultura de cada sociedade e de cada grupo social (Minayo, Hartz & Buss, 2000).

Nesse sentido, a qualidade de vida de um indivíduo ou de uma população apresenta aspectos objetivos e subjetivos (Paschoal, 2000), ambos são fundamentais para a avaliação,

mensuração e compreensão desta. Uma das estratégias de desenvolvimento metodológico é a combinação de indicadores que mensurem os componentes objetivos e subjetivos da qualidade de vida. Os aspectos objetivos referem-se aos determinantes bio-demográficos, políticos e econômicos, podem ser avaliados através do IDH do município, renda, escolaridade, bens materiais, alimentação, ocupação, entre outros. Os aspectos subjetivos referem-se à percepção do indivíduo diante dos aspectos objetivos de sua vida, estes podem ser avaliados através do bem-estar subjetivo, satisfação com cada área da vida, suporte social, entre outros.

4.2 Qualidade de vida e Bem-estar Subjetivo

É comum encontrar na literatura, assim como no senso comum, as expressões qualidade de vida e BES como sinônimos (Albuquerque & Tróccoli, 2004). Alguns autores, para diferenciarem-se de uma concepção de qualidade de vida que seria apenas objetiva, substituem a expressão pelo termo BES, dizendo respeito à forma como cada indivíduo se sente fisicamente, psicologicamente e nas suas relações com o meio.

Para a avaliação da qualidade de vida, o BES é um elemento essencial, pois baseia-se numa percepção particular do indivíduo ou grupo acerca de suas necessidades e condições de vida. Visto que as pessoas reagem às condições semelhantes de maneiras diferentes, os indicadores sociais objetivos, sozinhos, não são capazes de definir a qualidade de vida (Diener & Suh, 1997).

Questionar a relação entre os recursos materiais e o bem estar subjetivo, representou um incremento da psicologia à evolução do conceito de qualidade de vida. A associação do estudo dos dados objetivos com os dados relacionados com o grau de satisfação e de relevância de cada uma das áreas do indivíduo como pessoa - dados subjetivos - promoveu a

avaliação da qualidade de vida associada à percepção da satisfação com a vida e suas condições, estabelecendo a relação entre as expectativas do indivíduo e o seu nível de satisfação (Flanagan, 1978 apud Marins, 2000).

Estar satisfeito com a vida atual e ter expectativas positivas em relação ao futuro é essencial para um bom desenvolvimento do jovem. A satisfação com a vida depende da capacidade de manter ou restaurar o BES, justamente numa época da vida em que o indivíduo está mais exposto a conflitos, incertezas e anseios com relação ao futuro e ao seu próprio desenvolvimento biológico e emocional.

CAPÍTULO V

BEM-ESTAR SUBJETIVO

A felicidade tem sido estudada e discutida desde os primórdios da filosofia e ao longo dos séculos este conceito passou por uma grande evolução. Atualmente, este tema ainda desperta grande interesse entre pesquisadores. Psicólogos e outros cientistas passaram a estudar a felicidade de forma sistemática, interessando-se por questões como definição, causas e medidas da felicidade. Porém, devido à multiplicidade de significados que a felicidade possui, este termo tem sido evitado pelos pesquisadores, que preferem usar o termo “bem-estar subjetivo” (BES) (Diener, Scollon & Lucas, 2003). Alguns autores usam o termo felicidade como sinônimo de BES, outros consideram que a felicidade refere-se ao componente afetivo do BES. Segundo Albuquerque e Tróccoli (2004, p. 2), o bem-estar subjetivo corresponderia ao “o estudo científico da felicidade”.

O interesse da pesquisa e da prática psicológica por temas que tratam aspectos positivos da vida humana é recente. Antes disso, a preocupação da psicologia era quase exclusiva com o tratamento e a cura de patologias. A perspectiva da *Psicologia Positiva*, introduzida por Martin E. P. Seligman, nos Estados Unidos, propõe a mudança do foco da psicologia de uma reparação das coisas ruins da vida para a construção de qualidades positivas. Nesta direção, através de experiências subjetivas positivas, traços individuais positivos e promessas institucionais positivas, a psicologia pode permitir a melhoria da qualidade de vida e a prevenção de patologias. Em nível subjetivo, a psicologia positiva enfatiza experiências como: bem-estar, satisfação, contentamento, esperança, otimismo, entre outros (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000).

5.1 Definição e Componentes

O BES refere-se ao modo como as pessoas avaliam as suas vidas. Essa avaliação pode ser cognitiva, através de julgamentos conscientes acerca de sua satisfação com a vida, como pode ser através do balanço dos afetos positivos e negativos, ou seja, a frequência com que as pessoas experimentam emoções agradáveis ou desagradáveis (Pavot & Diener, 1993; Diener, Suh & Oishi, 1997; Diener et al., 1999; Diener & Biswas-Diener, 2000; Diener, Scollon & Lucas, 2003).

Desta forma os três componentes primários do BES são: afetos positivos (AP), afetos negativos (AN) e satisfação (Pavot & Diener, 1993; Diener, Suh & Oishi, 1997; Diener et al., 1999; Diener & Biswas-Diener, 2000; Diener, Scollon & Lucas, 2003). Os afetos positivos e negativos representam a avaliação de eventos atuais que ocorrem na vida das pessoas, essa avaliação afetiva toma forma de emoções e humores, constituindo o indicador afetivo do BES (Diener et al., 1999; Diener, Scollon & Lucas 2003). Os afetos positivos são emoções agradáveis, tais como: alegria, orgulho, afeto, prazer, etc. Enquanto os afetos negativos incluem emoções desagradáveis como: tristeza, ansiedade, depressão, aborrecimento, vergonha, raiva, etc. (Diener, Suh & Oishi, 1997; Diener et al., 1999; Diener & Biswas-Diener, 2000; Diener, Scollon & Lucas, 2003). Os afetos positivos e negativos são construtos distintos e possuem uma alta correlação inversa, ou seja, quanto maior o nível de afetos positivos menor será o nível de afetos negativos, e vice-versa (Diener et al., 1999). O terceiro componente, a satisfação, refere-se ao indicador cognitivo do BES e pode apresentar-se na forma de satisfação com a vida (SV), julgamento cognitivo global acerca da satisfação com a vida que o indivíduo experiencia, ou na forma de satisfação com domínios específicos da vida, como casamento, amizade, recreação (Diener, Suh & Oishi, 1997; Diener et al., 1999; Diener & Biswas-Diener, 2000; Diener, Scollon & Lucas, 2003).

Assim sendo, a estrutura do BES é composta por freqüentes experiências de afetos positivos, raras experiências de afetos negativos e satisfação com a vida global e por áreas específicas.

5.2 BES Circunstancial (On-line) x BES Global

Outra característica do BES é que o interesse maior está em sentimentos relativamente duradouros de bem-estar, em um estado de longo prazo e não apenas em sentimentos momentâneos (Diener, Suh & Oishi, 1997). O julgamento do BES pode ser emitido a partir da reação a um evento em andamento (BES-circunstancial) ou pode-se recorrer a emoções armazenadas na memória (BES-global), o primeiro auxilia na composição do segundo e vice-versa.

A construção do julgamento global de BES é explicada por Diener, Scollon e Lucas (2003) através de estágios temporais. Inicialmente, os eventos externos provocam um impacto emocional no indivíduo, o qual emite uma reação emocional circunstancial. A reação de cada indivíduo é ímpar, pois depende de sua avaliação pessoal do evento, isto é, dependem da atenção, percepção e interpretação do indivíduo. Em seguida, a experiência emocional é levada a memória, onde se torna codificada através de alguns processos, incluindo repetição e evocação da informação emocional. Esses processos podem influenciar o grau da relação entre a experiência circunstancial e a mesma experiência quando lembrada. Depois que as emoções circunstanciais são codificadas na memória, elas são constantemente reconstruídas. Alguns fatores envolvidos na transição das emoções circunstanciais para a memória das emoções são responsáveis pela discrepância entre esses dois estágios, entre eles o autoconceito, as crenças e valores, o ponto de vista atual e as normas culturais. Todos esses estágios prévios influenciam o último, no qual se encontra as construções globais inclusive a

satisfação com a vida. Deste modo, as experiências circunstanciais podem influenciar as construções globais e a medida dessa influência depende da memória das emoções das pessoas. Por exemplo, se o indivíduo experiencia frequentemente emoções desagradáveis, provavelmente avaliará sua vida como insatisfatória.

De acordo com o modelo de Diener, Scollon e Lucas (2003), tanto a experiência quanto a memória (incluindo informações de autoconceito) de emoções agradáveis são importantes para o bem-estar subjetivo.

5.3 Bem-estar Subjetivo e outras variáveis

O BES sofre influência de diversas variáveis como: aspectos bio-demográficos, personalidade, diferenças culturais, valores humanos, entre outras.

O estudo da influência dos aspectos bio-demográficos no BES marcou um estágio inicial da pesquisa nessa área. Warner Wilson (apud Diener et al., 1999), em 1967, fez a primeira grande revisão na área do BES e concluiu que uma pessoa feliz é “jovem, saudável, bem educada, bem paga, extrovertida, otimista, livre de preocupações, religiosa, casada, com elevada auto-estima, tem um trabalho digno, aspirações modestas, de ambos os sexos e com inteligência ampla”. Embora seu trabalho tenha representado um avanço nas investigações sobre o BES, várias de suas conclusões foram ultrapassadas por pesquisas mais recentes. Por exemplo, idade, sexo, educação já não são vistos como pré-requisitos para o BES, enquanto o estado civil e a renda apresentam uma pequena influência no nível de BES das pessoas (Diener & Biswas-Diener, 2000). Em estudo realizado por Campbell (1976 apud Diener & Biswas-Diener, 2000), verificou-se que o conjunto das variáveis bio-demográficas explica menos de 20% da variância no BES. Atualmente compreende-se que as investigações de Wilson foram puramente descritivas e que as variáveis bio-demográficas geralmente são úteis

para compreensão de outras variáveis, funcionam como variáveis de controle mais do que como preditoras do BES.

O segundo estágio da pesquisa acerca do BES, proposto por Diener e Biswas-Diener (2000), foi marcado por investigações mais teóricas, quando eram propostos modelos conceituais para explicar o BES. Neste ponto se incluem os estudos acerca das demais variáveis citadas.

Uma teoria importante, a da *adaptação*, pode explicar, em parte, a pouca relação das variáveis bio-demográficas com o BES (Diener, Suh & Oishi, 1997). A idéia da adaptação é que as pessoas, inicialmente reagem fortemente aos novos eventos da vida, sejam bons ou maus, mas depois se adaptam ou se habitua a eles. As novas circunstâncias perdem a força que afeta o BES ao longo do tempo e os indivíduos retornam a um “ponto de ajuste” que é determinado por sua personalidade (Diener, Suh & Oishi, 1997; Diener et al., 1999). Dessa forma as coisas boas fazem com que os indivíduos se sintam felizes temporariamente, assim como as coisas ruins só os deixam infelizes temporariamente (Diener & Oishi, 2005). Embora possa variar, nível de BES geralmente volta ao “ponto de ajuste” determinado pela personalidade do indivíduo.

A *personalidade* é considerada um importante preditor do BES (Diener, Suh & Oishi, 1997; Diener et al., 1999; Diener & Biswas-Diener 2000), sendo os traços de extroversão e neuroticismo os maiores responsáveis, respectivamente, por reações positivas e negativas aos eventos. Esta forte relação entre BES e personalidade pode ser de responsabilidade da hereditariedade. Tellegen (1988 apud Diener, Suh & Oishi, 1997; Diener et al., 1999; Diener & Biswas-Diener, 2000) concluiu que os genes respondem por 40% da variância das emoções positivas e 55% da variância das emoções negativas. Conforme concluiu Wilson em sua ampla revisão sobre o BES (1967 apud Diener et al., 1999), Diener et al. (1999) concordam

que uma pessoa feliz possui traços de personalidade como extroversão, otimismo e despreocupação.

O BES, assim como a personalidade, também sofre influência dos *aspectos culturais*. Em culturas individualistas, onde a ênfase está no indivíduo e em seus atributos, verificaram-se que os níveis de bem-estar global e de satisfação com domínios específicos são mais altos do que em culturas coletivistas, onde o grupo é considerado mais importante do que o indivíduo. Porém as taxas de suicídio e divórcio nos países individualistas também são maiores. Assim, os individualistas experienciam níveis mais extremos de felicidade, enquanto os coletivistas possuem uma estrutura mais estável e contam com mais apoio social, dos amigos e familiares, por exemplo, em períodos difíceis (Diener, Suh & Oishi, 1997; Diener et al., 1999).

Os *relacionamentos sociais próximos* estão fortemente correlacionados com emoções positivas (Bradburn, 1969 apud Diener & Oishi, 2005), e, assim como o suporte social, demonstra um efeito de longo alcance. As pessoas sentem uma necessidade fundamental de relacionamentos sociais íntimos. Diener e Oishi (2005) sugerem que essas relações não têm apenas correlação, mas podem também causar o bem-estar. Vários estudos confirmam a correlação positiva do casamento com o BES, os casados apresentam maiores níveis de BES do que os solteiros ou viúvos (Argyle, 1999; Diener et al., 1999).

Outro modelo conceitual está baseado na *comparação social*. De acordo com esse modelo, as pessoas sentem-se felizes quando se percebem melhores do que as outras ao seu redor, do mesmo modo que se sentem infelizes quando se percebem piores do que os outros (Diener et al., 1999; Diener & Biswas-Diener, 2000). Outros padrões podem ser escolhidos para comparar-se, por exemplo, quando está entre pessoas inferiores, o indivíduo pode escolher um padrão superior ao dele para comparar-se (Diener, Suh & Oishi, 1997). O indivíduo pode também se sentir feliz quando, comparando-se com sua situação no passado,

perceber que melhorou em várias dimensões de sua vida, da mesma forma que se sentirá infeliz se perceber que declinou (Diener & Biswas-Diener, 2000). Os efeitos da comparação social podem ser ainda mais poderosos se influenciarem as metas pessoais do indivíduo.

O modelo teórico que acentua a importância das *metas e valores* defende que, as causas do BES não são universais, mas dependem dos valores e desejos do indivíduo. Se a pessoa progride nas suas metas particulares e age de acordo com seus valores, provavelmente será feliz. Porém, a adoção de metas que são incongruentes com as necessidades ou com as capacidades do indivíduo pode levar baixos índices de BES (Diener et al., 1999).

Por sua vez, o modelo teórico proposto por Csikszentmihalyi (1997 apud Diener & Biswas-Diener, 2000) assegura que, o *engajamento em tarefas interessantes* pode proporcionar uma vida feliz. Por “atividade interessante” entende-se uma tarefa que ofereça um equilíbrio entre o desafio proporcionado e a habilidade de quem a pratica. Desta forma, acredita-se que uma pessoa pode experimentar uma sensação prazerosa, se estiver envolvida em tarefas que proporcionem um desafio que ela pode satisfazer (Diener, Suh & Oishi, 1997).

O terceiro estágio da pesquisa acerca do BES (Diener & Biswas-Diener, 2000) é marcado pelo uso de medidas sofisticadas, assim como desenhos longitudinais, manipulações experimentais, entre outras. Neste estágio tenta-se inferir que processos psicológicos influenciam o BES e busca-se uma teoria de BES que inclua medidas como um aspecto integral.

Atualmente, para avaliação do nível de BES de um modo geral, o método de medida mais usado é o auto-relato das lembranças em que o respondente julga e relata sua satisfação com a vida e a frequência de suas emoções positivas e negativas (Diener, Suh & Oishi, 1997). Essa avaliação do respondente pode ser feita através do uso de questionários e escalas. Neste estudo usaremos a escala de satisfação com a vida construída por Pavot e Diener (1993) para

avaliar o nível de satisfação global com a vida dos indivíduos e a escala de afetos positivos e negativos de Diener e Emmons (1984 apud Pavot & Diener, 1993) para avaliar o balanço dos afetos.

O método do auto-relato apresenta algumas limitações importantes. Diener, Scollon e Lucas (2003) sugerem que o método do auto-relato para avaliar o BES pode sofrer influência do autoconceito do respondente. Eles explicam que o significado da medida do BES global pode ser modificado porque recordações acerca de emoções passadas incorporam informações de autoconceito. Além disso, a avaliação da satisfação global com a vida requer o acesso à memória e agregação de informações, em caso de déficit de memória isso pode tornar a influência do autoconceito ainda maior.

5.4 Bem-estar Subjetivo dos Jovens

De acordo com Artech e Bandeira (2003), os jovens apresentam bons níveis de BES quando o construto é mensurado em medidas unidimensionais. Porém, estes níveis não são tão elevados quando se avalia o BES em relação aos diferentes contextos da vida do jovem, por meio de medidas multidimensionais que considerem, por exemplo, o nível de BES em relação à família, à amizade e à escola. A maioria dos estudos centra-se nestes contextos, contudo, atualmente, estas não tem sido as maiores preocupações dos jovens. A realidade de violência, pobreza e limitadas oportunidades de futuro introduzem um novo cenário na vida de grande parte dos jovens brasileiros.

O julgamento do BES reflete as condições de vida de um indivíduo. As tensões e ansiedades geradas pela gama de mudanças que passam a fazer parte da realidade dos jovens – tais como a definição por uma profissão, a busca pelo primeiro emprego ou o início dos envolvimento afetivos e sexuais – juntamente com as condições sociais, econômicas e

culturais que influenciam a sua vida, podem fazer oscilar o balanço dos afetos e sua satisfação com a vida.

Estudos que abordem o tema da juventude rural reveste-se de grande importância científica e social por permitir a implementação de alternativas adequadas de políticas sociais, no intuito de promover o bem-estar dessas pessoas, que serão as responsáveis pelas mudanças significativas que se deseja alcançar na sociedade.

CAPÍTULO VI

OBJETIVOS

6.1 Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo principal avaliar o impacto do PRONAF sobre os índices de Qualidade de Vida e Bem-estar Subjetivo de jovens agricultores residentes no Estado da Paraíba, através da comparação dos beneficiados com os não beneficiados pelo PRONAF. Assim como, verificar o impacto exercido por este programa nas condições de vida e de trabalho dessas pessoas.

Almejando uma visão mais acurada acerca da problemática proposta por este trabalho e partindo do pressuposto de que a atividade agropecuária é fortemente influenciada pelas condições edafoclimáticas, as regiões deste Estado podem ser consideradas em função de suas características climáticas, de modo que possuem regiões úmidas (Agreste e Zona da Mata) e regiões secas (Sertão e Borborema). Assim, buscou-se contemplar neste estudo municípios localizados nestes dois blocos. Embora essa pesquisa se desenvolva no Estado da Paraíba, deve-se considerar que ela congrega todas as principais características da região como um todo, com uma parte úmida e outra situada no semi-árido, o que permitirá a posteriori, melhor aproximação aos outros Estados Nordestinos.

6.2 Objetivos Específicos

6.2.1 - Com referência às Escalas de Qualidade de Vida Subjetiva, Afetos Positivos e Negativos e Satisfação com a Vida

6.2.1.1 - Utilizando os grupos controle (sem o benefício do PRONAF) e de tratamento (beneficiados pelo programa):

- Verificar se existe diferença significativa entre os níveis de Qualidade de Vida Subjetiva dos jovens beneficiados por este programa em relação àqueles que não receberam tal incentivo;
- Verificar se existe diferença significativa entre os níveis de Satisfação com a Vida dos jovens beneficiados por este programa em relação àqueles que não receberam tal incentivo;
- Verificar se existe diferença significativa entre os níveis de Afetos Positivos dos jovens beneficiados por este programa em relação àqueles que não receberam tal incentivo;
- Verificar se existe diferença significativa entre os níveis de Afetos Negativos dos jovens beneficiados por este programa em relação àqueles que não receberam tal incentivo;
- Verificar se existe diferença significativa entre os índices gerais de Bem-Estar Subjetivo dos jovens beneficiados por este programa em relação àqueles que não receberam tal incentivo;

6.2.1.2 - Tomando como base características bio-demográficas:

A - Jovens residentes em áreas úmidas versus jovens residentes em regiões secas

- Verificar se existe diferença significativa entre os níveis de Qualidade de Vida Subjetiva dos jovens que residem em regiões chuvosas em relação àqueles que residem em regiões secas;

- Verificar se existe diferença significativa entre os níveis de Satisfação com a Vida dos jovens que residem em regiões chuvosas em relação àquelas residem em regiões secas;
- Verificar se existe diferença significativa entre os níveis de Afetos Positivos dos jovens que residem em regiões chuvosas em relação àquelas residem em regiões secas;
- Verificar se existe diferença significativa entre os níveis de Afetos Negativos dos jovens que residem em regiões chuvosas em relação àquelas residem em regiões secas;
- Verificar se existe diferença significativa entre os índices gerais de Bem-Estar Subjetivo dos jovens que residem em regiões chuvosas em relação àquelas residem em regiões secas;

B - Sexo

- Verificar se existe diferença significativa entre os níveis de Qualidade de Vida Subjetiva dos jovens em função o sexo;
- Verificar se existe diferença significativa entre os níveis de Satisfação com a Vida dos jovens em função do sexo;
- Verificar se existe diferença significativa entre os níveis de Afetos Positivos dos jovens em função do sexo;
- Verificar se existe diferença significativa entre os níveis de Afetos Negativos dos jovens em função do sexo;
- Verificar se existe diferença significativa entre os índices gerais de Bem-Estar Subjetivo dos jovens em função do sexo;

C - Renda

- Verificar se existe correlação significativa entre os níveis de Qualidade de Vida Subjetiva e a renda familiar dos participantes;

- Verificar se existe correlação significativa entre os níveis de Satisfação com a Vida e a renda familiar dos jovens;
- Verificar se existe correlação significativa entre os níveis de Afetos Positivos e a renda familiar jovens;
- Verificar se existe correlação significativa entre os níveis de Afetos Negativos e a renda familiar dos participantes;
- Verificar se existe correlação significativa entre os índices gerais de Bem-Estar Subjetivo e a renda familiar dos participantes;

6.2.2 - Referentes ao possível impacto causado pelos benefícios concedidos pelo PRONAF nas condições de vida e de trabalho dos jovens participantes deste programa.

- Verificar a influência deste programa social no tocante às condições de trabalho desses agricultores;
- Verificar a influência deste programa social no tocante às condições de vida desses agricultores;

6.2.3 - Referentes à avaliação do PRONAF:

6.2.3.1 - Pelos agricultores participantes do programa (avaliadores internos)

- Verificar a forma como os agricultores beneficiados por este programa o avaliam;

6.2.3.2 – Pelos agricultores que não participam do programa (avaliadores externos)

- Verificar a forma como os agricultores não beneficiados por este programa o avaliam;

6.2.3.3 - Pelos atores sociais (avaliadores externos)

- Verificar o grau de participação do poder político local e da sociedade civil no programa;

6.2.4 - Referentes a aspectos descritivos:

6.2.4.1 - Do caráter de abrangência do PRONAF

- Avaliar se o PRONAF Jovem atingiu o público para o qual foi destinado;
- Traçar o perfil dos jovens beneficiados pelo PRONAF Jovem;
- Traçar o perfil dos jovens não beneficiados pelo PRONAF Jovem;
- Avaliar as formas de divulgação do PRONAF.
- Avaliar os fatores que contribuíram para a participação dos agricultores que aderiram a este programa;
- Avaliar os fatores que contribuíram para que os agricultores não beneficiados não aderissem a este programa;

6.2.4.2 - Da aplicabilidade dos recursos do PRONAF

- Verificar de que forma esses agricultores investiram o dinheiro que lhes fora concedido pelo PRONAF;

6.2.4.3 - Do pagamento do empréstimo

- Avaliar quais as estratégias que são (ou serão) utilizadas para pagar o empréstimo que lhes fora concedido;
- Avaliar possíveis dificuldades para o pagamento do empréstimo.

6.2.4.4 – Da divisão social e da valorização do trabalho

- Estabelecer os campos de atuação desses jovens para verificar como acontece a divisão social do trabalho nesse contexto (agricultura de autoconsumo, agricultura para comercialização ou, até mesmo, sua atuação na comercialização desses produtos);
- Verificar a percepção desses trabalhadores acerca da valorização do seu trabalho;

6.2.4.5 Das estratégias de sobrevivência

- Verificar as diversas estratégias de sobrevivência utilizadas durante o período da seca pelas famílias dos participantes da pesquisa;
- Verificar as diversas estratégias de sobrevivência utilizadas durante o período de inverno pelas famílias dos participantes da pesquisa.

CAPÍTULO VII

HIPÓTESES

A partir dos objetivos estabelecidos para este estudo foram elaboradas hipóteses a eles correspondentes. A estas hipóteses refere-se cada parte do instrumento de pesquisa utilizado. Para avaliação do PRONAF, foram formuladas questões que correspondem a cada uma delas, para avaliação da qualidade de vida e do bem-estar subjetivo foram utilizadas escalas adaptadas (ver anexos).

7.1 - Com referência às Escalas de Qualidade de Vida Subjetiva, Afetos Positivos e Negativos e Satisfação com a Vida

7.1.1 - Utilizando os grupos controle (sem o benefício do PRONAF) e de tratamento (beneficiados pelo programa):

- Não existem diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de Qualidade de Vida Subjetiva dos jovens beneficiados por este programa em relação àqueles que não receberam tal incentivo;
- Não serão encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de Satisfação com a Vida dos jovens beneficiados por este programa em relação àqueles que não receberam tal incentivo;
- Não serão encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de Afetos Positivos dos jovens beneficiados por este programa em relação àqueles que não receberam tal incentivo;

- Não serão encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de Afetos Negativos dos jovens beneficiados por este programa em relação àqueles que não receberam tal incentivo;
- Não serão encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os índices gerais de Bem-Estar Subjetivo dos jovens beneficiados por este programa em relação àqueles que não receberam tal incentivo;

7.1.1 - Tomando como base características bio-demográficas:

A - Jovens residentes em áreas úmidas versus jovens residentes em regiões secas

- Não será encontrada diferença estatisticamente significativa entre os níveis de Qualidade de Vida Subjetiva dos jovens que residem em regiões chuvosas em relação àqueles que residem em regiões secas;
- Não será encontrada diferença significativa entre os níveis de Satisfação com a Vida dos jovens que residem em regiões chuvosas em relação àqueles que residem em regiões secas;
- Não será encontrada diferença significativa entre os níveis de Afetos Positivos dos jovens que residem em regiões chuvosas em relação àqueles que residem em regiões secas;
- Não será encontrada diferença significativa entre os níveis de Afetos Negativos dos jovens que residem em regiões chuvosas em relação àqueles que residem em regiões secas;
- Não será encontrada diferença significativa entre os índices gerais de Bem-Estar Subjetivo dos jovens que residem em regiões chuvosas em relação àqueles que residem em regiões secas;

B - Sexo

- Não serão encontradas diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres jovens com relação aos níveis de Qualidade de Vida Subjetiva;
- Não serão encontradas diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres jovens com relação aos níveis de Satisfação com a Vida;
- Não serão encontradas diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres jovens com relação aos níveis de Afetos Positivos;
- Não serão encontradas diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres jovens com relação aos níveis de Afetos Negativos;
- Não serão encontradas diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres jovens com relação aos níveis de BES;

C - Renda

- Existe correlação direta e significativa entre os índices de Qualidade de Vida Subjetiva e a renda familiar dos jovens participantes;
- Existe correlação direta e significativa entre os índices de Satisfação com a Vida e a renda familiar dos jovens;
- Existe correlação direta e significativa entre os índices de Afetos Positivos e a renda familiar dos jovens participantes;
- Existe correlação inversa e significativa entre os índices de Afetos Negativos e a renda familiar dos jovens;
- Existe correlação direta e significativa entre o BES e a renda familiar dos jovens participantes;

7.2 - Referentes ao possível impacto causado pelos benefícios concedidos pelo PRONAF nas condições de vida e de trabalho dos jovens participantes deste programa.

- Quanto à influência do programa sobre as condições de trabalho dos agricultores:

- As condições de trabalho dos jovens melhoraram depois que receberam o PRONAF.

- Quanto à influência do programa sobre as condições de vida dos agricultores:

- As condições de vida dos jovens melhoraram depois que receberam o benefício do PRONAF.

7.3 – Referentes à avaliação do PRONAF:

7.3.1 – Pelos agricultores participantes do programa (avaliadores internos)

- Os agricultores beneficiados pelo PRONAF o avaliam de forma positiva.
- Os agricultores beneficiados pelo PRONAF indicariam o programa para outras pessoas.
- Os agricultores beneficiados pelo PRONAF participariam novamente do programa.
- Os agricultores beneficiados pelo PRONAF não mudariam nada no programa.

7.3.2 – Pelos agricultores que não participam do programa (avaliadores externos)

- Os agricultores não beneficiados pelo PRONAF o avaliam de forma positiva.

7.3.3 – Pelos atores sociais (avaliadores externos)

- Os atores sociais avaliam positivamente o PRONAF.
- Os atores sociais participariam do PRONAF se pudessem.
- Os atores sociais consideram que o PRONAF trouxe mudanças positivas para a vida dos beneficiados.

7.4 – Referentes a aspectos descritivos:

7.4.1 – Do caráter de abrangência do PRONAF

- O PRONAF atingiu o público alvo para o qual foi destinado.

- Quanto às formas de divulgação do PRONAF:

- O PRONAF se populariza através das informações passadas pelas pessoas que já receberam o benefício.

- Quanto aos fatores que contribuíram para a participação dos agricultores que aderiram a este programa:

- Os agricultores aderiram ao PRONAF com a expectativa de aumentar a sua produção.
- Os agricultores não encontraram dificuldade para fazer o empréstimo.

- Quanto aos fatores que contribuíram para que os agricultores não beneficiados não aderissem a este programa:

- Os agricultores não beneficiados tiveram oportunidade de participar do PRONAF.
- Os agricultores não beneficiados pelo PRONAF, não participam do programa porque dizem ter medo de não conseguir pagar.

7.4.2 – Da aplicabilidade dos recursos do Pronaf

- Os agricultores investem em gado de leite.
- Os agricultores investem na plantação para aumentar a produção.

7.4.3 Do pagamento do empréstimo

- Quanto às estratégias utilizadas para pagar o empréstimo:

- Os agricultores pagam o empréstimo com o dinheiro da venda da vaca.

- Os agricultores pagam o empréstimo com o dinheiro da venda da plantação.

- Quanto às possíveis dificuldades para o pagamento do empréstimo:

- Os agricultores sentem dificuldade para pagar o empréstimo porque o lucro é pequeno.
- Os agricultores acreditam que vão conseguir (conseguiram) pagar o empréstimo no prazo determinado.

7.4.4 Da divisão e da valorização do trabalho

- Quanto aos campos de atuação desses jovens na divisão trabalho:

- O que planta é destinado para o consumo e o que sobra é vendido.
- Os jovens homens participam de todo o processo.
- As jovens mulheres participam do plantio e da colheita, mas não saem para vender.

- Quanto à percepção desses trabalhadores acerca da valorização do seu trabalho:

- Os agricultores acham que seu trabalho não é valorizado pelas outras pessoas.

7.4.5 Das estratégias de sobrevivência

- Os agricultores guardam parte das sementes para consumir no período de seca.
- Os agricultores guardam parte das sementes para consumir no período de chuvas.

CAPÍTULO VIII

MÉTODO

A metodologia deste estudo consiste na coleta direta dos dados, na qual os questionários captam as informações e opiniões do próprio agricultor familiar. Procura-se compreender, sob o ponto de vista do agricultor, as mudanças ocorridas devido ao uso do crédito e as dificuldades existentes.

8.1 Delineamento

Executou-se um delineamento correlacional, com emparelhamento com grupo de controle natural, considerando como variável antecedente (VA) a condição de indivíduo beneficiado e não beneficiado pelo PRONAF e como variáveis-critério (VC) a qualidade de vida e o bem-estar subjetivo dos jovens, assim como a percepção destes acerca da influência do programa nas suas condições de vida e de trabalho. Para contemplar o segundo objetivo, da verificação das condições edafoclimáticas sobre os construtos, foram consideradas como VA o local onde residem os participantes (Agreste ou Sertão) e como VDs a qualidade de vida e o bem-estar.

Para realização das análises referentes à QVS e ao BES foi utilizada uma abordagem quantitativa. A verificação dos aspectos descritivos do PRONAF – tais percepção e avaliação pelos (potenciais) beneficiários, abrangência, aplicabilidade, pagamento e condições de trabalho – foi realizada através de uma abordagem qualitativa.

8.2 Caracterização do Cenário da pesquisa

Considerando a importância das condições edafoclimáticas para a agropecuária, buscou-se neste estudo contemplar duas mesorregiões paraibanas com características distintas, o Agreste (úmido) e o Sertão (seco). Os mapas anexos permitem a visualização das mesorregiões e microrregiões estudadas.

No agreste foi selecionada a microrregião do Brejo Paraibano e nele a cidade de Areia, inserida na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, com 269 km² de extensão territorial e 24.992 habitantes (IBGE, 2007). Areia possui clima Tropical Chuvoso, com temperaturas que chegam a 8°C no inverno e, em dias quentes, a 30°C. O período chuvoso inicia-se em janeiro/fevereiro e estende-se até setembro/outubro. Sua vegetação é formada por Florestas Subcaducifólica e Caducifólica, próprias das áreas agrestes (Ministério de Minas e Energia, 2005a).

No Sertão foi escolhida a microrregião de Catolé do Rocha e nela a cidade de Catolé do Rocha, com 552 km² de extensão e 27.584 habitantes (IBGE, 2007). Neste município não foi possível suprir a cota planejada para composição da amostra, assim foi necessário estender a pesquisa para outro município, tendo-se escolhido Brejo dos Santos. Este compõe a mesma microrregião, localiza-se na área fronteiriça e possui características semelhantes a Catolé do Rocha, com extensão territorial de 94 km² e 5.743 habitantes. Ambos apresentam clima semi-árido quente e pertencem ao polígono das secas, com temperatura média de 26 a 27°C e vegetação é do tipo Caatinga-Sertão. As chuvas escassas a maior parte do ano, em média 5 a 7 meses secos, e 84,1% da pluviometria anual concentrada em 4 meses, fevereiro a maio (Ministério de Minas e Energia, 2005b).

8.3 Participantes

Foram entrevistados 510 jovens, selecionados através de amostragem não-probabilística, sendo 251 no sertão, dos quais 128 foram beneficiados pelo PRONAF e 123 não receberam o programa, e 259 no agreste, dos quais 110 receberam o programa e 149 não foram beneficiados. Durante a coleta foram estabelecidos critérios de emparelhamento considerando a região, a condição de beneficiado ou não e o sexo do participante com o intuito de equilibrar ao máximo as variáveis biodemográficas, diminuindo a interferência das mesmas sobre os construtos em estudo.

Após a coleta foram eliminados os questionários em excesso, a fim de manter os 400 planejados, tal exclusão foi feita através do emparelhamento das variáveis idade, escolaridade e estado civil, como forma de aprimorar o controle das variáveis interferentes.

Como são programas que se supõe irradiem seus benefícios a uma população maior, também devem participar do estudo 40 atores sociais, representantes da comunidade local, que não possuem ligação direta com a agricultura, em número proporcional a cada região.

8.4 Instrumentos

Foi utilizado como instrumento um questionário “ad hoc” para traçar o perfil bio-sócio-demográfico dos participantes (sexo, idade, estado civil, escolaridade) e a sua qualidade de vida objetiva (ocupações, renda familiar, bens materiais, propriedade agrícola, criação de animais).

Utilizou-se também roteiros de entrevista direcionados a cada parte específica da amostra – os atores sociais, os agricultores beneficiados e os não beneficiados pelo PRONAF – com o intuito de traçar o perfil de cada grupo, a satisfação dos beneficiados acerca do PRONAF, assim como a avaliação que cada grupo faz do programa (Anexos). Os itens que

compõem estes questionários foram elaborados a partir de cada objetivo específico definido, com a finalidade de testar cada hipótese estabelecida.

Para avaliar a qualidade de vida subjetiva, foi aplicado um instrumento adaptado pelo NEDRAPs (Albuquerque, Gouveia & Sousa, manuscrito) a partir do questionário WHOQOL-Bref da OMS (Fleck et al., 2000). A escala original possui 26 itens, respondidos através de uma escala tipo *Likert* de cinco pontos, distribuídos em quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente.

O Bem-estar subjetivo foi avaliado através da Escala Adaptada de Satisfação (ESV) com a Vida e a Escala Adaptada de Afetos Positivos e Negativos (Pavot & Diener, 1993). A *Escala de Satisfação com a Vida* foi elaborada originalmente por Diener, Emmons, Larsen e Griffin (1985, apud Pavot & Diener, 1993) com cinco itens, respondidos através de uma escala do tipo *Likert* de sete pontos.

A *Escala de Afetos Positivos e Negativos* foi elaborada por Diener e Emmons (1984 apud Pavot & Diener, 1993) para medir o balanço dos afetos positivos e negativos. O instrumento é composto por nove adjetivos, sendo quatro positivos e cinco negativos. Os afetos positivos são: feliz, alegre, satisfeito e divertido; e os negativos são: deprimido, preocupado, frustrado, raivoso e infeliz. Esta escala avalia o quanto o respondente tem experienciado cada uma das emoções nos últimos dias, através de uma escala do tipo *Likert* de sete pontos.

As escalas WHOQOL-Bref e de Satisfação com a Vida passaram por modificações, a partir de estudos anteriores realizados no ambiente rural pelo NEDRAPs (Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural e Avaliação de Programas Sociais), com o intuito de adaptar a linguagem e o sentido das questões de modo que se tornassem válidas para a população rural e refletissem a sua realidade. As adaptações permitem facilitar o entendimento do conteúdo

dos itens, sem alterar o seu significado. As três escalas passam a ser respondidas através de uma escala variando de 0 a 10, visto que a escala decimal, por ser a mais utilizada no contexto brasileiro, facilita o entendimento da escala de resposta. A graduação da escala foi a única modificação feita na Escala de Afetos. Os detalhes acerca da validação e adaptação das Escalas WHOQOL-Bref e ESV estão apresentados nos Apêndices I e II, respectivamente.

8.5 Procedimentos

8.5.1 Procedimentos de coleta de dados

Inicialmente foi estabelecido contato com a EMATER estadual, órgão responsável pela distribuição e controle do benefício do PRONAF, foi apresentado o projeto desta pesquisa e obteve-se o consentimento para contato com o órgão em nível municipal. Os municípios que compõem a amostra em cada região foram escolhidos considerando-se o tamanho da sua população (menos de 30 mil habitantes) e os critérios pluviométricos (zona úmida e zona seca). Na zona úmida, participa do estudo o município de Areia e, na zona seca, os municípios de Catolé do Rocha e Brejo dos Santos.

Na EMATER dos municípios escolhidos foram selecionadas as fichas dos agricultores beneficiados pela linha do PRONAF destinada aos jovens. Como o número de beneficiados pelo PRONAF Jovem não atingiu a cota estipulada em nenhuma das regiões, foram selecionados os beneficiados pelo PRONAF B determinando-se como critério a faixa etária dos 16 a 29 anos. Os participantes não beneficiados foram escolhidos com o critério de emparelhamento com os participantes beneficiados pelo PRONAF. Tal emparelhamento entre os dois grupos foi feito com relação às variáveis sexo, idade, região e cidade onde residem, com o objetivo de isolar a interferência destas variáveis sobre os resultados das análises.

É importante ressaltar que, a partir da composição da amostra, pode-se notar que o PRONAF Jovem não está atingindo seu público-alvo, visto que os jovens agricultores que buscam o benefício o recebem através de outras linhas de crédito, especialmente do PRONAF B. Isto pode ser atribuído a informações conflitantes, ou até mesmo a ausência delas, que partem dos próprios funcionários da EMATER, impedindo o acesso do jovem agricultor à linha de crédito específica destinada a ele.

Um procedimento padrão foi utilizado, no qual os aplicadores foram previamente preparados e orientados para intervir o mínimo possível nas respostas dadas pelos participantes, minimizando a possibilidade de viés de resposta. Os instrumentos foram aplicados diretamente nas residências e locais de trabalho dos participantes. O aplicador dirigia-se ao jovem, esclarecia o objetivo da pesquisa e solicitava a sua colaboração, enfatizando a ausência de respostas corretas ou incorretas, assim como a importância de sua sinceridade. Explicava-se detalhadamente como o participante iria responder aos instrumentos, esclarecendo que deviam escolher a resposta que melhor represente o grau da sua satisfação com relação à situação mencionada em cada item pelo aplicador. Em seguida, o aplicador marcava a alternativa escolhida pelo jovem, no caso das escalas, ou transcrevia a resposta verbalizada pelo participante no caso dos questionários.

8.5.2 Procedimentos éticos

Inicialmente, esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba, sob o protocolo CEP/HULW N° 099/09 (Anexo III). Durante todo o processo da pesquisa foram obedecidos os princípios éticos referentes à pesquisa envolvendo seres humanos, estabelecidos na Resolução 196/96 do Ministério da Saúde, que garantem ao participante a

confidencialidade das informações fornecidas, a manutenção de sua privacidade, o direito de interromper a entrevista em qualquer momento de sua realização e o seu consentimento livre e esclarecido.

8.6 Análise dos dados

Realizaram-se análises estatísticas descritivas (média, moda, mediana, desvio-padrão, frequência e porcentagem) para fornecer informações acerca da amostra. Em seguida, foram realizados testes *t-student* para amostras independentes, a fim de comparar os dados dos beneficiados e dos não-beneficiados pelo PRONAF, assim como dos homens e mulheres, dos residentes nas zonas secas ou úmidas e na interação destas variáveis, adotando o critério de $p \leq 0,05$ para que a diferença seja considerada significativa. Para mostrar o significado da força e do tipo de relação entre a renda familiar e a qualidade de vida e o bem-estar subjetivo foram calculados os coeficientes de correlação produto-momento de Pearson. Estes cálculos foram realizados através do software SPSS (Statistical Package of Social Sciences for Windows), na versão 15.0.

Os dados apreendidos através das entrevistas foram analisados com base no conteúdo das respostas (Bardin, 1979) dadas pelos participantes, estabelecendo-se as unidades de análise que correspondem às perguntas, suas categorias e subcategorias e as respectivas frequências.

CAPÍTULO IX

RESULTADOS

As análises aqui apresentadas estão divididas em três partes. Inicialmente foram procedidas estatísticas descritivas a fim de caracterizar a amostra do estudo.

Em seguida, foram analisados os dados quantitativos e realizadas avaliações globais da QVS e do BES e seus respectivos componentes. Além disso, com relação a estes construtos foram feitas comparações entre os participantes e não-participantes do PRONAF, a fim de verificar a influência do programa sobre os mesmos, e entre os residentes nas zonas seca e úmida, a fim de observar a influência das condições edafoclimáticas sobre os construtos.

Posteriormente, foram analisados os dados qualitativos que informam sobre a avaliação do PRONAF pelos usuários e não usuários do programa e pelos demais atores sociais, assim como sobre o impacto do programa nas condições de vida e de trabalho dos beneficiados, além dos aspectos descritivos como abrangência, aplicabilidade dos recursos e pagamento do empréstimo.

9.1 Caracterização da Amostra

Compõe a amostra deste estudo 400 jovens filhos de agricultores familiares, com idades entre 16 e 29 anos e média de aproximadamente 24 anos ($DP=3$ anos). Destes participantes 200 residem na zona úmida e 200 na zona seca, dos quais 100 em cada região receberam o benefício do PRONAF e 100 nunca participaram do programa, sendo 50% mulheres e 50% homens em cada situação. A Tabela 2, através das frequências e porcentagens, traz o detalhamento do perfil da amostra em estudo.

Tabela 2

Caracterização da amostra

VARIÁVEIS	NÍVEIS	F			%		
		Sertão	Agreste	Total	Sertão	Agreste	Total
Local		200	200	400	50	50	100
PRONAF	Com	100	100	200	50	50	100
	Sem	100	100	200	50	50	100
Sexo	Homem	100	100	200	50	50	100
	Mulher	100	100	200	50	50	100
Estado Civil	Casado (a)	124	116	240	62,0	58,0	60,0
	Solteiro (a)	71	74	145	35,5	37,0	36,3
	Viúvo (a)	2	1	3	1,0	0,5	0,8
	Divorciado/Separado(a)	2	1	3	1,0	0,5	0,8
	Outros	1	8	9	0,5	4,0	2,3
Escolaridade	Sem escolaridade	3	19	22	1,5	9,5	5,5
	1º grau incompleto	92	99	191	46,0	49,5	47,8
	1º grau completo	48	26	74	24,0	13,0	18,5
	2º grau incompleto	11	20	31	5,5	10,0	7,5
	2º grau completo	41	31	72	20,5	15,5	18,0
	3º grau incompleto	4	2	6	2,0	1,0	1,5
	3º grau completo	1	3	4	0,5	1,5	1,0
Trabalha	Sim	169	184	353	84,5	92,0	88,3
	Não	31	16	47	15,5	8,0	11,8
Atividade	Agricultor(a)	66	161	225	33,0	80,5	56,3
	Dona de casa e varandeira	20	-	20	10,0	-	5,0
	Dona de casa	17	7	24	8,5	3,5	6,0
	Doméstica	16	-	16	8,0	-	4,0
	Varandeira	16	-	16	8,0	-	4,0
	Construção civil	9	2	11	4,5	1,0	2,8
	Doméstica e varandeira	7	1	8	3,5	0,5	2,0
	Fábrica	4	-	4	2,0	-	1,0
	Pecuária	4	-	4	2,0	-	1,0
	Agricultora e varandeira	3	-	3	1,5	-	0,8
	Dona de casa e agricultora	2	1	3	1,0	0,5	0,8

	Professora	-	3	4	-	1,5	1,0
	Artesanato	-	3	4	-	1,5	1,0
	Outras atividades	19	9	32	9,5	4,5	7,9
	Não trabalham	19	13	32	9,5	6,5	8,1
Programa social	Sim	94	65	159	47,0	32,5	39,8
	Não	106	135	241	53,0	67,5	60,3

Entre os participantes sertanejos, residem em Catolé do Rocha 156 jovens (78%) enquanto os demais 44 (22%) moram em Brejo dos Santos, estando estes devidamente distribuídos nas condições de beneficiados ou não e sexo do participante, mantendo o emparelhamento também, neste caso, por cidade. No agreste, todos os jovens (200) participantes residem na cidade de Areia.

Priorizou-se selecionar, para compor a parcela da amostra beneficiada pelo PRONAF, os agricultores favorecidos pelo PRONAF Jovem. Porém, nas cidades visitadas, o número de jovens que recebiam o benefício destinado a eles não foi suficiente para suprir as cotas estabelecidas, as quais foram completadas com os beneficiados pelo PRONAF B, respeitando-se o critério da idade entre 16 e 29 anos. No sertão, havia nos registros da Emater apenas 3 jovens beneficiados pelo PRONAF Jovem. Enquanto no Agreste, não havia registro algum dessa categoria de benefício. Sendo assim, praticamente todos os jovens entrevistados foram beneficiados pelo PRONAF B.

Entre os jovens que moram no sertão, a idade média encontrada foi 24 anos (DP=3,55), com moda de 24 e mediana de 28 anos. No agreste, a idade média dos jovens foi aproximadamente 25 anos (DP=2,11), com moda e mediana igual a 25 anos.

De modo geral, a maioria dos jovens (60%) é casada, tanto no Sertão (62%) quanto no Agreste (58%). Possuem baixo nível de escolaridade, visto que 53,3% não completaram o 1º grau. No Sertão, 1,5% das participantes não tem estudos e 46% tem o 1º grau incompleto. No Agreste, 9,5% não tem estudos e 49,5% não concluíram o 1º grau.

Apesar de apenas 22 participantes (5,5% do total) declararem não ter estudos, 42 (10,5%) disseram não serem capazes de ler uma revista e 51 (12,8%) disseram não serem capazes de escrever uma carta. Entre os participantes que declararam ter algum nível de escolaridade, 23 (6,1%) afirmaram não serem capazes de ler uma revista e 32 (8,5%) não conseguem escrever uma carta, podendo ser considerados analfabetos funcionais.

De modo geral, a maioria dos participantes afirmou que trabalha (88,3%). No Sertão este percentual é de 84,5%, enquanto no Agreste 92% dos jovens trabalham. No Agreste, a atividade predominante entre os jovens é a agricultura, estando 80,5% deles envolvidos nesta atividade. No Sertão, a agricultura também é predominante, porém com um percentual bem mais discreto, apenas 33%. Nesta região, as atividades apresentam-se mais diversificadas, especialmente as atividades femininas, visto que as mais exercidas, após a agricultura, são dona-de-casa e varandeira (10%), dona de casa (8,5%), doméstica (8%) e varandeira (8%).

Entre os 47 jovens que responderam que não trabalham, 21 declararam exercer alguma atividade, sendo 8 donas de casa (17%), 5 estudantes (10,6% apenas), 3 donas de casa e varandeiras (6,4%), 2 agricultoras (4,3%) e as demais (12,6%) declararam combinações das atividades citadas.

A renda familiar mensal dos participantes é em média R\$ 512,66 (DP=409,45), com moda igual a R\$ 500,00 e mediana de R\$ 450,00. Mensalmente os participantes declararam gastar com alimentação em média R\$ 264,05 (DP=128,13; Mo=200,00 e Md=250,00). Moram em casa/sítio próprio 82,2% dos participantes, 24,5% possuem propriedade agrícola e 72% possuem criação de animais. No sertão, a renda mensal da família é em média R\$ 494,40 (DP=368,69) com moda de R\$ 500,00 e mediana de R\$ 450,00. Enquanto no agreste a renda familiar mensal é de R\$ 530,83 (DP=446,53), com moda de R\$ 300,00 e mediana igual a R\$ 465,00.

De modo geral, 67,4% dos participantes declararam que a renda vem do trabalho, 13,5% afirmaram que, além do trabalho, a aposentadoria de parentes também compõe a renda da família, 9,8% disseram que a renda vem do trabalho e de programas sociais e 5,3% responderam que apenas a aposentadoria de parentes mantém financeiramente a família.

Recebem benefícios de programas sociais, como Fome Zero, 39,8% dos entrevistados. No sertão, este índice sobe para 47% e, no agreste, cai para 32,5%. Porém, apenas 0,5% dos participantes, de modo geral, afirmaram que a renda mensal da família depende apenas deste benefício.

Como o PRONAF é um programa que se supõe que irradie seus benefícios a uma população maior, também participaram do estudo atores sociais representantes da comunidade e comércio local. Participaram 40 atores sociais, dos quais 20 residem na região seca e 20 na região úmida, sendo 50% de cada sexo. A maioria é casada (90%), estudou no máximo até o 1º grau (65%) e tem idade média de 43 anos (DP=10; Md=44; Mo=46). Suas atividades concentram essencialmente no comércio de pequeno e médio porte, tanto na zona urbana (60%) como na zona rural (15%), incluindo também atividades como professor, cabeleireiro, funcionário público, secretária. Os participantes possuem renda variando de R\$ 62 a R\$ 12.000, com média de R\$ 1.954,30 (DP=2.411,57; Md=882,50).

9.2 Qualidade de Vida

Inicialmente, realizou-se uma análise fatorial da escala WHOQOL-Bref adaptada, a fim de verificar a validade de construto e a precisão da medida para a população deste estudo. Foram verificadas propriedades psicométricas favoráveis que confirmam a adequação do uso da escala para a população jovem do ambiente rural paraibano. Em seguida, foram calculados os índices da QVS e procedidas as demais análises.

9.2.1 Análise Fatorial da Escala WHOQOL-Bref Adaptada

Verificou-se a adequação de se realizar uma análise fatorial com o conjunto de itens deste instrumento, tendo-se confirmado através dos indicadores KMO (0,826) e Teste de Esfericidade de Bartlett [$X^2(276) = 2655,24; p \leq 0,000$].

Foi realizada uma análise fatorial comum (AFC) através da técnica *Principal Axis Factoring* (PAF), com rotação varimax. Foram encontrados sete fatores com *eigenvalues* superiores a 1, que explicavam conjuntamente 58,73% da variabilidade total dos escores do instrumento. Contudo, após análise da distribuição dos itens, verificou-se que os itens referentes à concentração e aprendizagem, originalmente do domínio psicológico, ficaram isolados em um fator. Do mesmo modo, os referentes ao sono e a dependência de medicamento formaram outro fator. Além disso, itens do domínio ambiente ficaram diluídos em dois fatores distintos. Assim, para evitar a superextração de fatores, a mesma análise foi refeita com o número de fatores fixado em quatro, conforme a estrutura original da escala. Esta solução apresentou estrutura coerente e compreensível, a qual se verifica na Tabela 3. Os quatro fatores encontrados explicam conjuntamente 44,46% da variabilidade total dos escores.

Os 27 itens da escala apresentaram consistência interna satisfatória com um Alpha de Cronbach (α) igual a 0,842. Retirando-se os dois itens que medem a QVS geral, já que eles não entram na análise fatorial, obteve-se um α igual a 0,829.

Tabela 3

Estrutura Fatorial da Escala WHOQOL-Bref Adaptada

Nº Item	Conteúdo dos Itens	Fatores				Item- Total	α da escala se item excluído
		I	II	III	IV		
18	O quanto você está satisfeito com sua capacidade para o trabalho?	0,705*				0,466	0,821
17	O quanto você está satisfeito com sua capacidade de fazer as atividades do seu dia-a-dia?	0,703*				0,689	0,814
3	Em que medida você se sente	0,531*		0,304*		0,465	0,821

	bem fisicamente?				
20	O quanto você está satisfeito com suas relações com as pessoas com quem convive (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	0,483*		0,446	0,821
11	Em que medida você tem disposição para fazer suas atividades diárias?	0,464*	0,345*	0,536	0,819
19	O quanto você está satisfeito com você mesmo?	0,456*	0,411*	0,485	0,821
6	Em que medida você acha que sua vida é importante?	0,327*	0,274	0,241	0,827
5	O quanto você experimenta sentimentos positivos em sua vida, como alegria, felicidade?	0,305*	0,281	0,414	0,822
16	Como você avalia o seu sono?	0,250		0,385	0,822
24	O quanto você está satisfeito com o serviço de saúde que você utiliza?	0,657*		0,424	0,821
13	O quanto você está satisfeito com sua situação financeira?	0,517*		0,573	0,813
25	O quanto você está satisfeito com o meio de transporte que utiliza?	0,476*		0,399	0,821
9	Em que medida você considera seguro o lugar onde você mora?	0,443*		0,470	0,818
14	O quanto você se sente bem informado?	0,364*	0,428*	0,306*	0,566
23	O quanto você está satisfeito com a casa onde você mora?	0,425*		0,440	0,820
15	Com que frequência você tem oportunidade de se divertir, fazer o que gosta?	0,305*	0,514*	0,508	0,816
8	Em que medida você está satisfeito com sua capacidade de aprender novas informações?	0,326*	0,493*	0,509	0,819
12	O quanto você está satisfeito com sua aparência física?		0,453*	0,397	0,822
7	Em que medida você consegue se concentrar, prestar atenção nas suas atividades?		0,392*	0,509	0,819
10	O quanto você está satisfeito com o local onde você mora, com relação ao clima, barulho, poluição?	0,158	0,301*	0,269	0,828
26	O quanto você experimenta sentimentos negativos em sua vida, como ansiedade, tristeza, preocupação?		0,277	- 0,165	0,854
4	O quanto você precisa tomar	0,104	0,220	-	0,839

	remédio no seu dia-a-dia?		0,042	
21	O quanto você está satisfeito com suas relações afetivas, seus relacionamentos amorosos?	0,901*	0,303	0,826
22	O quanto você está satisfeito com os seus relacionamentos íntimos?	0,843*	0,307	0,826
	O quanto você está satisfeito com o apoio que recebe dos seus amigos?	0,278	0,483	0,817
Nº de itens	8	6	7	3
Eigenvalue	5,98	1,84	1,46	1,39
% Variância Explicada	24,92	7,66	6,09	5,79
Alpha de Cronbach (α) do fator	0,761	0,704	0,656	0,659

*10,301 (Carga fatorial mínima para interpretação dos fatores)

O primeiro fator encontrado corresponde ao domínio físico e é composto por 8 itens com *eigenvalue* igual a 5,98, que explicam 24,92% da variância das respostas. A saturação dos itens deste fator variam de 0,705 (O quanto você está satisfeito com sua capacidade para o trabalho?) a 0,305 (O quanto você experimenta sentimentos positivos em sua vida, como alegria, felicidade?). O item 16 (Como você avalia o seu sono?) não atingiu a carga mínima adotada ($>0,30$) para interpretação do item no fator, indicando que esta variável está pouco associada ao fator a que se agrega. Porém, apesar disso, apresentou sua maior carga (0,250) neste fator, sendo nele mantido, conforme a escala original. Caso este item fosse excluído, a consistência interna da escala (0,829) pouco alteraria, passando a assumir um α igual a 0,822. Dos oito itens que compõem este fator cinco correspondem ao domínio físico também na estrutura original da escala. O item 20 (O quanto você está satisfeito com suas relações com as pessoas com quem convive (amigos, parentes, conhecidos, colegas?)) pertence originalmente ao fator relações sociais, tendo-se agregado ao fator físico com carga 0,483. Aparecem ainda no fator físico os itens 6 (Em que medida você acha que sua vida é importante?) e 5 (O quanto você experimenta sentimentos positivos em sua vida, como alegria, felicidade?), com cargas respectivamente 0,327 e 0,305, ambos vindos originalmente do fator psicológico. O item 19 (O quanto você está satisfeito com você mesmo?) apresenta

carga fatorial considerável tanto no domínio físico (0,456) quanto no seu domínio original psicológico (0,411), deste modo será considerado no domínio original. O índice de consistência interna (α) dos itens deste fator é igual a 0,761.

O segundo fator corresponde ao domínio meio ambiente e concentra 6 itens que explicam 7,66% da variância das respostas, com *eigenvalue* igual a 1,84. Os itens deste fator apresentaram saturação válida variando de 0,657 (O quanto você está satisfeito com o serviço de saúde que você utiliza?) a 0,425 (O quanto você está satisfeito com a casa onde você mora?). O item 14 (O quanto você se sente bem informado?), com carga 0,428 neste fator, obteve carga fatorial válida também nos domínios físico (0,364) e psicológico (0,306). A proximidade do valor de suas cargas nos fatores demonstra que se trata de um item confuso que pode estar contaminado por questões que envolvem diferentes dimensões. Neste caso, o item será considerado no domínio ambiente que, além de ser este seu fator de origem, nele obteve maior carga fatorial. Desta forma, todos os itens que figuram neste fator correspondem ao domínio ambiente também na estrutura original da escala. Os 6 itens deste fator assumem um índice de consistência interna igual a 0,704.

O terceiro fator corresponde ao domínio psicológico, reunindo 7 itens, com saturações variando de 0,514 (15 - Com que frequência você tem oportunidade de se divertir, fazer o que gosta?) a 0,301 (10 - O quanto você está satisfeito com o local onde você mora, com relação ao clima, barulho, poluição?). Explicando 6,09% da variância da total, com *eigenvalue* igual a 1,46, obteve um índice de consistência interna igual a 0,656. Dos sete itens que compõem este domínio, cinco correspondem originalmente ao domínio psicológico. O item 15 citado com a maior carga deste fator refere-se ao acesso a atividades de lazer, tendo migrado do domínio meio ambiente, o item apresenta carga considerável (0,305) também no seu fator original. É compreensível que a diversão e a oportunidade de fazer o que gosta estejam associadas à dimensão psicológica por estar-se tratando de uma amostra composta

maciçamente por jovens. Além deste, o item 10 citado com menor carga válida para este fator refere-se ao ambiente físico e originalmente também pertence ao domínio meio ambiente. Agregam-se ainda a este fator os itens 26 (O quanto você experimenta sentimentos negativos em sua vida, como ansiedade, tristeza, preocupação?) e 4 (O quanto você precisa tomar remédio no seu dia-a-dia?), porém com cargas insuficientes para serem interpretados no fator, respectivamente 0,277 e 0,220. O item 26, pertencente originalmente ao fator psicológico, será por isso mantido no mesmo. O item 4, não tendo apresentado carga suficiente para se manter no fator psicológico, será mantido no fator físico de origem. A baixa carga desse item pode dever-se a fato do item tratar da dependência diária de medicamentos, o que não é uma realidade freqüente entre os jovens.

Por fim, o quarto fator encontrado agrega três itens com *eigenvalue* igual a 1,39, que explicam 5,79% da variância total. Com saturações iguais a 0,901 (O quanto você está satisfeito com suas relações afetivas, seus relacionamentos amorosos?), 0,843 (O quanto você está satisfeito com os seus relacionamentos íntimos?) e 0,278 (O quanto você está satisfeito com o apoio que recebe dos seus amigos?). Estes itens proporcionam índice de consistência interna igual a 0,659 para o fator. De acordo com a escala original, este fator corresponde ao domínio relações pessoais agregando também o item “O quanto você está satisfeito com suas relações com as pessoas com quem convive (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?”. Porém, nesta análise este item agregou-se ao domínio físico. Apenas as questões referentes à atividade sexual apresentaram saturação válida no fator, contudo, apesar da carga insuficiente, o item referente ao apoio recebido também será considerado no fator relações pessoais.

9.2.2 Análises da Qualidade de Vida

Para realizar a primeira parte das análises, as comparações foram obtidas através do testes *t* de Student para amostras independentes com cada medida, com a finalidade de

comparar as médias dos grupos, adotando o critério de $p \leq 0,05$ para que a diferença seja considerada significativa.

Com o objetivo de analisar o nível de qualidade de vida subjetiva dos jovens utilizou-se uma adaptação da escala WHOQOL-bref, variando de 0 a 10. Nesta escala quanto mais se pontua próximo de 10 melhor o nível de qualidade de vida subjetiva do jovem.

De modo geral, os jovens apresentaram altos índices tanto de QVS, com média geral de 8,39 e desvio padrão de 1,24, como de seus domínios físico ($M=8,85$; $DP=0,77$), meio ambiente ($M=7,54$; $DP=1,37$), psicológico ($M=7,95$; $DP=1,06$) e social ($M=8,22$; $DP=2,39$). Todos os índices localizam-se no 3º quartil da curva normal, podendo por isso serem considerados satisfatórios. Foi computada também a média de todos os domínios juntamente com a QVS Geral na variável QVSTotal, conforme mostra a Tabela 4.

9.2.2.1 Comparando todos Pronafianos vs sem PRONAF

Quando comparados os jovens que receberam o benefício do PRONAF ($M=8,36$; $DP=1,34$) com os que não receberam ($M=8,42$; $DP=1,13$) em função da QVS geral, verifica-se que não há variância válida ($p>0,05$) entre ambos. Analisando os componentes da QVS separadamente, conforme mostra a Tabela 4, verifica-se que com relação aos domínios físico e meio ambiente não houve variação estatisticamente significativa ($p>0,05$) entre os dois grupos.

Tabela 4

Comparação dos índices médios da Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e seus domínios em função da condição do benefício do PRONAF

	<i>Média (DP)</i>			<i>t</i> <i>(COM x SEM)</i>
	Geral	Com PRONAF	Sem PRONAF	
QVSGeral	8,39 (1,24)	8,36 (1,34)	8,42 (1,13)	-0,483; $p>0,05$
Físico	8,85 (0,77)	8,91 (0,80)	8,78 (0,74)	1,652; $p>0,05$
Ambiente	7,54 (1,37)	7,66 (1,34)	7,41 (1,40)	1,869; $p>0,05$
Psicológico	7,95 (1,06)	8,10 (1,06)	7,81 (1,04)	2,697; $p<0,01$
Social	8,22 (2,39)	8,80 (1,77)	7,64 (2,75)	4,994; $p<0,001$
QVSTotal	8,17 (0,96)	8,41 (0,87)	7,92 (0,99)	5,133; $p<0,001$

Porém nos domínios psicológico e social os jovens pronafianos apresentaram índices significativamente ($t=2,697$ e $t=4,994$; $p<0,01$) mais elevados do que os jovens que não receberam o benefício. Esta variação reflete-se no índice total da QVS, constatando-se que os pronafianos ($M=8,41$; $DP=0,87$) apresentaram índices significativamente ($t=5,133$; $p<0,001$) maiores do que os não-participantes do programa ($M=7,92$; $DP=0,99$).

9.2.2.2 Comparando as regiões

Os índices médios da QVS e seus domínios foram comparados, através do teste t de Student, entre os jovens residentes na zona seca e os que residem na zona úmida. Com relação à QVS os jovens moradores da zona seca ($M=8,59$; $DP=1,12$) apresentaram índices significativamente mais elevados ($t=3,343$; $p\leq 0,001$) do que os moradores da zona úmida ($M=8,18$; $DP=1,32$), conforme a Tabela 5.

Tabela 5

Comparação dos índices médios da Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e seus domínios em função da região onde reside

	<i>Média (DP)</i>		<i>T</i> <i>(Sertão x Agreste)</i>
	<i>Sertão</i>	<i>Agreste</i>	
QVSGeral	8,59 (1,12)	8,18 (1,32)	3,343; $p \leq 0,001$
Físico	9,01 (0,70)	8,68 (0,81)	4,391; $p < 0,001$
Ambiente	7,91 (1,20)	7,14 (1,44)	5,726; $p < 0,001$
Psicológico	8,27 (0,97)	7,64 (1,05)	6,251; $p < 0,001$
Social	8,38 (2,49)	8,07 (2,28)	1,290; $p > 0,05$
QVSTotal	8,40 (0,89)	7,91 (0,98)	5,106; $p < 0,001$

Analisando os domínios físico, ambiente e psicológico, assim como o índice de QVS total, verifica-se que existe variância estatisticamente válida ($p < 0,001$) entre os sertanejos e os residentes no Agreste, tendo os primeiros apresentado índices mais elevados. Apenas o domínio social não apresentou variação válida ($p > 0,05$) entre os dois grupos.

9.2.2.3 Comparando Pronafianos vs sem PRONAF no Sertão

Separadamente, foram comparados os índices dos jovens beneficiados pelo PRONAF com os dos não-beneficiados pelo programa no Sertão e no Agreste. No Sertão, não houve variação significativa ($p > 0,05$) entre os dois grupos com relação à QVSGeral nem aos seus domínios físico e meio ambiente. Porém tanto nos domínios psicológico ($t = 2,017$; $p < 0,05$) e social ($t = 5,427$; $p < 0,001$), quanto no índice de QVS total ($t = 5,103$; $p < 0,001$) os jovens

pronafricanos sertanejos apresentaram índices significativamente maiores do que os sertanejos não beneficiados pelo PRONAF, como se pode ver na Tabela 6.

Tabela 6

Comparação dos índices médios da Qualidade de Vida (QVS) e seus domínios em função da condição do benefício do PRONAF no Sertão

	<i>Média (DP)</i>		<i>t</i>
	Com PRONAF	Sem PRONAF	(COM x SEM)
QVSGeral	8,70 (1,10)	8,49 (1,14)	1,358; p>0,05
Físico	9,05 (0,70)	8,98 (0,70)	0,733; p>0,05
Ambiente	8,04 (1,15)	7,78 (1,23)	1,528; p>0,05
Psicológico	8,41 (0,99)	8,13 (0,94)	2,017; p<0,05
Social	9,27 (1,25)	7,48 (3,04)	5,427; p<0,001
QVSTotal	8,70 (0,68)	8,10 (0,97)	5,103; p<0,001

9.2.2.4 Comparando Pronafianos vs sem Pronaf no Agreste

Quando realizada a mesma análise com os participantes residentes no Agreste, verifica-se que os beneficiados e os não-beneficiados apresentam índices estatisticamente semelhantes de QVS geral e seus domínios. Porém, com exceção do fator psicológico, no qual os pronafricanos residentes no Agreste (M=7,78; DP=1,03) apresentaram índices estatisticamente mais elevados (t=2,0; p<0,005) do que os residentes no Agreste não-beneficiados (M=7,49; DP=1,05). Tal variação refletiu-se no índice de QVS total, conforme mostrado na Tabela 7, apresentando variação válida (t=2,528; p<0,05) no mesmo sentido que o domínio psicológico.

Tabela 7

Comparação dos índices médios da Qualidade de Vida (QVS) e seus domínios em função da condição do benefício do PRONAF no Agreste

	<i>Média (DP)</i>		<i>t</i> <i>(COM x SEM)</i>
	Com PRONAF	Sem PRONAF	
QVSGeral	8,02 (1,48)	8,35 (1,13)	-1,801; p>0,05
Físico	8,77 (0,87)	8,59 (0,74)	1,585; p>0,05
Ambiente	7,27 (1,41)	7,02 (1,46)	1,192; p>0,05
Psicológico	7,78 (1,03)	7,49 (1,05)	2,001; p<0,05
Social	8,33 (2,08)	7,80 (2,44)	1,652; p>0,05
QVSTotal	8,10 (0,94)	7,74 (0,99)	2,528; p<0,05

Pode-se perceber que a análise em função da condição de beneficiado ou não pelo PRONAF no sertão apresenta-se semelhante à análise geral considerando ambas as regiões, na qual os pronafianos apresentaram índices significativamente mais elevados nos domínios psicológico e social, refletindo tal diferença na QVS total. Porém, quando se considera apenas o agreste, com relação ao domínio social os dois grupos apresentam-se estatisticamente semelhantes. Pode-se assim concluir que no sertão o PRONAF influencia um número maior de fatores da qualidade de vida do que no agreste.

9.2.2.5 Comparando Pronafianos do Sertão vs Agreste

Com o intuito de detalhar as análises procedidas, foram realizadas comparações dos índices de QVS e seus componentes dos jovens moradores do sertão e do agreste, isolando a condição de beneficiado.

Para isto, compararam-se os pronafricanos que vivem no sertão com os pronafricanos que vivem no agreste. Nesta análise, verificou-se que há diferença válida ($p < 0,05$) entre os dois grupos tanto nos índices gerais quanto nos domínios, tendo os sertanejos apresentado índices mais positivos do que os residentes no Agreste, conforme apresentado na Tabela 8.

Tabela 8

Comparação dos índices médios da Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e seus componentes dos pronafricanos em função da região onde residem

	<i>Média (DP)</i>		<i>t</i> <i>(Sertão x Agreste)</i>
	Sertão	Agreste	
QVSGeral	8,70 (1,10)	8,02 (1,48)	3,715; $p < 0,001$
Físico	9,05 (0,70)	8,77 (0,87)	2,473; $p < 0,05$
Ambiente	8,04 (1,15)	7,27 (1,41)	4,195; $p < 0,001$
Psicológico	8,41 (0,99)	7,78 (1,03)	4,346; $p < 0,001$
Social	9,27 (1,25)	8,33 (2,08)	3,852; $p < 0,001$
QVSTotal	8,70 (0,68)	8,09 (0,94)	5,104; $p < 0,001$

Estes resultados assemelham-se a análise da primeira comparação da QVS apresentada, quando se confrontam todos os sertanejos com todos os residentes no Agreste, porém até o domínio social, diferente da comparação geral, também apresentou variação significativa.

9.2.2.6 Comparando sem PRONAF do Sertão vs Agreste

Quando comparados os índices da QVS e seus componentes dos jovens não beneficiados que vivem no sertão com aqueles que moram no agreste, verificou-se que o índice geral de QVS apresentou-se estatisticamente semelhante ($p > 0,05$) entre os grupos

assim como o domínio social. Nos domínios físico, meio ambiente e psicológico ($t=3,804$; $t=3,932$ e $t=8,575$; $p<0,001$), assim como no índice total ($t=2,559$; $p<0,05$), os não participantes sertanejos apresentaram índices mais elevados do que os não participantes residentes no Agreste, conforme exibido na Tabela 9. Nesta análise, assim como na comparação geral entre as regiões, o domínio social apresentou semelhança estatística entre os grupos. Da mesma forma, a QVS geral também se apresentou semelhante entre ambos, porém diferentemente da análise anterior.

Tabela 9

Comparação dos índices médios da Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e seus componentes dos que não receberam o PRONAF em função da região onde residem

	<i>Média (DP)</i>		<i>t</i> <i>(Sertão x Agreste)</i>
	Sertão	Agreste	
QVSGeral	8,49 (1,14)	8,35 (1,13)	0,843; $p>0,05$
Físico	8,98 (0,70)	8,59 (0,74)	3,804; $p<0,001$
Ambiente	7,78 (1,23)	7,02 (1,46)	3,932; $p<0,001$
Psicológico	8,13 (0,94)	7,49 (1,05)	8,575; $p<0,001$
Social	7,48 (3,04)	7,80 (2,44)	-0,820; $p>0,05$
QVSTotal	8,10 (0,97)	7,74 (0,99)	2,559; $p<0,05$

Com estas últimas análises pode-se perceber que entre os jovens beneficiados pelo programa os sertanejos obtiveram índices significativamente maiores do que os residentes no Agreste em todos os domínios da QVS. Entre os não beneficiados tal variação não se estendeu ao domínio social nem ao índice de QVS geral.

9.2.2.7 Comparando Homem vs Mulher

Para verificar a influência do gênero sobre a qualidade de vida, foram comparados os escores de QVS e seus domínios entre homens e mulheres. Conforme indicam os resultados, apresentados na Tabela 10, verifica-se que existe diferença estatística ($t=2,595$; $p<0,05$) entre os escores de QVS geral dos jovens em função do gênero, com os homens ($M=8,55$; $DP=1,11$) apresentando maiores índices do que as mulheres ($M=8,23$; $DP=1,34$).

Tabela 10

Escores médios da Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e seus componentes em função do gênero

	<i>Média (DP)</i>		<i>t</i> <i>(Homem x Mulher)</i>
	Homem	Mulher	
QVSGeral	8,55 (1,11)	8,23 (1,34)	2,595; $p<0,05$
Físico	8,97 (0,73)	8,72 (0,80)	3,313; $p\leq 0,001$
Ambiente	7,66 (1,32)	7,41 (1,42)	1,802; $p>0,05$
Psicológico	8,18 (1,00)	7,73 (1,07)	4,312; $p<0,001$
Social	8,32 (2,10)	8,12 (2,64)	0,827; $p>0,05$
QVSTotal	8,29 (0,91)	8,04 (1,00)	2,592; $p<0,05$

Da mesma forma os homens apresentaram índices significativamente maiores do que as mulheres quanto ao domínio físico e psicológico, assim como no índice de QVS total. Apenas nos domínios ambiente e relações sociais homens e mulheres apresentaram-se estatisticamente semelhantes.

9.2.2.8 Correlação QVS e Renda

Com o objetivo de verificar em que medida os índices de QVS estão relacionados com o nível econômico, foram calculados os coeficientes de correlação produto-momento de Pearson, conforme mostrado na Tabela 11.

Tabela 11

Correlação entre a Qualidade de Vida Subjetiva (QVS) e seus domínios e a renda familiar dos jovens

	QVSGeral	Físico	Ambiente	Psicológico	Social	QVSTotal
Renda	0,032	0,026	-0,001	-0,041	-0,151**	-0,078

*p<0,05; ** p<0,01

A qualidade de vida subjetiva e a renda familiar não apresentaram correlação significativa ($p>0,05$) entre si. Entre seus domínios apenas o social apresentou correlação significativa ($p<0,01$) e negativa ($r = -0,151$). Isto indica que quanto maior a renda familiar do participante menor é seu escore no domínio social da qualidade de vida.

9.3 Bem-estar Subjetivo

A análise do BES foi realizada através da Escala de Satisfação com a Vida e da Escala de Afetos Positivos e Negativos, ambas respondidas em escala decimal. Antes de tudo foram procedidas análises fatoriais das escalas adaptadas para verificar a sua adequação para o uso com jovens do meio rural. Em seguida, para o estudo dos dados obtidos, foram computados os índices gerais de BES, extraíndo-se a média aritmética das médias ajustadas da satisfação com a vida, dos afetos positivos e dos afetos negativos.

9.3.1 Análise Fatorial das Escalas de Bem-Estar Subjetivo

9.3.1.1 Escala de Afetos

Inicialmente, para verificar a adequação da realização de uma análise fatorial, foram utilizados os indicadores Kaiser Meyer Olkin (KMO) e o Teste de *Esfericidade de Bartlett's* (X^2 (gl) = *Bartlett's*). De acordo com esses índices, foram encontrados indicadores satisfatórios que confirmam a adequação da análise, sendo o KMO = 0,799 e o X^2 (36) = 857,14; $p < 0,001$.

Realizou-se uma análise fatorial comum (AFC) através da técnica *Principal Axis Factoring* (PAF), com rotação varimax, que confirmou a estrutura bidimensional da escala original. Os dois fatores encontrados, com *eigenvalues* superiores a 1, explicam conjuntamente 54,31% da variabilidade total dos escores do instrumento.

Com objetivo de avaliar a consistência interna da escala, foi calculado o *Alpha de Cronbach*, encontrando-se um índice igual a 0,557, o qual pode-se considerar insuficiente para se afirmar a consistência interna da escala. Porém, este índice eleva-se consideravelmente quando avaliados os fatores isolados. A Tabela 12 apresenta os índices do α da escala se item excluído, a correlação item-total, a distribuição dos itens nos fatores e suas respectivas cargas fatoriais.

Tabela 12

Estrutura Fatorial da Escala de Afetos Adaptada

Item Nº	Conteúdo	Fatores		Item-Total	α da escala se item excluído
		I	II		
4	Frustrado	0,736*		0,435	0,467
2	Deprimido	0,642*		0,410	0,473
5	Raivoso	0,609*		0,436	0,459
8	Infeliz	0,608*	-0,306*	0,303	0,514

7	Preocupado	0,603*	0,425	0,461
1	Feliz	0,658*	-0,026	0,589
9	Alegre	0,633*	0,031	0,575
6	Divertido	0,603*	0,110	0,565
3	Satisfeito	0,525*	0,048	0,580
Nº de itens	5	4		
Eigenvalue	3,11	1,78		
% Variância Explicada	34,58	19,73		
Alpha de Cronbach (α) do fator	0,778	0,695		

*|0,30| (Carga fatorial mínima para interpretação dos fatores)

Conforme a escala original, os itens frustrado (0,736), deprimido (0,642), raivoso (0,609), infeliz (0,608) e preocupado (0,603) compõem o fator Afetos Negativos. Enquanto os itens feliz (0,658), alegre (0,633), divertido (0,603) e satisfeito (0,525) compõem o fator Afetos Positivos. Considerou-se $\pm 0,30$ a carga fatorial mínima para interpretação do item no fator. Desta forma, todos os itens apresentaram carga fatorial satisfatória, pode-se então concluir que a escala apresenta validade de construto e precisão para a mensuração e a avaliação dos afetos da população em estudo.

9.3.1.2 Escala de Satisfação com a Vida

Através dos indicadores KMO (0,743) e Bartlett [X^2 (10) = 433,93; $p < 0,001$] comprovou-se a adequação da realização de uma análise fatorial.

Por meio de uma análise fatorial comum através da técnica *Principal Axis Factoring* (PAF), com rotação varimax, confirmou-se a estrutura unidimensional da escala original. O fator encontrado explica 47,67% da variabilidade total dos escores do instrumento. O Alpha de Cronbach (0,668) garante esta propriedade métrica e indica uma consistência interna

aceitável. A Tabela 13 apresenta os índices do α da escala se item excluído, a correlação item-total e as cargas fatoriais dos itens.

Tabela 13

Estrutura Fatorial da Escala de Satisfação com a Vida Adaptada

Item N°	Conteúdo	Fator Único	Item-Total	α da escala se item excluído
2	As condições da minha vida são excelentes.	0,763*	0,539	0,568
1	A minha vida está do jeito que eu gostaria que ela estivesse.	0,732*	0,526	0,570
3	Estou satisfeito com minha vida.	0,732*	0,561	0,570
4	Tenho as coisas importantes que quero na vida.	0,387*	0,362	0,641
5	Se pudesse voltar ao passado, faria tudo do mesmo jeito que fiz.	0,262	0,250	0,733
N° de itens		5		
Eigenvalue		2,38		
% Variância Explicada		47,67		
Alpha de Cronbach (α) do fator		0,668		

*|0,30| (Carga fatorial mínima para interpretação dos fatores)

Os cinco itens da escala concentraram-se em um único fator, conforme a distribuição da escala original. As cargas fatoriais apresentadas pelos itens foram satisfatórias, com exceção do item 5 que não atingiu a saturação mínima aceitável de $\pm 0,30$ para interpretação do item no fator.

9.3.2 Análises do Bem-estar Subjetivo

De modo geral, os índices de BES dos jovens agricultores apresentaram-se satisfatórios, com média igual a 7,89 e desvio padrão igual a 1,19, como também os de seus componentes, revelando altos níveis de afetos positivos ($M=8,49$; $DP=1,40$) e satisfação com a vida ($M=7,58$; $DP=1,43$) e baixos níveis de afetos negativos ($M=2,41$; $DP=1,98$).

9.3.2.1 Comparando Todos Pronafianos vs sem PRONAF

Quando comparados os participantes e não participantes do PRONAF, em função do BES, não foram encontradas variações estatisticamente significativas ($p>0,05$) entre seus índices médios. A mesma análise foi realizada em função dos componentes do BES, conforme ilustra a Tabela 14, na qual não foi verificada variação válida entre os índices dos pronafianos e não-participantes do programa.

Tabela 14

Comparação dos índices médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes em função da condição do benefício do PRONAF

	<i>Média (DP)</i>			<i>t</i> <i>(COM x SEM)</i>
	Geral	Com PRONAF	Sem PRONAF	
BES	7,89 (1,19)	7,96 (1,17)	7,81 (1,20)	1,274; $p>0,05$
Afetos Positivos	8,49 (1,40)	8,60 (1,47)	8,38 (1,33)	1,571; $p>0,05$
Afetos Negativos	2,41 (1,98)	2,37 (1,96)	2,44 (1,99)	-0,384; $p>0,05$
Satisfação com a vida	7,58 (1,43)	7,66 (1,41)	7,50 (1,45)	1,103; $p>0,05$

Como se pode notar, as análises indicam que os jovens pronafianos não diferem dos não pronafianos com relação ao BES. Isto leva a entender que o PRONAF não exerce

influência significativa sobre o BES dos participantes, nem sobre seus afetos positivos, negativos e sua satisfação com a vida analisados separadamente.

9.3.2.2 Comparando as Regiões

Foram comparados, através de Teste t de Student, os índices médios do BES e seus componentes em função da região onde os jovens residem. Percebe-se, como visto na Tabela 15, que os jovens residentes no agreste não se diferenciam ($p>0,05$) dos jovens que vivem no sertão com relação ao BES e aos afetos positivos. Porém, com relação aos afetos negativos, verificou-se que existe diferença estatisticamente válida ($-2,217$; $p<0,05$) em função da região onde vivem, com os residentes no Agreste ($M=2,63$; $DP=1,92$) apresentando índices maiores do que os sertanejos ($M=2,19$; $DP=2,01$). Constatou-se ainda que os jovens sertanejos ($M=7,73$; $DP=1,39$) apresentaram índices de satisfação com a vida significativamente ($2,059$; $p<0,05$) mais elevados do que os jovens residentes no Agreste ($M=7,43$; $DP=1,46$).

Tabela 15

Comparação dos índices médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes em função da região onde reside

	<i>Média (DP)</i>		<i>t</i> <i>(Sertão x Agreste)</i>
	Sertão	Agreste	
BES	7,99 (1,17)	7,78 (1,20)	1,864; $p>0,05$
Afetos Positivos	8,46 (1,44)	8,52 (1,37)	-0,481; $p>0,05$
Afetos Negativos	2,19 (2,01)	2,63 (1,92)	-2,217; $p<0,05$
Satisfação com a vida	7,73 (1,39)	7,43 (1,46)	2,059; $p<0,05$

A partir destas análises verifica-se que, apesar das condições edafoclimáticas não exercerem influência significativa sobre o BES de modo geral, há influência da região onde residem sobre a satisfação com a vida e os afetos negativos. Isto, no sentido de que os jovens sertanejos estão mais satisfeitos com suas vidas e experimentam menos afetos negativos do que os jovens residentes no Agreste.

9.3.2.3 Comparando Pronafianos vs sem PRONAF no Sertão

A fim de verificar a influência do PRONAF sobre o BES e seus componentes, e buscando isolar as diferenças regionais que possam interferir, foram realizadas análises considerando separadamente as regiões Sertão e Agreste.

No Sertão, conforme mostra a Tabela 16, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os beneficiados e não beneficiados pelo programa em nenhum dos componentes dos BES nem em seu índice geral.

Tabela 16

Comparação dos índices médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes em função da condição do benefício do PRONAF no Sertão

	<i>Média (DP)</i>		<i>t</i> (COM x SEM)
	Com PRONAF	Sem PRONAF	
BES	8,11 (1,09)	7,88 (1,23)	1,970; p>0,05
Afetos Positivos	8,51 (1,54)	8,39 (1,33)	0,578; p>0,05
Afetos Negativos	2,09 (1,92)	2,29 (2,09)	-0,746; p>0,05
Satisfação com a vida	7,90 (1,18)	7,55 (1,56)	1,778; p>0,05

9.3.2.4 Comparando Pronafianos vs sem PRONAF no Agreste

No Agreste, da mesma forma, verificou-se que os jovens beneficiados e não beneficiados pelo PRONAF apresentaram índices de BES e componentes estatisticamente semelhantes, não apresentando variação significativa entre os grupos.

Tabela 17

Comparação dos índices médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes em função da condição do benefício do PRONAF no Agreste

	<i>Média (DP)</i>		<i>t</i>
	Com PRONAF	Sem PRONAF	
	<i>(COM x SEM)</i>		
BES	7,81 (1,23)	7,74 (1,18)	0,451; p>0,05
Afetos Positivos	8,68 (1,39)	8,36 (1,34)	1,669; p>0,05
Afetos Negativos	2,66 (1,97)	2,59 (1,89)	0,220; p>0,05
Satisfação com a vida	7,42 (1,58)	7,45 (1,34)	-0,154; p>0,05

Verifica-se então, conforme Tabela 17, que, tanto no Sertão quanto no Agreste, a condição de beneficiado do PRONAF não exerce influência sobre os índices de BES, dos afetos positivos e negativos nem da satisfação com a vida dos jovens.

9.3.2.5 Comparando Pronafianos do Sertão vs Agreste

Para detalhar as análises procedidas, foram comparados dos índices de BES e seus componentes dos jovens moradores do sertão e do agreste, isolando a condição de beneficiado.

Sendo assim, compararam-se os pronafricanos que vivem no sertão com os pronafricanos que vivem no agreste. Nesta análise, verificou-se que apenas nos afetos negativos e na satisfação com a vida há diferença válida ($p < 0,05$) entre os dois grupos, tendo os sertanejos (respectivamente: $M=2,09$; $DP=1,92$; $M=7,90$; $DP=1,18$) apresentado índices mais positivos do que os moradores no Agreste (respectivamente: $M=2,66$; $DP=1,9$; $M=7,41$; $DP=1,58$), conforme apresentado na Tabela 18. Os afetos positivos e o BES geral não diferiram entre os dois grupos. Estes resultados assemelham-se a análise da primeira comparação do BES apresentada, quando se confrontam todos os sertanejos com todos os residentes no Agreste.

Tabela 18

Comparação dos índices médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes dos pronafricanos em função da região onde residem

	<i>Média (DP)</i>		<i>t</i> <i>(Sertão x Agreste)</i>
	Sertão	Agreste	
BES	8,11 (1,09)	7,81 (1,23)	1,792; $p > 0,05$
Afetos Positivos	8,51 (1,54)	8,68 (1,39)	-0,818; $p > 0,05$
Afetos Negativos	2,09 (1,92)	2,66 (1,97)	-2,079; $p < 0,05$
Satisfação com a vida	7,90 (1,18)	7,41 (1,58)	2,449; $p < 0,05$

9.3.2.6 Comparando sem PRONAF do Sertão vs Agreste

Quando comparados os índices do BES e seus componentes dos jovens não beneficiados que vivem no sertão com aqueles que moram no agreste, conforme exibido na Tabela 19, verificou-se que não há diferença entre os grupos.

Tabela 19

Comparação dos índices médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes dos que não receberam o PRONAF em função da região onde residem

	<i>Média (DP)</i>		<i>t</i> <i>(Sertão x Agreste)</i>
	Sertão	Agreste	
BES	7,88 (1,23)	7,74 (1,18)	0,859; p>0,05
Afetos Positivos	8,39 (1,33)	8,36 (1,34)	0,186; p>0,05
Afetos Negativos	2,29 (2,09)	2,59 (1,89)	-1,063; p>0,05
Satisfação com a vida	7,55 (1,56)	7,45 (1,34)	0,506; p>0,05

Com estas últimas análises pode-se perceber que as conclusões tomadas inicialmente acerca da comparação das regiões é parcial. Pois, quando separados os beneficiados e não-beneficiados para se proceder tal comparação o mesmo não ocorre para ambos. Percebe-se que apenas entre os pronafianos se mantém as diferenças, encontradas inicialmente, acerca dos afetos negativos e da satisfação com a vida, na qual os sertanejos apresentam índices mais positivos do que os residentes no Agreste. Ao serem considerados apenas os não beneficiados os dois grupos apresentam-se estatisticamente semelhantes com relação ao BES e seus componentes.

9.3.2.7 Comparando Homem vs Mulher

Ao comparar os índices de BES e seus componentes dos homens com o das mulheres, a fim de averiguar a influência do gênero sobre estes construtos, verificou-se variância significativa em todos os índices. Percebe-se, conforme exibido na Tabela 20, que os homens

apresentam índices significativamente maiores de BES, afetos positivos e satisfação com a vida e menores de afetos negativos do que os índices das mulheres.

Tabela 20

Escores médios do Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes em função do gênero

	<i>Média (DP)</i>		<i>t</i> <i>(Homem x Mulher)</i>
	Homem	Mulher	
BES	8,16 (1,05)	7,61 (1,26)	4,708; p<0,001
Afetos Positivos	8,71 (1,25)	8,26 (1,51)	3,245; p≤0,001
Afetos Negativos	1,96 (1,73)	2,85 (2,10)	-4,638; p<0,001
Satisfação com a vida	7,73 (1,34)	7,43 (1,51)	2,045; p<0,05

9.3.2.8 Correlação BES e Renda

Para verificar em que medida os índices de BES dos jovens variam em função de seu nível econômico foi realizado um teste de correlação *r* de Pearson, como mostra a Tabela 21.

Tabela 21

Correlação entre o Bem-estar Subjetivo (BES) e seus componentes e a renda familiar dos jovens

	BES	Afetos Positivos	Afetos Negativos	Satisfação com a Vida
Renda	-0,007	0,017	0,023	-0,001

*p<0,05

Como mostram os resultados, a renda familiar dos jovens não apresenta correlação significativa ($r = -0,007$; $p > 0,05$) com o bem-estar subjetivo, nem com nenhum de seus componentes ($p > 0,05$). Ou seja, não houve correlação válida entre o BES e seus componentes e a renda familiar.

9.4 Impacto do PRONAF nas condições de vida e de trabalho dos jovens participantes

Primeiramente, buscou-se verificar a influência do PRONAF sobre as condições de trabalho dos jovens agricultores. Constatou-se que 83,5% dos participantes perceberam mudanças positivas, 16,5% não perceberam mudanças alguma e ninguém apontou mudanças negativas. Quando perguntados sobre o que mudou nas suas condições de trabalho depois que receberam o PRONAF, 43% dos jovens disseram que passaram a trabalhar mais, alguns explicaram que passaram a cuidar dos animais adquiridos através do programa ou a dedicar-se a fazer varandas para redes ou que a plantação aumentou. Conforme mostra a Tabela 22, 30% dos participantes referiram-se à melhoria da renda familiar em suas respostas. Outros 11% ressaltaram que passaram a ser donos do próprio negócio, ou por terem adquirido seus próprios animais ou por terem iniciado um comércio ou por terem passado a trabalhar com o próprio fio para suas varandas. Citaram a melhoria da produção ou aumento da plantação 10% dos participantes, enquanto 4% citaram a aquisição de equipamentos para agricultura que levou à facilitação do trabalho. Não especificaram detalhes 7,5% dos jovens, afirmando apenas que houve melhoria nas condições do trabalho. Analisando-se separadamente as respostas dos jovens residentes no agreste e no sertão, percebe-se que ambos os grupos seguem proporções semelhantes à amostra geral.

Tabela 22

Mudanças percebidas pelos jovens em suas condições de trabalho após receberem o benefício do PRONAF

CATEGORIAS	f			%		
	<i>Tot</i>	<i>Agr</i>	<i>Ser</i>	<i>Tot</i>	<i>Agr</i>	<i>Ser</i>
Trabalhar mais/Aumentou produção	66	28	38	43,0	28,0	38,0
Aumentou a renda familiar	60	31	29	30,0	31,0	29,0
Não percebeu mudanças	33	20	13	16,5	20,0	13,0

Negócio próprio	22	12	10	11,0	12,0	10,0
Melhorou	15	9	6	7,5	9,0	6,0
Comproou equipamentos para agricultura	4	-	4	2,0	-	4,0
TOTAL	200	100	100	100	100	100

A influência do PRONAF sobre as condições de vida dos jovens foi analisada ao perguntar-se quais as mudanças percebidas por eles em suas condições de vida após receberem o benefício. Afirmaram ter percebido mudanças positivas 86% dos jovens, enquanto 14% dos participantes disseram não ter passado mudança alguma. O aumento da renda familiar continuou sendo a alteração mais citada (55,5%) na vida dos pronafianos. A aquisição do próprio negócio foi citada por 12,5% dos jovens, alguns destes também disseram que passaram a ter seu próprio dinheiro, que podem comprar o que tem vontade, demonstrando a conquista de certa independência financeira. Foi citada por 6% dos jovens a aquisição bens, tais como geladeira, moto, ou mesmo a reforma da casa. O trabalho facilitado foi também mencionado como uma melhoria nas condições de vida por 5% dos participantes, outros 3% citaram a aquisição do animal ou o aumento do rebanho.

Tabela 23

Mudanças percebidas pelos jovens em suas condições de vida após receberem o benefício do PRONAF

CATEGORIAS	f			%		
	Tot	Agr	Ser	Tot	Agr	Ser
Aumentou a renda familiar	111	53	58	55,5	53,0	58,0
Não percebeu mudanças	28	12	16	14,0	12,0	16,0
Negócio próprio/Próprio dinheiro	25	21	4	12,5	21,0	4,0
Adquiriu bem/Reformou casa	12	4	8	6,0	4,0	8,0
Facilitou trabalho	10	-	10	5,0	-	10,0
Melhorou	8	4	4	4,0	4,0	4,0

Adquiriu animal/Aumentou criação	6	6	-	3,0	6,0	-
TOTAL	200	100	100	100	100	100

Não detalharam as mudanças percebidas 4% dos respondentes, apontando apenas que foram positivas. Considerando separadamente as regiões, percebe-se que no agreste, após a melhoria da renda familiar, o negócio próprio foi o mais citado, seguido pela ausência de mudanças. No sertão, à renda familiar seguem-se a ausência de mudanças e a facilitação do trabalho.

9.5 Referentes à avaliação do PRONAF

Foram realizadas separadamente análises acerca da avaliação que os beneficiados (avaliadores internos) e os não-beneficiados (avaliadores externos) fazem do PRONAF, buscando-se saber que nota dariam ao programa, (avaliação quantitativa), assim como os pontos positivos e negativos e que mudanças ambos procederiam no PRONAF (avaliação qualitativa).

9.5.1 Pelos agricultores participantes do programa (avaliadores internos)

Inicialmente perguntou-se aos pronafianos que nota dariam ao programa entre 0 e 10, tendo-se obtido como resposta média 9,5 (DP=0,9), com nota mínima 5 e moda e mediana iguais a 10. Ao perguntar-se o que há de melhor no PRONAF, os pontos positivos mais citados foram o bônus (25%), a carência ou o prazo (16%), o parcelamento (15%) e a forma de pagamento de modo geral (13,5%), conforme apresenta Tabela 24. Quando perguntados o que havia de pior no PRONAF, 64% afirmaram que não viam pontos negativos no programa.

Entre os demais os juros (16%), no caso do pagamento atrasado, e a burocracia (7%) foram os pontos negativos mais apontados.

Tabela 24

Avaliação do PRONAF pelos beneficiados pelo programa

Pontos Positivos	f	%	Pontos Negativos	f	%
Bônus	50	25,0	Não vê pontos negativos	129	64,0
Carência/Prazo	32	16,0	Juros (quando em atraso)	32	16,0
Parcelamento	30	15,0	Burocracia	14	7,0
Forma de pagamento	27	13,5	Banco em outra cidade	5	2,5
Baixos juros	17	8,5	Baixo valor	4	2,0
Tudo é bom	16	8,0	Demora no recebimento	3	1,5
Ajuda as pessoas do meio rural	15	7,5	Prazo	2	1,0
O dinheiro	5	2,5	Favorecer quem não precisa	2	1,0
Atendimento	3	1,5	Só pode comprar gado	2	1,0
Nada	2	1,0	Limite de benefícios recebidos	2	1,0
Outros	3	1,5	Pagar exames do gado	2	1,0
			Outros	3	1,5
TOTAL	200	100	TOTAL	200	100

A maioria dos agricultores (62%) beneficiados pelo PRONAF afirmou que não mudaria nada no programa. Entre os que apontaram mudanças, diminuir a burocracia foi a mais referida (8,5), seguida pela diminuição dos juros (7%) quando o pagamento é efetuado em atraso, pelo aumento do prazo (4,5%) e do valor do empréstimo (4%). Solicitou-se ainda excluir o atravessador da transação (2%), visto que este, indevidamente, age como um mediador, principalmente na compra do gado, buscando obter vantagens na venda à custa do agricultor. Igualmente citados (1,5%) foram a solicitação de fazer o empréstimo mais vezes, limita-se em três, resolver no banco da própria cidade, visto que em alguns casos precisam deslocar-se para cidade vizinha, diminuir o valor das parcelas ou parcelar mais.

Entre os beneficiados, para complementar a avaliação verificou-se ainda se eles indicariam o PRONAF para outras pessoas e se tornariam a participar do programa. Disseram que indicariam 93,5% dos jovens, apontando como principal motivo que o programa é uma boa ajuda para as pessoas. Ressaltaram a oportunidade de investimento e progresso 16,5% dos participantes, enquanto 9% apontaram as próprias condições do empréstimo um bom motivo para a indicação. A cautela com o uso do dinheiro foi mencionada por 7,5% dos jovens que afirmaram que é bom para quem sabe usar o dinheiro, para quem sabe investir, como visto na Tabela 25. Outros 3,5% disseram ser o programa muito lucrativo.

Tabela 25

Motivos dos beneficiados para indicar o programa para outras pessoas

Motivos para indicar	F	%	Exemplos
Boa ajuda para as pessoas	114	57,0	<i>“As pessoas saem do buraco”</i> <i>“Ajuda de todas as maneiras, até mesmo para comer e sair de uma situação difícil”</i>
Oportunidade de investir/progredir	33	16,5	<i>“É uma grande oportunidade de investimento”</i> <i>“É uma ajuda pra quem realmente quer progredir”</i> <i>“Pra quem não tem por onde começar, o PRONAF é um bom começo”</i>
Pelas condições do empréstimo	18	9,0	<i>“As condições são boas”</i> <i>“Tem muito tempo pra pagar”</i> <i>“Pode pagar menos do que recebe”</i>
Bom para quem sabe usar	15	7,5	<i>“Quem sabe investir lucra”</i> <i>“Se aplicar certo é bom porque melhora muito”</i>
Muito lucrativo	7	3,5	<i>“É muito lucrativo”</i> <i>“Pra mim como pra outros da muito certo”</i>
Não indicaria	Porque não deu certo	5	2,5 <i>“Não achei essas vantagens que falam”</i> <i>“Porque o projeto não ajudou”</i>
	Pessoas já conhecem	4	2,0 <i>“Todo mundo já conhece”</i> <i>“O povo aqui tudo já fez”</i>
	Para não se responsabilizar	4	2,0 <i>“Não, pode ser que não pague”</i>
TOTAL	200	100	

Considerando aqueles que disseram que não indicariam (6,5%) o PRONAF para outros, percebe-se que apenas 2,5% ressaltam aspectos negativos do programa, já que para eles não deu certo. Os demais disseram não indicar porque todos já conhecem (2%) e para não se responsabilizar pelos outros (2%).

Quando perguntados se participariam novamente do programa, 91% responderam positivamente. Entre estes, os motivos mais citados para repetir sua participação foram o bom retorno que tiveram (43,5%), a possibilidade de investir novamente (26,5%), as próprias condições do empréstimo (10,5%) e a possibilidade de aumentar a renda e melhorar de vida (1,5%). Uma pequena porcentagem (1,5%) afirmou que participaria de novo porque essa é a única alternativa, a única opção que têm.

Tabela 26

Motivos dos beneficiados para participar novamente do programa

Motivos para participar novamente		F	%	Exemplos
Teve bom retorno		87	43,5	“A gente consegue lucro” “O resultado foi bom”
Para investir novamente		53	26,5	“Pra conseguir outro bicho” “Pra comprar mais fio”
Pelas condições do empréstimo		21	10,5	“Porque os juros são baixos” “Foi fácil conseguir”
Melhoria de vida/Aumentou a renda		18	9,0	“Melhorou a renda de casa” “Pra entrar mais um dinheirinho” “A vida da gente melhorou”
Única alternativa		3	1,5	“É a única saída que a gente tem” “Foi a única ajuda que apareceu até agora”
Não participaria	Não precisa no momento	7	3,5	“Não preciso mais” “Agora as coisas melhoraram”
	Teve prejuízo/Pouco lucro	6	3,0	“O lucro foi pouco”
	Para não dever	2	1,0	“Não quero ficar devendo”
	Outros motivos	3	1,5	“Muita burocracia” “O dinheiro é pouco”
TOTAL		200	100	

Disseram que não desejam repetir o empréstimo 9% dos participantes. Como motivos apontam não precisar atualmente (3,5%), lucro insuficiente ou prejuízo iminente (3%) e não querer adquirir dívida (1%). De modo geral, considerando todos os aspectos analisados, pode-se afirmar que os beneficiados fazem uma avaliação positiva do programa.

9.5.2 Pelos agricultores que não participantes do programa (avaliadores externos)

Aos participantes da pesquisa não-beneficiados pelo PRONAF (avaliadores externos), perguntou-se se conheciam o programa, tendo 61,5% respondido negativamente e apenas 38,5% disseram conhecê-lo. Entre estes, a avaliação feita através da nota atribuída ao programa foi positiva com média igual a 8,23 (DP=2,05; Mo=10; Md=9), variando de 0 a 10.

Ao indagar-se o que de melhor há no PRONAF, os principais pontos positivos citados foram a ajuda proferida às pessoas do meio rural (8%), a possibilidade de crescimento (6,5%), o parcelamento (6%), o prazo ou a carência (3%) e o próprio dinheiro recebido (3%). Apesar de dizer que conheciam o programa, como mostra Tabela 27, 7,5% dos participantes não souberam indicar pontos positivos do mesmo.

Tabela 27

Avaliação do PRONAF pelos não-beneficiados pelo programa

Pontos Positivos	f	%	Pontos Negativos	f	%
Não conhecem o programa	123	61,5	Não conhecem o programa	123	61,5
Ajuda as pessoas do meio rural	16	8,0	Nada negativo	25	12,5
Não sabem	15	7,5	Não sabem	23	11,5
Possibilidade de crescimento	13	6,5	Juros altos	11	5,5
Parcelamento	12	6,0	Pouco dinheiro	5	2,5
Prazo/Carência	6	3,0	Acessibilidade	2	1,0
O dinheiro	6	3,0	Atravessadores	2	1,0

Forma de pagamento	3	1,5	Parcelas caras	2	1,0
Baixos juros	2	1,0	Banco em outra cidade	2	1,0
Bônus	2	1,0	Divulgação	1	0,5
Atendimento	1	0,5	Só pode comprar gado	1	0,5
Confiança no agricultor	1	0,5	Outros	3	1,5
TOTAL	200	100	TOTAL	200	100

Quando perguntados sobre o que há de pior no PRONAF, 12,5% disseram não ter nada negativo no programa. Os demais apontaram os juros altos (5,5%) e o baixo valor do benefício recebido (2,5%) como os principais pontos negativos. Não souberam responder 11,5% dos participantes.

Sobre as sugestões de mudanças no programa, 11% não souberam sugerir e 11% não mudariam nada. Aumentariam o valor do empréstimo 3,5% dos jovens, enquanto 2,5% aumentariam a divulgação e 2,5% baixariam os juros.

Foi perguntado aos não-beneficiados se achavam que algo mudaria em suas vidas caso participassem do programa. Responderam que nada mudaria 12% dos jovens, enquanto 26,5% disseram que haveria mudanças positivas. Destes, 9% acreditam que a renda familiar aumentaria, 4,5% acreditam em melhorias nas condições de vida de modo geral e 4,5% disseram que comprariam animal.

De modo geral, entre os não-beneficiados que conhecem o PRONAF a avaliação foi positiva em todos os aspectos analisados.

9.5.3 Pelos atores sociais (avaliadores externos)

Foram entrevistados 40 atores sociais que não estão ligados diretamente a agricultura, quando perguntados se conheciam o PRONAF, apenas 7 (17,5%) participantes responderam

positivamente. Destes, apenas 4 (12,5%) sabiam explicar o seu funcionamento, o que demonstra um alto índice de desconhecimento do programa. Esta minoria soube do programa através de associações (3), amigos (2) ou parentes (2).

Não se podem fazer grandes análises com um número tão reduzido de dados, porém, apenas para efeito descritivo, todos os participantes que conhecem o programa o avaliam de forma positiva ($M=9,5$). Apontam como principais pontos positivos a possibilidade de melhoria de vida ou a ajuda aos pobres (4), o bônus (2) e a carência (1), considerando que o programa traz mudanças significativas e positivas para a vida dos beneficiários. Como pontos negativos, 4 não vêem nenhum e 3 referiram-se a impossibilidade da participação dos comerciantes. Afirmaram que fariam o programa se pudessem 5 atores e todos disseram que investiriam no comércio. Três participantes afirmaram que o programa exerce influência em suas vidas, pois aumentam o poder de compra dos agricultores.

9.6 Referentes a aspectos descritivos

As características descritivas do PRONAF foram analisadas através de aspectos referentes à abrangência do programa, à aplicabilidade dos recursos e ao pagamento do empréstimo.

9.6.1 Do caráter de abrangência do PRONAF

Quanto à abrangência do programa, buscou-se verificar as formas de divulgação, os motivos que levaram à participação ou não do programa e as possíveis dificuldades enfrentadas para aderirem ao PRONAF. Percebe-se, conforme Tabela 28, que o principal meio de divulgação do programa é através das associações, cooperativas ou sindicatos

(43,5%). Em seguida, é através dos amigos, vizinhos ou parentes (19,7%) que as informações sobre o PRONAF se popularizam.

Quando analisados separadamente, os beneficiados pelo programa têm como principal fonte de divulgação as associações, cooperativas ou sindicatos (81%), assim como a amostra geral. Já os não beneficiados que disseram conhecer o programa, a maioria (25,5%) afirmou que adquiriu informações através dos amigos, vizinhos e parentes. Entre ambos os grupos, a maioria (59,3%) conhece alguém que participa ou já participou do PRONAF.

Tabela 28

Formas de divulgação do PRONAF

Formas de divulgação		f			%		
		Tot	Com	Sem	Tot	Com	Sem
Como soube	Associação/Cooperativa/Sindicato	174	162	12	43,5	81,0	6,0
	Amigos/Vizinhos/Parentes	79	28	51	19,7	14,0	25,5
	Meio de comunicação	5	-	5	1,3	-	2,5
	Emater	13	9	4	3,3	4,5	2,0
	Outros	6	1	5	1,5	0,5	2,5
	Não conhecem o programa	123	-	123	30,7	-	61,5
Conhecido já fez	Sim	237	170	67	59,3	85,0	33,5
	Não	40	30	10	10,0	15,0	10,0
	Não conhecem o programa	123	-	123	30,7	-	61,5
TOTAL		400	200	200	100	100	100

Foram analisados os motivos que levaram a adesão dos jovens ao PRONAF, assim como os fatores que levam à não participação do programa. Com relação aos beneficiados, as vantagens oferecidas pelo programa (31%) foi o principal fator que motivou sua participação, entre elas inclui-se o bônus concedido quando do pagamento antecipado, a carência oferecida

para o início do pagamento, o parcelamento, entre outros. O desejo de aumentar a renda familiar ou conseguir um dinheiro extra foi referido por 17,5% dos jovens. Em seguida, como exibido na Tabela 29, foi mencionado o incentivo de amigos ou parentes (17%) e das associações (13,5%) como motivo que levou a participação do PRONAF.

Tabela 29

Motivos que levaram a (não) participação do PRONAF

Porque (não) participa(ou)		F	%
Beneficiados	Pelas vantagens do programa	62	31,0
	Para aumentar a renda/Dinheiro extra	35	17,5
	Incentivo de amigos e parentes	34	17,0
	Incentivo da associação	27	13,5
	Queria adquirir animal	19	9,5
	Investir no próprio negócio	13	6,5
	Progredir na vida	10	5,0
	Total	200	100
Não beneficiados	Não conhecem	123	61,5
	Não teve oportunidade	39	19,5
	Não se adéqua	15	7,5
	Não teve interesse	10	5,0
	Faltam informações	8	4,0
	Para não adquirir dívidas	4	2,0
	Burocracia	1	0,5
	Total	200	100

Entre os agricultores não beneficiados que conhecem o programa (n=77), 25 (32,5%) afirmaram que tiveram oportunidade de participar e 52 (67,5%) disseram que não tiveram tal oportunidade. Perguntou-se então por que não participavam e foram apresentados os motivos expostos na Tabela 32. Reafirmaram que não tiveram oportunidade 19,5% dos jovens, enquanto 7,5% disseram não se adequar aos critérios, incluindo questões como insuficiência de terras e falta de documentos. A falta de interesse no programa foi citada por 5% dos

participantes. Foram apresentados também motivos que não condizem com os critérios exigidos pelo PRONAF, como o fato de não participar de associação ou por ser menor de idade, essa falta de informações corresponde a 4% das respostas. Foram mencionados ainda não querer adquirir dívidas (2%) ou a burocracia (0,5%).

Os jovens que foram favorecidos pelo PRONAF afirmaram, em sua maioria (82%), que não encontraram dificuldades na adesão ao programa, como se vê na Tabela 30. Destes, 29,5% disseram que o processo foi fácil e/ou rápido, 27% afirmaram que a associação facilitou e 16% não tiveram dificuldades por atender as condições exigidas e ter todos os documentos que as compravam.

Tabela 30

Possíveis dificuldades na adesão ao PRONAF

Foi difícil conseguir o benefício		F	%
Não 164 (82%)	Foi fácil/Rápido	59	29,5
	Associação facilitou	54	27,0
	Atendia as condições/Tinha os documentos	32	16,0
	Já havia feito antes	10	5,0
	O 1º foi difícil, o demais não	7	3,5
	Demorou pra sair	6	3,0
Sim 36 (18%)	Muita burocracia	27	13,5
	Falta de informação	3	1,5
	Banco distante	2	1,0
TOTAL		200	100

Para 18% dos favorecidos houve dificuldade para entrar no programa, a mais citada foi a excessiva burocracia enfrentada (13,5%). A falta de informações foi referida por 1,5% dos jovens.

9.6.2 Da aplicabilidade dos recursos do PRONAF

Com relação à aplicação dos recursos recebidos pelo PRONAF, a maioria (52%) dos favorecidos investe na aquisição de animais. A maior parte deles explicou que compram uma vaca grávida, quando esta tem o bezerro, eles vendem um dos animais e pagam o empréstimo recebido. Por este motivo o PRONAF é também conhecido como “o empréstimo da vaca” ou o “dinheiro da vaca”. Foi também mencionada a criação de porcos e galinhas. Outra forma de investimento é a aquisição de fio para confecção artesanal de varandas utilizadas na fabricação de redes de balanço, esta aplicação foi citada por 26% dos beneficiados, conforme Tabela 31. A aplicação no comércio foi referida por 11,5% dos participantes, que disseram ter investido em roupas, DVDs ou bodega. A aplicação na agricultura foi citada por apenas 5% dos beneficiados, os quais compraram sementes ou equipamentos para facilitar o trabalho agrícola.

Tabela 31

Aplicação do recurso recebido

Como usou o dinheiro recebido	f			%		
	Tot	Ser	Agr	Tot	Ser	Agr
Comprou animal	104	34	70	52,0	34,0	70,0
Comprou fio para varanda	52	52	-	26,0	52,0	-
Investiu em comércio	23	2	21	11,5	2,0	21,0
Investiu na agricultura	10	9	1	5,0	9,0	1,0
Reformou casa/Consertou carro	5	1	4	2,5	1,0	4,0
Adquiriu objetos para casa	2	1	1	1,0	1,0	1,0
Outras aplicações	4	1	3	2,0	1,0	3,0
TOTAL	200	100	100	100	100	100

Percebe-se, porém, que há grande diferença entre os investimentos informados pelos jovens moradores do sertão e os que vivem no agreste. O investimento na pecuária predomina

entre os residentes no Agreste (70%), embora também seja citado pelos sertanejos (34%). Contudo a aplicação nas varandas predomina (52%) entre os sertanejos e sequer foi citada entre os residentes no Agreste. O investimento no comércio também difere entre as regiões, visto que foi citado por 21% dos residentes no Agreste e por apenas 2% dos sertanejos.

9.6.3 Do pagamento do empréstimo

Referente ao pagamento do benefício concedido, 58% dos favorecidos entrevistados já terminou de pagar o empréstimo. Estes disseram que guardaram o dinheiro ao longo do prazo (26,5%) ou pagaram com o lucro adquirido no investimento (15,5%). Ainda 9,5% citaram a venda do animal como estratégia para efetuar o pagamento e 4,5% disseram que o prazo é longo o suficiente para conseguir o dinheiro.

Ainda estão pagando o benefício 42% dos favorecidos, dos quais 15,5% já estão guardando o dinheiro do pagamento. A venda do animal foi citada por 12,5%, enquanto 10,5% esperam pagar com o lucro obtido no seu investimento. Não apresentaram estratégias 1,5% dos beneficiados, os quais ainda não sabem o que fazer para pagar o empréstimo.

Quando questionados se sentiram dificuldades para pagar o benefício, 92% destes afirmaram que não tiveram dificuldade alguma ou porque já estão guardando o dinheiro (60%) ou porque irão vender o animal (16,5%) ou devido ao longo prazo oferecido (8,5%) ou por não ter chegado o dia do vencimento (7%).

Apenas 10% dos participantes disseram que sentiram ou estão sentindo dificuldade para pagar o empréstimo. Estes citaram como maiores dificuldades o pouco lucro (3%), a situação financeira difícil como um todo (2,5%), o fato de não terem investido o dinheiro (1,5%) ou as condições impróprias do animal para venda (1%).

Entre os 116 (58%) que já terminaram de pagar o PRONAF, apenas 1 participante afirmou não ter pago no prazo estipulado. Dos 84 (42%) ainda estão pagando, apenas 3 disseram que acreditam que não vão conseguir pagar no prazo, apesar de que 4 deles disseram que o prazo já esgotou-se.

9.6.4 Da divisão e da valorização do trabalho

A fim de investigar os campos de atuação desses jovens na divisão social do trabalho, investigou-se sobre sua função no processo agrícola, assim como o papel de homens e mulheres neste trabalho.

A maioria dos agricultores (76%) declarou que o que plantam é destinado para o próprio consumo, 7,8% afirmaram que consomem parte do que plantam e vendem o que sobra e apenas 1,3% disseram que plantam apenas para comercializar. Não estão envolvidos com a agricultura 15% dos respondentes.

No processo agrícola, a maioria dos jovens disse ser responsável pelo plantio e pela colheita (59,5%), tanto homens (69%) como mulheres (50%). Entre os homens, 14% responde pelo plantio, colheita e venda da plantação, enquanto 8,5% das mulheres participam destas três etapas. Apenas pelo plantio respondem 10% das mulheres e pela colheita 6,5% das delas, enquanto os homens, respectivamente, 6% e 0,5% participam destas etapas isoladas, como mostra a Tabela 32. Disseram não participar efetivamente da agricultura 17,2% dos jovens.

Tabela 32

Função dos jovens na agricultura

Função no processo	f			%		
	Tot	Hom	Mul	Tot	Hom	Mul
Planta e colhe	238	138	100	59,5	69,0	50,0

Planta, colhe e vende	45	28	17	11,3	14,0	8,5
Planta	32	12	20	8,0	6,0	10,0
Colhe	14	1	13	3,5	0,5	6,5
Vende	2	1	1	0,5	0,5	0,5
Não se aplica	69	20	49	17,2	10,0	24,5
TOTAL	400	200	200	100	100	100

A fim de avaliar a percepção dos jovens trabalhadores acerca da valorização do seu trabalho, indagou-se se eles achavam que seu trabalho era valorizado por outras pessoas. Afirmaram que sim 40,7%, enquanto 36,6% responderam negativamente. Entre os aspectos positivos, os jovens ressaltaram que as pessoas valorizam por tratar-se de um trabalho digno, honesto, por fazerem com orgulho, com prazer (12,8%). A relevância da agricultura para as pessoas do ambiente rural foi citada por 10,8% dos jovens, eles mencionaram a agricultura como o meio de sobrevivência dos moradores do meio rural, conforme exemplos na Tabela 33. A externalização de outras pessoas, tais como elogios e admiração, foi referida por 7% dos participantes. Também foi mencionada a relevância da agricultura para a vida da sociedade como todo (5,5%), tal importância se dá por ser a agricultura fonte de alimentos da qual todos dependem. A dificuldade característica do trabalho duro dos agricultores também foi citada (3,3%) como um aspecto pelo qual esta profissão é valorizada. Por último, o fato de não faltar trabalho na agricultura foi citado por 1,3% dos participantes.

Tabela 33

Percepção dos jovens trabalhadores acerca do seu próprio trabalho

CATEGORIAS		F (%)	EXEMPLOS
Valorização do trabalho	Pela dignidade e prazer pelo trabalho	51 (12,8%)	“É um trabalho honesto” “Faço meu trabalho bem feito”
	Pela relevância da agricultura para as pessoas do ambiente rural	43 (10,8%)	“Através da agricultura se consegue o sustento da família” “A agricultura ajuda as pessoas da zona rural a sobreviver”

	Pela exteriorização de outras pessoas	28 (7,0%)	<i>“As pessoas acham importante o nosso trabalho”</i> <i>“Os pais elogiam e ficam satisfeitos com o trabalho”</i>
	Pela relevância da agricultura na vida da sociedade	22 (5,5%)	<i>“As pessoas da zona urbana dependem da agricultura”</i> <i>“É da agricultura que retiramos o alimento”</i> <i>“É o consumo que as pessoas usam para sobreviver”</i>
	Pela dificuldade do trabalho	13 (3,3%)	<i>“É um trabalho duro”</i>
	Por conta do desemprego	5 (1,3%)	<i>“Porque trabalho muito e sempre tem trabalho na roça”</i>
	Desvalorização do produto/Não tem lucro	85 (21,3%)	<i>“O que produzimos é vendido a preço de banana”</i> <i>“A gente morre de trabalhar e não ganha nada”</i>
Desvalorização do trabalho 146 (36,6%)	Agricultura não tem valor/As pessoas valorizam outras profissões	34 (8,5%)	<i>“Hoje em dia ninguém quer plantar”</i> <i>“As pessoas ainda não aprenderam a dar o devido valor a agricultura”</i> <i>“As pessoas dão mais valor a outros tipos de trabalho, como em grandes empresas”</i>
	Trabalho duro/ sofrido	14 (3,5%)	<i>“É um trabalho pesado e sofrido”</i> <i>“É um trabalho muito pesado, só trabalha quem realmente precisa”</i>
	Devido ao preconceito e a discriminação	13 (3,3%)	<i>“O povo da cidade ignora o agricultor e só trata a gente por ‘povo do sítio’ ”</i> <i>“É um trabalho para pobre”</i>
	Só os agricultores valorizam	12 (3,0%)	<i>“Apenas a pessoas que trabalham dão valor”</i> <i>“As pessoas da zona urbana não valorizam o trabalho do homem do campo”</i>
	Não se aplica	52 (13%)	
	Não sabe	28 (7,0%)	

Entre os jovens que percebem a agricultura como uma profissão desvalorizada pelas outras pessoas (36,6%), a desvalorização do produto foi a causa mais citada (21,3%) para justificar tal percepção. Eles afirmam que as pessoas não dão o devido valor ao produto da agricultura, por isso é um trabalho que não tem lucro e o agricultor não progride, trabalha para sobreviver. A agricultura também não é valorizada enquanto profissão, foi o que disse 8,5% dos participantes, afirmando que outras profissões são valorizadas, mas não a agricultura. A dificuldade do trabalho também foi citada como aspecto negativo por 3,5% dos jovens,

embora 3,3% tenham apontado como um aspecto que imprime valor à profissão. O preconceito e a discriminação foram referidos por 3,3%, estes dizem que são vistos como coitados, ignorantes e que a agricultura é trabalho para pobre.

Porém, 3% afirmaram que a agricultura é valorizada apenas entre os agricultores, dependendo do ponto de vista tal afirmação pode ser considerada positiva ou negativa. Entre os que procederam tal afirmação, metade a colocou como forma de valorização do trabalho, enquanto metade dos jovens considerou uma forma de desvalorização do trabalho. Não tem ligação com a agricultura 13% dos participantes e 7% não souberam responder.

9.6.5 Das estratégias de sobrevivência

Buscou-se saber quais as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos jovens agricultores durante o período de seca no sertão e o período de chuvas no agreste. Durante a seca, 41% dos sertanejos passam a trabalhar para outras pessoas, seja na construção civil, como babá ou mesmo em serviços provisórios contratados, os “bicos”. Disseram não sentir-se atingidos pela seca 11,5% dos agricultores. A aposentadoria de parentes é o meio de sobrevivência para 11% dos jovens. Continuam produzindo, pois possuem sistema de irrigação, 9,5% deles. Programas sociais (7%), confecção de varandas (6,5%) e a renda de parentes (5,5%) também ajudam na sobrevivência no período da seca.

Tabela 34

Estratégias de sobrevivência nos períodos de seca e chuvas

Estratégias de sobrevivência		F			%		
		Tot	Ser	Agr	Tot	Ser	Agr
Seca	Não se aplica	145	23	122	36,3	11,5	61,0
	Trabalha para outras pessoas/faz bicos	91	82	18	22,7	41,0	9,0

Chuva	Aposentadoria de parente	25	22	3	6,3	11,0	1,5
	Irrigação	19	19	-	4,7	9,5	-
	Programa social	20	14	6	5,0	7,0	3,0
	Sobrevive das varandas	13	13	-	3,3	6,5	-
	Depende da renda de parentes	12	11	1	3,0	5,5	0,5
	Vende animais	8	7	1	2,0	3,5	0,5
	Sem estratégias	3	3	-	0,7	1,5	-
	Artesanato/faz vassouras	3	3	-	0,7	1,5	-
	Outro	3	3	-	0,7	1,5	-
	Não se aplica	302	200	102	75,5	100,0	51,0
	Trabalham/Cuidam da plantação	40	-	40	10,0	-	20,0
	Melhora	38	-	38	9,5	-	19,0
	Dificulta o acesso	13	-	13	3,3	-	6,5
	Outros	7	-	7	1,7	-	3,5

No agreste, alguns participantes apontaram dificuldades enfrentadas no período da seca, 18% reclamaram da falta de água, dizendo precisar comprar água ou depender de carros pipa. Outros apresentaram estratégias semelhantes aos sertanejos, conforme Tabela 34. Durante o período de chuvas, as quais são geralmente excessivas nessa região, 51% afirmaram que não são atingidos a ponto de utilizarem estratégias específicas para sobrevivência. Ressaltaram ainda aspectos positivos desta época 39% dos entrevistados, dos quais 20% disseram que conseguem trabalhar, preparam a terra, plantam ou colhem e 19% não especificaram os motivos, como exibido na Tabela 39. Reclamaram da dificuldade do acesso aos sítios 6,5% dos jovens, enquanto 3,5% apresentaram dificuldades diversas.

CAPÍTULO X

DISCUSSÃO

Este estudo objetivou: a) Conhecer as condições de vida dos jovens beneficiados pelo PRONAF no ambiente rural; b) Conhecer o nível de qualidade de vida e bem-estar subjetivo dos jovens agricultores pesquisados; c) Averiguar a influência das condições edafoclimáticas sobre a qualidade de vida desses jovens; d) Compreender as estratégias de sobrevivência dos jovens agricultores tanto na Zona Úmida quanto no Semi-Árido paraibano; e) Avaliar o impacto do programa analisado sobre a QVS e o BES; f) Averiguar o impacto do PRONAF sobre as condições de vida e de trabalho desses jovens. Nesta sessão os resultados descritos serão analisados, confrontando-os com as hipóteses de estudo, a fim de atingirem-se cada um dos objetivos propostos.

10.1 Qualidade de Vida

A QVS diz respeito às percepções dos indivíduos acerca de sua posição na vida, no seu contexto social, assim como sua relação com seus objetivos, perspectivas e preocupações. Para analisar o nível de qualidade de vida subjetiva dos jovens utilizou-se a escala WHOQOL-bref, composta pelos domínios físico, meio ambiente, psicológico e relações sociais. O instrumento possui ainda duas questões gerais que tratam dos aspectos globais da qualidade de vida, estes foram computados na variável QVS geral. A fim de obter-se um índice que sintetizasse os escores de todos os domínios, foi criada a variável QVS total, que trata da média aritmética dos escores dos quatro domínios da escala.

10.1.1 Impacto do PRONAF sobre a QVS

O propósito fundamental do PRONAF é a recuperação econômica da agricultura familiar mediante a inserção desta no mercado em bases competitivas. Mas o programa propõe ainda, em seus objetivos, que as transformações no processo de produção se reflitam nos âmbitos da sustentabilidade econômica, ambiental e social, ressaltando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania pelos agricultores familiares (MDA, 2008).

Com o intuito de verificar o impacto do PRONAF sobre a qualidade de vida dos jovens agricultores, comparou-se os índices apresentados pelo grupo dos não-beneficiados (controle) com índices dos participantes do programa (tratamento), a fim de averiguar se há diferença significativa entre ambos.

Com relação ao índice geral de QVS, os grupos controle e de tratamento apresentaram-se estatisticamente semelhantes, corroborando a hipótese inicial, a qual afirma não haver diferença estatística válida entre os beneficiados e não-beneficiados. Este resultado aponta para a ausência de impacto do PRONAF sobre a QVS geral dos jovens participantes do programa, conforme esperado.

Porém, analisando-se os domínios da QVS, verifica-se que apenas quanto aos domínios físico e meio ambiente os grupos apresentaram-se semelhantes. Os beneficiados pelo PRONAF apresentaram índices significativamente mais elevados do que os não-beneficiados com relação aos domínios psicológico e social, o que se refletiu no índice de QVS total. Sendo assim, pode-se afirmar que o programa exerce impacto sobre os domínios psicológico e social, suficientemente para atingir o índice de QVS total. Dessa forma, pode-se considerar que a hipótese do estudo foi refutada.

Segundo Anjos, Godoy, Caldas e Gomes (2004), o crédito agrícola pode ser um poderoso instrumento de desenvolvimento e de justiça social, quando, porém, forem

cuidadosamente planejadas as metas, o público-alvo a ser priorizado, os limites e obstáculos em sua implementação. Contudo, diversas pesquisas mostram que o PRONAF tem de fato interferido na produtividade, tanto em seus índices como na forma de produção, porém não atingindo de forma efetiva a qualidade de vida de seus beneficiários (Cerqueira & Rocha, 2002; Feijó, 2005; Ferreira, 2006; Rocha, 2008).

Percebe-se então que os pronafianos apresentaram índices significativamente maiores do que os não-usuários do programa justamente nos domínios mais subjetivos, o psicológico e o social, o que não ocorreu nos domínios mais objetivos, mais palpáveis, o físico e o ambiente. Isto pode indicar que a influência do programa tem ocorrido muito mais na percepção que o usuário tem de sua condição do que de fato em sua realidade.

Embora os recursos disponibilizados para este grupo não sejam suficientes para implementarem mudanças significativas nas condições de vida dos participantes, o fato de encontrarem-se num nível econômico tão baixo presume que o pouco oferecido representa o muito desejado, lhes dando a sensação de melhoria de vida.

Guanziroli (2007) discute que uma política de crédito focalizada nos setores mais carentes do meio rural, como é o caso dos beneficiados pelo PRONAF B, poderia ser um contra-senso, visto que eles não têm atividade que sustente ou demande esse tipo de política. Desta forma, questiona se seria o crédito o melhor instrumento para modificar a realidade de exclusão social da agricultura ou qual é o sentido de dar crédito a quem não tem renda monetária, sugerindo que os grupos mais pobres deveriam ser alvo de políticas agrárias e sociais e não de crédito.

Feijó (2005) indica que a mera concessão de crédito não irá remover os agricultores da condição de pobreza. Se não houver reais oportunidades de investimentos lucrativos, diante das restrições do pequeno produtor, os empréstimos serão desviados para aplicações não

produtivas. O crédito subsidiado raramente atinge seus objetivos se não vier acompanhado de outras iniciativas. Guanziroli (2007) aponta uma situação de exclusão estrutural dos setores periféricos da agricultura familiar. Assim, necessitam, antes que crédito, resolver questões básicas que permitam a estruturação de um estabelecimento verdadeiramente agropecuário, o que inclui as questões de assistência técnica, de infra-estrutura, da educação, da terra e da saúde. O que possibilitaria ao pequeno produtor ser mais competitivo e, melhor inserido no mercado, proporcionando condições reais de melhor qualidade de vida.

Com a finalidade de isolar as influências das condições edafoclimáticas, as mesmas análises comparativas entre beneficiados e não-beneficiados foram procedidas primeiramente na zona seca e em seguida na zona úmida. Na zona seca, os resultados encontrados foram equivalentes à análise global da amostra, contudo na zona úmida os grupos controle e tratamento apresentam-se estatisticamente semelhantes também com relação ao domínio social. Dessa forma, pode-se concluir que o impacto do PRONAF sobre os índices do domínio social ocorre apenas entre os beneficiados residentes na zona seca, enquanto sobre o domínio psicológico e a QVS total o impacto acontece em ambas as regiões.

10.1.2 Influência das condições edafoclimáticas sobre a QVS

Para verificar a influência das condições edafoclimáticas sobre a qualidade de vida dos jovens, foram comparados os jovens moradores da zona úmida com os jovens moradores das zonas secas. Com esta análise, constatou-se que tanto na QVS geral quanto em seus domínios, com exceção do social, houve variância significativa entre os índices dos sertanejos e dos residentes no Agreste. Desta forma, refutou-se a hipótese do estudo, na qual se afirmava que não haveria diferença significativa entre os grupos.

Contudo, considerando que as características climáticas têm importância extrema no desenvolvimento das atividades agrícolas, pode-se supor que os jovens que residem em regiões que proporcionem melhores condições para o trabalho agrícola apresentem melhores índices tanto de QVS como de BES. Sendo as regiões úmidas mais propícias às atividades rurais, devido às suas condições edafoclimáticas, poder-se-ia esperar que os jovens que lá residem apresentassem índices mais positivos de QVS do que os que vivem na zona seca.

Contrariamente, os resultados mostraram que os sertanejos apresentaram índices superiores aos residentes no Agreste, tanto na QVS geral quanto em seus domínios, exceto no social. Para compreender este fato, é importante considerar que a coleta dos dados ocorreu predominantemente no período chuvoso. Isto pode ter contribuído para esta avaliação mais positiva por parte dos jovens que vivem na zona seca, visto que, como as chuvas são escassas, para os agricultores sertanejos a sua chegada é motivo de alegria e comemoração, é esperança de boa safra e prosperidade. Enquanto na zona úmida, já que as chuvas são mais freqüentes, o período de sua intensificação não exerce mudanças significativas sobre a agricultura e a vida dos agricultores, em alguns casos, provocam até transtornos para os mesmos. Essas condições podem ter exercido influência na avaliação subjetiva dos jovens a cerca da sua qualidade de vida, visto que os sertanejos deveriam estar mais satisfeitos do que os residentes no Agreste, tanto no tocante ao trabalho como com relação às expectativas de dias melhores em curto prazo. Para confirmar esta hipótese, seria necessário repetir o estudo fora do período de chuvas em pesquisas futuras.

Com o objetivo de verificar os resultados encontrados, isolando-se a influência do PRONAF sobre a QVS, foram refeitas as análises comparando-se apenas os beneficiados do sertão com os do agreste e, em seguida, o mesmo para os não beneficiados pelo programa. Considerando apenas os pronafianos, foi verificado que os sertanejos apresentaram índices mais elevados do que os residentes no Agreste tanto na QVS geral como em todos os seus

domínios, inclusive no social. Considerando apenas os não-beneficiados, a semelhança no domínio social se mantém entre os moradores das zonas seca e úmida, conforme análise da amostra global. Porém, os grupos apresentaram-se estatisticamente idênticos também em função da QVS geral.

10.1.3 Influência do sexo sobre a QVS

Comparando-se os índices de QVS dos homens e das mulheres participantes do estudo, verificou-se que os primeiros apresentaram índices mais elevados tanto na QVS geral quanto nos domínios físico e psicológico. Estes resultados refutam a hipótese do estudo que afirma não haver diferença entre gêneros com relação à QVS e seus domínios.

Tal hipótese baseou-se em estudo realizado por Albuquerque e Gouveia (2007), no qual homens e mulheres jovens apresentaram índices de QVS estatisticamente equivalentes. Pois, conforme a definição de qualidade de vida da OMS (Fleck et al., 2000), a QVS reflete as percepções dos indivíduos acerca de sua posição na vida, no seu contexto social, assim como sua relação com seus objetivos, perspectivas e preocupações. Assim, entende-se que os jovens homens e mulheres têm ansiedades, preocupações e expectativas, que embora sejam distintas, levam-nos a perceber a qualidade de suas vidas com o mesmo nível de satisfação. Ou seja, homens e mulheres podem ter percepções qualitativamente diferentes acerca da qualidade de suas vidas, porém os resultados do estudo citado mostraram que ambos podem apresentar índices quantitativos semelhantes de satisfação com sua qualidade de vida.

Porém, as diferenças de gênero entre os jovens são evidenciadas em vários estudos (Traverso-Yépez & Pinheiro, 2005), aumentando conforme o avanço da idade. Uma vez que incorporam normas e valores sócio-culturais que dizem como um homem ou uma mulher devem se comportar, as categorias de gênero são permanentemente reconstruídas pelas

pessoas em suas interações e com elas os valores, papéis, atribuições e normas de interação entre os sexos. O gênero é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo de sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses.

Contudo, nesta pesquisa, os homens apresentaram avaliações mais positivas a cerca de sua qualidade de vida do que as mulheres. Percebe-se que entre as mulheres 65% estudaram até o 1º grau e 3% não tem estudos, já entre os homens 78% tem até o 1º grau e 9% não tem estudos. Com isso, tendo apresentado nível de escolaridade um pouco mais elevado do que os homens, as mulheres demonstram maiores perspectivas de futuro e desejo de qualificação profissional. Como 75,5% declararam envolvimento em atividades como agricultura, artesanato ou mesmo donas de casa, pode-se supor que as mulheres sintam-se mais insatisfeitas por, apesar de terem estudado, não terem alcançado as perspectivas almejadas.

10.1.4 Correlação da renda com a QVS

Com o intuito de verificar se existe correlação entre a renda familiar dos jovens e a QVS e seus componentes, foi realizada uma correlação r de Pearson. Nesta análise, verificou-se que apenas o domínio relações sociais correlaciona-se significativamente com a renda familiar e de forma inversa, ou seja, os índices do domínio decrescem enquanto a renda aumenta.

Estes resultados refutam a hipótese do estudo que afirma que existe correlação direta e significativa entre os índices de QVS e a renda. Tal hipótese fundamenta-se na teoria de Herzberg, na qual a avaliação subjetiva da qualidade de vida correlaciona-se diretamente com as condições de vida objetivas até o ponto de satisfação das necessidades básicas (alimento, segurança, etc.). Sendo supridas estas necessidades, o aumento ou melhoria das condições de

vida objetivas não exerce influência sobre a QVS. Como se trata de jovens de renda baixa (95% apresentou renda familiar abaixo de R\$ 1.000,00), esperava-se encontrar tal correlação.

Albuquerque e Gouveia (2007), estudando a qualidade de vida dos jovens urbanos, verificaram tal correlação e explicam que a forte variabilidade de renda encontrada tende a gerar a comparação social entre os jovens. Quem tem renda baixa tende a desejar ter mais dinheiro quando se compara com as pessoas de renda mais alta. Considerando-se o consumismo, as novas tecnologias e a influência da mídia a que os jovens estão submetidos, este fator agrava-se.

Diante desta afirmativa e do fato de que neste estudo 95% dos jovens entrevistados possuem renda familiar inferior a R\$ 1.000,00, a ausência de correlação pode ser atribuída à pouca variabilidade da renda, visto que este estudo contextualiza-se no meio rural agrário, onde a maioria dos jovens dedica-se à mesma atividade: agricultura. Além disso, possuindo praticamente o mesmo nível econômico, há menos comparação social entre os jovens no meio rural. Dessa forma, pode-se a isto atribuir a ausência de correlação entre a QVS e a renda dos jovens agrários.

10.2 Bem-estar Subjetivo

O BES diz respeito ao modo como as pessoas avaliam as suas vidas. Como visto anteriormente, é composto pela satisfação com a vida e pelo balanço dos afetos positivos e negativos. De modo geral, os jovens obtiveram bons níveis de BES, tanto beneficiados como não-beneficiados da zona seca ou úmida, apresentando altos índices de satisfação com a vida e afetos positivos e baixos índices de afetos negativos.

Pesquisadores têm sido unânimes ao indicar que adolescentes, em medidas unidimensionais do construto, reportam bons níveis de bem-estar subjetivo (Diener, 1996

apud Arteche & Bandeira, 2003), embora estes bons níveis de bem-estar possam não ser tão elevados quando avaliado por meio de medidas multidimensionais.

Os jovens, segundo Grinspun et al. (2005), apresentam atitudes como uma predisposição enorme ao que gosta de fazer, uma vontade implícita em ser solidário, uma alegria contagiante, um bem estar com a vida, uma euforia ilimitada, uma radicalização nas suas afirmações, que podem ser responsáveis pelos elevados índices de BES encontrados. Apesar de muitas vezes estas atitudes contrastarem com momentos de depressão, dificuldades em fazer opções, em se organizarem, em se programarem, no seu cotidiano.

10.2.1. Impacto do PRONAF sobre o BES

Para avaliar o impacto do PRONAF sobre o BES dos jovens, foram comparados os índices dos participantes do programa com os dos jovens que não foram por ele favorecidos. Nesta análise, verificou-se que não há diferença significativa entre os grupos controle e de tratamento com relação ao BES e aos seus componentes. Desta forma, não foi encontrado impacto do PRONAF sobre o bem-estar dos jovens pronafianos, corroborando as hipóteses do estudo, que afirmam não haver variância válida nos índices de BES, SV, AP e AN dos jovens beneficiados e não beneficiados.

Conforme discutido, o PRONAF não tem conseguido alcançar efetivamente a melhoria das condições ou da qualidade de vida das pessoas, tendo atingido, no máximo, as percepções mais subjetivas delas acerca de sua vida. Com relação ao BES, isto não foi verificado nem no domínio emocional nem no cognitivo. Este último, medido através da SV, refere-se ao julgamento cognitivo global acerca da satisfação com a vida que o indivíduo experiencia. Especialmente neste componente do BES, para que se confirmasse a discussão

anterior, esperava-se que diferenças fossem encontradas no mesmo sentido, o que não ocorreu.

Com o objetivo de averiguar o impacto do programa sobre o BES dos jovens, isolando possíveis interferências das condições da região onde vivem, foram realizadas as mesmas análises, comparando participantes e não-participantes, separadamente na zona seca e na zona úmida. Nestas, foram encontrados resultados idênticos, em ambas as regiões, as análises da amostra global, não sendo verificado impacto do PRONAF nem sobre o BES nem sobre nenhum de seus componentes.

10.2.2 Influência das condições edafoclimáticas sobre o BES

Analisando-se a influência das condições edafoclimáticas das regiões estudadas sobre o BES, compararam-se os índices médios do BES e seus componentes dos jovens que vivem na zona seca com os que vivem na zona úmida. Com relação ao escore global do BES e aos afetos positivos não houve variância válida entre os grupos, apontando a não influência das características ambientais sobre estes construtos. Estes resultados corroboram com as hipóteses do estudo, as quais afirmam que não há diferença significativa entre os jovens do agreste e do Sertão com relação ao BES e aos AP.

Porém, tratando-se dos afetos negativos e da satisfação com a vida, os jovens sertanejos apresentaram índices significativamente mais positivos do que os residentes no Agreste, com escores significativamente superiores de SV e inferiores de AN. Estas constatações refutam as hipóteses deste estudo que afirmam existir semelhança estatística entre ambos com relação aos AN e a SV.

Pode-se compreender, conforme ocorreu com a qualidade de vida, que os sertanejos, por estarem atravessando um período de chuvas abundantes, estivessem mais propensos a

fazer avaliações cognitivas mais positivas acerca de suas vidas, mostrando-se mais satisfeitos do que os residentes no Agreste, os quais não haviam passado por nenhuma mudança significativa.

Pode-se supor ainda que a vivência mais freqüente de emoções negativas pelos residentes no Agreste deva-se também aos transtornos causados pelo aumento dos índices pluviométricos, visto que muitos dos participantes mostraram-se aborrecidos com as terras encharcadas e a dificuldade de acesso à cidade. Estes problemas foram também sentidos pelos aplicadores desta pesquisa, os quais enfrentaram diversos contratempos durante a coleta dos dados com a dificuldade de acesso aos sítios devido às chuvas.

Ao realizarem-se análises comparativas entre os índices do BES dos jovens sertanejos e residentes no Agreste, isolando-se a condição de beneficiado ou não pelo programa, verificou-se que os pronafricanos apresentaram resultados idênticos à amostra global, com os sertanejos apresentando índices mais positivos de SV e AN do que os residentes no Agreste. Contudo os jovens não beneficiados pelo PRONAF mostraram equivalência estatística entre os moradores da zona seca e da úmida com relação ao BES e a todos os seus componentes. Com isso, vê-se que, quando considerados separadamente, apenas entre os favorecidos pelo PRONAF as diferenças verificadas na análise da amostra global se evidenciam.

10.2.3 Influência do sexo sobre o BES

A fim de verificar a influência do gênero sobre o BES, foram comparados os índices de homens e mulheres, tendo-se encontrado variância válida tanto com relação ao BES como a todos os seus componentes. Com este resultado, foram refutadas as hipóteses que afirmam que não existem diferenças significativas entre homens e mulheres com relação ao BES, a SV, aos AP e aos NA.

Esta hipótese fundamenta-se na afirmação de Diener e Biswas-Diener (2000), de as variáveis bio-demográficas explicam menos de 20% da variância do BES. Segundo Diener, Suh e Oishi (1997), a adaptação explica, em parte, a pouca relação das variáveis bio-demográficas com o BES, já que as pessoas reagem fortemente aos novos eventos da vida, sejam bons ou maus, mas depois se adaptam ou se habitua a eles, voltando, ao longo do tempo, a um “ponto de ajuste” que é determinado por sua personalidade.

Contudo, no presente estudo os homens apresentaram índices significativamente mais positivos de BES e seus componentes do que as mulheres, corroborando com os resultados encontrados acerca da QVS. Visto que estes dois construtos possuem alta correlação direta entre si, tendo os homens melhor percepção de sua qualidade de vida do que as mulheres, é de se esperar que com o BES, pelos mesmos motivos, também seja assim.

10.2.4 Correlação da renda com o BES

Com o objetivo de verificar se existe correlação entre a renda familiar dos jovens e o seu bem-estar subjetivo, foram realizadas correlações r de Pearson constatando-se a ausência de correlação significativa entre o BES e seus componentes e a renda dos jovens. Verifica-se, com isto, que os índices de BES não sofrem influência do nível econômico, sendo refutada a hipótese de estudo que afirma existir correlação direta e significativa entre o BES e componentes e a renda familiar.

A ausência de correlação entre a renda e o BES também pode ser explicada por Diener e Biswas-Diener (2000), ao afirmar a fraca influência dos indicadores bio-demográficos sobre o BES. Além disso, Argyle (1999) afirma que os “pobres felizes” são aparentemente muito satisfeitos e explica isto como um estado de adaptação e desamparo aprendido produzidos pela longa experiência de serem incapazes de fazer alguma coisa para mudar esta condição.

10.3 Impacto do PRONAF nas condições de vida e de trabalho dos jovens participantes

O objetivo do PRONAF é promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, a partir do aumento da capacidade produtiva, geração de empregos, elevação da renda e melhoria das condições de vida dos agricultores familiares.

Muitos estudos avaliam o impacto desse programa a partir de índices econômicos, taxas de crescimento de produtividade, avaliação da área agrícola explorada, fatores técnico-econômicos, como uso de tecnologia agrícola e de assistência técnica (Kageyama, 2003; Ferreira, 2006; Feijó, 2005; Maia e Sousa, 2008). Outros, ainda, utilizam estes índices partindo de fontes secundárias como as bases do IBGE e os relatórios do BACEN (Feijó, 2005). Na presente pesquisa, buscou-se verificar o impacto do programa nas condições de vida e de trabalho a partir da percepção dos próprios usuários, aos quais se solicitou uma avaliação das mudanças por eles percebidas após sua inserção no programa.

Com relação ao trabalho, 83,5% dos beneficiados perceberam mudanças positivas, dos quais 43% citaram a melhoria ou aumento da produção ou do trabalho, seguidos de 30% que apontaram o aumento da renda familiar. Estes resultados corroboram a hipótese de que o PRONAF de fato proporciona melhorias nas condições de trabalho dos jovens, conforme os objetivos do programa.

O aumento da produtividade entre os beneficiados pelo PRONAF é verificado também em várias pesquisas, tanto nacional quanto regionais (Ferreira, 2006; Cerqueira & Rocha, 2002; Kageyama, 2003). Nestes estudos o aumento da produtividade está associado ao maior investimento em máquinas, equipamentos e insumos modernos, proporcionando um provável uso de tecnologias adequadas e compatíveis com os níveis de cada sistema de produção. Dos jovens aqui estudados, pequena parte declarou ter investido especificamente na agricultura (5%). A maioria relatou investimentos em matéria-prima para atividade artesanal ou na compra de um único animal para iniciar uma criação. Porém, visto que se trata de agricultores

de renda muito baixa, apesar do pequeno valor do benefício por eles recebido, através do programa, tiveram a chance de fazer algum investimento capaz de gerar trabalho e renda.

Assim como relatado pelos agricultores desta pesquisa, Ferreira (2006) confirma que o aumento da receita foi destacado por 100% dos agricultores investidores na agricultura e 87,50% dos agricultores que investiram nas atividades pecuárias. Porém, Guanzioli (2007) resumiu os resultados de 13 pesquisas que buscaram fazer avaliação do impacto do PRONAF sobre a renda dos beneficiados, verificando ao final que as avaliações estudadas não eram conclusivas no que diz respeito ao impacto na renda e na melhoria do padrão de vida da população rural beneficiada. Isto pode sugerir que a percepção da melhoria da renda pode ser maior do que o aumento real dos vencimentos, visto que, a venda de um animal, por exemplo, significa um rendimento extra, porém isolado, não sendo incluído no registro de sua renda familiar mensal.

O aumento da renda familiar foi também a mudança mais citada (55%) pelos jovens quando perguntados sobre o que mudou nas suas condições de vida após o recebimento do programa. Incluindo estes, 86% disseram ter percebido mudanças positivas após receberem o benefício, confirmando a hipótese de que as condições de vida dos jovens melhoraram depois que receberam o PRONAF. Cerqueira e Rocha (2002) afirmam que o crédito é um elemento essencial capaz de possibilitar um nível mais elevado de renda e o aumento do patrimônio familiar, garantindo não apenas a sobrevivência, mas a melhoria das condições de vida para as famílias rurais.

10.4 Referentes à avaliação do PRONAF

Mais uma vez, ressalta-se aqui o aspecto participativo do (potencialmente) beneficiado na avaliação que se segue. Buscou-se investigar o que os participantes (avaliadores internos) e

os não-participantes (avaliadores internos) viam de melhor e de pior no programa, assim como as possíveis mudanças por eles sugeridas e a nota que dariam ao programa como um todo.

10.4.1 Pelos agricultores participantes do programa (avaliadores internos)

A avaliação quantitativa dos beneficiados acerca do PRONAF foi extremamente positiva, visto que, de 0 a 10, a nota mínima obtida foi 5, com moda e mediana iguais a 10 e média de 9,5 (DP=0,9). Na avaliação qualitativa, 64% dos participantes afirmaram não ver pontos negativos, 62% disseram que, mesmo se pudessem, não mudariam nada no programa, 93,5% afirmaram que indicariam o programa para outras pessoas e 91% responderam que participariam do programa novamente. Com esses dados, verifica-se a confirmação das hipóteses de que os beneficiados pelo PRONAF o avaliam de forma positiva, indicariam para outras pessoas e voltariam a participar do programa.

Segundo Rocha (2008), a satisfação do beneficiário depende mais da importância, do retorno do produto adquirido para si e/ou para a família, do que da quantidade de itens financiados. Se o animal ou o equipamento adquirido pelo PRONAF tornou-se fonte de renda, de integração à comunidade e/ou de um novo *status* social, isto é suficiente para modificar totalmente sua opinião a respeito do programa.

Os pontos positivos apontados com os maiores percentuais de resposta foram bônus (25%), prazo e carência (16%), parcelamento (15%), assim como as condições de pagamento de modo geral (13,5%), as baixas taxas de juros também foi citada por 8,5%. Entre aqueles que apontaram pontos negativos, os altos juros implementados quando pagam as parcelas após o vencimento foi o mais citado (16%), seguido da burocracia (7%) para ingressar no programa.

Segundo Feijó (2005), as modernas tecnologias financeiras utilizadas pelo PRONAF na entrega do crédito como, por exemplo, o abatimento na taxa de juros (que podem chegar a 50% em alguns casos) para a quitação em dia das parcelas, tem-se mostrado um incentivo eficiente para o pronto pagamento. Esta estratégia, o bônus na antecipação do pagamento, foi eleita pelos beneficiados como o que há de melhor no PRONAF, seguida da larga carência para o início do pagamento e o longo prazo concedido entre os pagamentos das parcelas. Porém, o principal ponto negativo indicado foi justamente a taxa de juros administrada quando efetuado o pagamento em atraso, demonstrando que, apesar dos incentivos financeiros para encorajar a pontualidade, a inadimplência ainda é presente.

Tendo 91% dos beneficiados o desejo de voltar a participar do programa, devido aos bons resultados alcançados, é justificável que 93,5% o indiquem para outras pessoas. É interessante considerar que, quanto aos motivos que os levariam a indicar o PRONAF, 56% referiram-se ao programa como uma ajuda para as pessoas, dizendo, por exemplo: “As pessoas saem do buraco”; “Ajuda de todas as maneiras, até mesmo para comer e sair de uma situação difícil”. De acordo com Rocha (2008), os beneficiários possuem uma visão do programa baseada em crenças de que o crédito rural é um recurso a fundo perdido, uma ajuda. Não compreendendo que a intervenção governamental não é uma ação beneficente e sim uma estratégia voltada para o negócio.

10.4.2 Pelos agricultores que não participam do programa (avaliadores externos)

Entre os não beneficiados, apenas 38,5% disseram conhecer o PRONAF, os quais atribuíram ao programa nota média de 8,23 (DP=2,05), demonstrando avaliação positiva do mesmo. Não vêem pontos negativos 12,5% dos jovens e 11% disseram que nada mudariam no programa se pudessem, sendo que efetivamente responderam a estas questões apenas 27% e

27,5% dos participantes, respectivamente, os demais não conhecem ou não souberam responder. Entre os que responderam, 12% acham que nada mudaria em suas vidas caso recebessem o PRONAF, enquanto 26,5% disseram que haveria mudanças positivas. Diante destas avaliações, apesar do alto percentual de não-beneficiados que não conhecem o programa (61,5%) e considerando apenas os que têm conhecimento sobre o mesmo, confirma-se a hipótese de que os não-beneficiados o avaliam positivamente.

A avaliação positiva do PRONAF pelos não-beneficiados pode ser atribuída aos bons resultados alcançados pelos participantes do programa, dos quais 91% declararam que indicariam o programa para outras pessoas devido ao bom retorno por eles obtido. Por outro lado, a questão da falta de conhecimento do programa pela maioria dos não-beneficiados leva a questionar as estratégias de divulgação do programa, que será tratada a seguir quando discutidos os aspectos referentes à abrangência.

10.4.3 Pelos atores sociais (avaliadores externos)

A agricultura familiar é a principal influência do desenvolvimento comercial e dos serviços nas pequenas e médias cidades do Brasil. Segundo Maia e Sousa (2008), estimulando-se a agricultura, dinamiza-se o aumento nas outras esferas econômicas. Assim sendo, fomentar a agricultura familiar sustentável não é uma proposta política apenas para o setor rural, mas uma condição de fortalecimento da economia de um grande número de municípios brasileiros. O desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural viabiliza e apóia o crescimento do setor urbano.

A fim de verificar a influência do PRONAF na comunidade local, especialmente no comércio, foram entrevistados atores sociais que não estão ligados diretamente à agricultura. Hipotetizou-se que os atores sociais (1) avaliam positivamente o PRONAF, (2) participariam

do programa se pudessem e (3) consideram que o PRONAF trouxe mudanças positivas para a vida dos beneficiados. Apesar de todas as hipóteses terem sido confirmadas, nada se pode concluir considerando que 82,5% desconhecem completamente o programa, impossibilitando maiores análises ou conclusões acerca da avaliação que possivelmente fariam do mesmo.

Mais uma vez, retoma-se a discussão sobre a insuficiência da divulgação, necessária para que toda a comunidade venha a ter conhecimento sobre as ações governamentais que indiretamente pode exercer grande influência em suas vidas.

10.5 Referentes a aspectos descritivos

10.5.1 Do caráter de abrangência do PRONAF

A abrangência do PRONAF foi analisada a partir das formas de divulgação sob as quais se difundem as informações ao seu respeito, assim como pelas motivações que levaram a participação ou não no programa e pelas possíveis dificuldades enfrentadas na adesão ao programa.

Porém, antes de tudo, propôs-se avaliar, como aspecto de abrangência do programa, se o PRONAF atingiu o público-alvo ao qual foi destinado. Considerando que a proposta original deste estudo era a avaliação do impacto da linha de crédito do PRONAF dedicada especificamente aos jovens, o PRONAF Jovem, vê-se prontamente que o público não foi atingido. Já na seleção da amostra do estudo verificou-se que não havia jovens favorecidos por essa categoria de benefício, selecionando-se os jovens contemplados pelo PRONAF B que obedeciam a faixa etária critério do PRONAF Jovem.

Percebeu-se, durante o contato com os escritórios municipais da Emater, que, embora tenham sido muito receptivos e facilitado a etapa inicial de seleção dos participantes através

da disponibilização das DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) dos contemplados, os funcionários contatados ofereciam informações divergentes entre eles. Este fato por si já dificulta o acesso às linhas de crédito especiais sobre as quais eles mesmos não têm tantas informações, já que a Emater é a maior responsável pela emissão de DAP aos agricultores na região estudada.

Outra questão a ser considerada, esta de fato o grande obstáculo para o acesso ao crédito específico, são os critérios estabelecidos pelo próprio programa. Primeiramente, o benefício é dirigido a filhos de agricultores familiares enquadrados no PRONAF, sendo exigida a vinculação da DAP do jovem à DAP da família, ou seja, se seus pais não forem pronafianos eles também não podem ser. Em segundo lugar é exigido que o jovem tenha passado por certa qualificação, que pode ser em Escolas Técnicas Agrícolas, Centros Familiares Rurais de Formação por Alternância ou uma carga horária de 100 horas de cursos ou estágios profissionais em instituições como o Sebrae, a Emater. Esta exigência visa estimular a formação da juventude rural, incentivando a busca de novos conhecimentos para produzir, beneficiando as pessoas que estão estudando e têm potencial para crescer. Visto que nas cidades pesquisadas não existem Escolas Técnicas nem Centros de Formação por Alternância (CEFFAs), o acesso à categoria específica do PRONAF para os jovens fica impossibilitado. Caberia então às instituições como a Emater ou o Sebrae, que são as mais próximas desse público nessas localidades, disponibilizar cursos e estágios que promovessem a capacitação desses jovens. Visto que, além da aquisição de novos conhecimentos aplicados a sua profissão, os jovens poderiam desfrutar de vantagens que o PRONAF Jovem oferece especificamente para seu público e que não estão sendo por ele aproveitadas.

A partir disso, esta pesquisa analisa, na verdade, não o impacto e condições do PRONAF Jovem, mas do PRONAF B sobre os jovens. Considerando então o PRONAF B, pode-se afirmar que este tem atingido o seu público alvo.

Desde a sua criação, o PRONAF tem passado por ajustes que visam melhorar a distribuição dos recursos tanto entre as regiões do país quanto entre os diferentes níveis de renda. Visto que desde o início, a região Sul concentrava a maior parte dos recursos do programa, como também havia elevada concentração dos recursos nas duas categorias mais bem posicionadas da agricultura familiar. Mattei (2005) afirma que, na safra de 1999, a região Sul concentrava 50% dos recursos do programa, enquanto ao Nordeste cabia 26%. Na safra de 2004 ocorreram mudanças significativas, porém não a ponto de mudar a rota dos recursos, o Sul passou a responder por 47% dos recursos tendo havido uma redução do número de contratos. No Nordeste, o investimento dos recursos caiu para 18%, contudo, houve um aumento do número de contratações do programa. As demais regiões aumentaram a sua participação neste período. Diante disto, constata-se que, se mesmo com a diminuição do montante aplicado no Nordeste, o número de contratos aumentou, o valor dos benefícios individuais também foi menor, sugerindo o favorecimento da população mais pobre, a qual se destina o PRONAF B. Este maior número de beneficiários, segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004), pode estar relacionado às condições de financiamento que também foram melhoradas, visto que os mecanismos compensatórios, como os rebates e as taxas de juros fixas e abaixo das taxas praticadas pelo mercado financeiro, facilita o maior acesso dos menos favorecidos aos recursos disponibilizados pelo programa.

Com relação às formas de divulgação do PRONAF, verificou-se que as associações e os sindicatos foram os maiores responsáveis pela difusão das informações sobre o programa entre os pronafianos, visto que 81% tomaram conhecimento do mesmo através deles. Porém, entre os não-beneficiados, a maioria (25,5%) citou os amigos, vizinhos ou parentes como principal fonte de divulgação, afirmando (33,5%) que conhece alguém que já foi beneficiado. Com isto, a hipótese de que o PRONAF se populariza através das informações passadas pelas

pessoas que já receberam o benefício só é verdadeira para os não-participantes do programa, tendo sido refutada pelo grupo dos beneficiados.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005) aponta os órgãos sindicais como os maiores propagadores do PRONAF – embora os meios de comunicação, cooperativas e bancos também tenham sido citados. É importante ressaltar a importância que ainda têm os órgãos sindicais no ambiente rural. Prova disto é que estes órgãos foram habilitados pelo governo para emitirem a DAP aos agricultores que pretendem aderir ao PRONAF, juntamente com as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural. Segundo Abramovay e Piketty (2005), este procedimento tem sido conduzido com relativa facilidade em todo o país graças à capilaridade tanto do sindicalismo como da extensão rural.

Quando perguntados se encontraram dificuldades na contratação do programa, 82% disseram que não, corroborando a hipótese de estudo. Destes, 29,5% disseram ter sido rápido ou fácil e 27% afirmaram que associação/sindicato facilitou o processo, reafirmando a significativa influência das associações e sindicatos neste contexto.

Os pronafianos demonstraram relativo contato com estas organizações rurais, apesar de não ter sido questionada a participação ou envolvimento com as mesmas, nota-se a sua atuação tanto na divulgação do programa como na motivação para a ele aderir. Neste sentido, pode-se pensar que as pessoas envolvidas ou associadas a essas organizações rurais estão mais propensas a participar do programa.

Os agricultores não-beneficiados apontaram atores de sua rede social próxima, provavelmente contemplada pelo programa, como fonte de divulgação do PRONAF, tendo as associações e sindicatos sido citadas por apenas 6% deles. É intrigante o fato de 61,5% dos não-beneficiados sequer terem conhecimento a respeito do programa, o que poderia, de alguma forma, estar relacionado com o não envolvimento com os sindicatos e associações.

Pode também ter contribuído para estes índices as diferentes denominações que o programa recebe nas diversas regiões do país. No brejo paraibano, o PRONAF ganha o nome de “crédito da vaca” ou “dinheiro da vaca”, já no sertão as pessoas referem-se ao financiamento aplicado nas varandas para fazer referencia ao programa. Cerqueira e Rocha (2002) também constataram estes regionalismos, em diferentes cidades baianas o PRONAF é conhecido como “projeto do bode”, em Monte Santo, ou “os quinhentos”, em Ituaçu. Contudo, os aplicadores foram alertados desde o início sobre as possíveis nomenclaturas que o programa poderia receber, as quais eles deveriam estar atentos, especialmente tratando-se dos não-beneficiados. Mesmo assim, pode-se supor que parte dos não-beneficiados que disseram desconhecer o programa o conhecem com outro nome.

A fim de investigar os motivos que contribuíram para o ingresso dos beneficiados no programa, perguntou-se que fatores haviam influenciado sua adesão ao PRONAF. A maioria (31%) citou as condições vantajosas do PRONAF como principal fator motivador, seguido do desejo de aumentar a renda familiar (17,5%), do incentivo de parentes e amigos (17%) e da influência das organizações rurais (13,5%). Estes dados refutam a hipótese de que a expectativa de aumentar a produção e a renda seria o principal fator que contribui para a adesão ao PRONAF.

Os agricultores familiares, público-alvo do programa, não fazem parte da clientela convencional dos bancos, visto que não são capazes de lhes oferecer garantias patrimoniais. A distância entre a racionalidade econômica e as necessidades sociais exprime-se na distância entre os bancos e os agricultores familiares. O PRONAF esforça-se para reduzir essa distância, buscando proporcionar o aumento da geração de renda através do crédito bancário. Para isto, o programa oferece condições especiais a seu público, bem diferentes das habituais de mercado. Especialmente os mais pobres são beneficiados com os maiores subsídios nas taxas de juros, a linha de crédito destinada aos agricultores com faturamento anual até R\$

1.500, era isenta de juros e dos R\$ 500 recebidos só devolviam R\$ 300. Nesse caso, na verdade, a operação deixava de ser propriamente um empréstimo bancário e quase se confundia com uma transferência de renda (Abramovay & Piketty, 2005). O prazo para pagamento pode variar de 2 anos, para linhas de menor valor, até 10 anos, com carência de 1 a 5 anos dependendo da linha de crédito. Tantas vantagens oferecidas a um público que não tem alternativas de crédito, certamente lhes provoca grande interesse.

Porém, é importante colocar que as liberações desses recursos para os agricultores representam um alto custo para o Tesouro Nacional, pois além de equalizar juros e rebates de adimplência, existe o custo que os bancos cobram pelo seu trabalho de intermediação. Tratando-se, portanto de um programa caro e altamente subsidiado que, por isso, deve ser bem avaliado e ter indicadores de resultados que comprovem sua necessidade (Guanziroli, 2007).

Quanto aos fatores que contribuíram para que os agricultores não-beneficiados não aderissem a este programa, supôs-se que, apesar de terem oportunidade, o medo de não conseguir pagar seria o mais efetivo. Contudo, o desconhecimento foi o fator principal (61,5%), enquanto apenas 26% disseram não ter tido oportunidade de participar, refutando a hipótese de estudo.

Quando perguntados sobre o porquê da não participação, 19,5% reafirmaram a falta de oportunidade, 7,5% disseram não se adequar aos critérios do programa e 5% afirmaram não ter tido interesse. Em sua pesquisa, Cerqueira e Rocha (2002) encontraram índices de falta de interesse e desconhecimento aproximadamente iguais a 13% para ambos, tendo os índices mais significativos os motivos que englobam como burocracia, juros altos, dificuldade de pagamento e documentação necessária, o que não corresponde aos índices aqui observados. A alta taxa de desconhecimento certamente exerceu influência sobre os números encontrados.

10.5.2 Da aplicabilidade dos recursos do PRONAF

O crédito do PRONAF destina-se a dar apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias (turismo rural, à produção artesanal, ao agronegócio familiar e à prestação de serviços no meio rural) exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família (MDA, 2008).

Hipotetizou-se que na região estudada o crédito seria usado maciçamente em duas fontes de investimento: (1) na agricultura, para o aumento da produção, e (2) na compra de vaca grávida, para, posteriormente, vendê-la e ficar com o bezerro. Na região úmida, a hipótese 2 é verdadeira, visto que 70% dos beneficiados investem na criação de gado. Já a hipótese 1 não se verifica, visto que apenas 1% citou a agricultura como fonte de investimento. Na região seca, ambas as hipóteses foram refutadas, pois a maioria (52%) afirmou investir no artesanato de varandas para redes, apenas 34% citou o investimento no gado e 9% disse ter investido na agricultura.

A diferença regional na aplicação dos recursos pode explicar-se por ser o sertão um exportador de redes para todo país, o que proporciona uma boa fonte de renda para as pessoas desta região. Já o agreste possui características climáticas mais favoráveis à criação de animais, visto que não passa por períodos de seca intensos como o sertão.

Alguns estudos apontam o desvio do recurso do PRONAF para atividades não-produtivas, como as despesas da casa e o sustento da família, motivados pela precária situação em que vive alguns agricultores, tornando-se o crédito agrícola uma alternativa de sobrevivência para estes agricultores (Cerqueira & Rocha, 2002). Nesta pesquisa, disse ter investido em reformas ou na aquisição de bens de consumo apenas 3,5% dos participantes. Embora outros 11,5% tenham declarado o investimento no comércio, citando a venda de roupas, CDs ou mercearia, modalidades que não se enquadram no agronegócio.

Ferreira (2006) chama a atenção para a formação de um espaço rural pluriativo, no qual o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura e passou a ser pluriativa ou não-agrícola, embora permaneçam residindo no campo. Dessa forma as exigências do programa de uso de mão-de-obra essencialmente familiar e de a receita da família ser basicamente advinda das atividades agropecuárias estariam ignorando as transformações que estão ocorrendo no campo.

Contudo, pode-se concluir que, de modo geral, a aplicação dos recursos se deu dentro da proposta do programa, visto que 83% referiram-se às atividades previstas (atividades agropecuárias e produção artesanal).

10.5.3 Do pagamento do empréstimo

Supuseram-se como hipóteses a respeito do pagamento do benefício do PRONAF que os agricultores o fariam utilizando o dinheiro da (1) venda da vaca e da (2) venda da plantação. Visto que o percentual dos que investiram diretamente na agricultura foi muito pequeno (5%), a hipótese 2 foi refutada. Terminaram de pagar o empréstimo 58% e ainda estão pagando 42% dos participantes. Considerando-se todos, apenas 22% disseram que utilizaram ou irão utilizar como estratégia para o pagamento a venda do animal, sendo refutada também a hipótese 1. A maioria (42%) disse estar guardando ou ter guardado o dinheiro, enquanto 26% disseram que pagaram ou pagarão com o lucro do investimento.

Disseram não ter sentido dificuldade para efetuar o pagamento 92% dos participantes, refutando a hipótese de que os agricultores sentem dificuldade para pagar o empréstimo porque o lucro é pequeno. Entre os 10% que sentiram dificuldade, 3% citaram o pouco lucro. Quase a totalidade dos pronafianos que concluíram o pagamento (58%) disse ter pago no prazo estipulado, entre os que ainda estão pagando (42%) apenas 3 afirmaram que acreditam

que não conseguirão pagar. Estes resultados confirmam a hipótese de que os agricultores acreditam que vão conseguir ou que já conseguiram pagar o empréstimo no prazo determinado.

Diante da baixa taxa de inadimplência (1,6%) verificada no Relatório das Dívidas Rurais de janeiro de 2004 para os grupos B, C e D, Guanziroli (2007) sugere que o fato de o PRONAF ser controlado por organizações de agricultores e de assistência técnica e extensão rural, por meio da DAP, impõe exigências bastante rígidas ao processo de seleção dos agricultores. Nas operações dos Grupos “A”, “A/C” e “B” o banco exige a garantia pessoal do agricultor que solicita o crédito, através de sua assinatura comprometendo-se em pagar o crédito. Ter um cadastro sem restrições (ter o nome limpo na praça) implica menores exigências de garantias. Esses procedimentos servem para reduzir o risco de o banco não receber as parcelas do empréstimo, evitando assim a inadimplência (MDA, 2007).

Segundo Guanziroli (2007), contribuiria, também, para a inadimplência a prática do aval, garantia mais moral que efetiva, existente nesse processo seletivo. O endividamento é psicologicamente desastroso para muitos agricultores, em vista do valor alto moral agregado a sua palavra. Isto se confirma através do comportamento preventivo, como poupar o dinheiro ou guardar o lucro para saldar o financiamento, demonstrado por 68% dos pronafianos.

A ocorrência da inadimplência deve-se, principalmente, a fatores que não dependem somente da vontade do beneficiário, como problemas com a produção ou a ocorrência de fenômenos climáticos (Rocha, 2008; Ferreira, 2006). Diante desse fato, Rocha (2008) sugere necessidade do estabelecimento de estratégias planejadas e implementadas tanto pelo agricultor como pelos responsáveis pelo empréstimo (agentes da extensão rural e do banco).

Dois fatores referentes aos índices de inadimplência divulgados são importantes de serem destacados. Primeiramente as renegociações, gerando novos prazos de vencimento,

podem ocultar o verdadeiro atraso dos créditos (Guanziroli, 2007). Em segundo lugar, os beneficiários em período de carência podem também mascarar os índices de inadimplência Rocha (2008). Neste estudo, como o contato foi direto com os beneficiários, estes fatores foram minimizados.

10.5.4 Das condições do trabalho

O principal objetivo do Pronaf Jovem é estimular a formação da juventude rural, através da formação e capacitação dos jovens, almejando o desenvolvimento do espírito empreendedor para que atuem como empresários rurais. Contudo, com a amostra desta pesquisa não foi possível verificar a ação desta linha de crédito nos municípios estudados. Considerando então o PRONAF B, não se podem esperar estas mesmas contribuições para o futuro profissional dos jovens beneficiários, porém a intenção de evitar o êxodo rural pode ser alcançada.

Buscou-se verificar inicialmente as modalidades agrícolas praticadas pela família (autoconsumo ou comércio), em seguida qual o papel do jovem na divisão do trabalho. Verificou-se que 76% das famílias plantam apenas para o consumo próprio, refutando a hipótese de que o que plantam é destinado para o consumo e o que sobra é vendido.

Em sua pesquisa, Cerqueira e Rocha (2002) corroboram os resultados desta, afirmando que os pronafianos do Grupo B, e não-pronafianos na mesma faixa de renda, consomem parte significativa da sua produção, expressando o reduzido grau de inserção das famílias no mercado. Porém, entre os agricultores do Grupo D apresentaram a menor participação na produção de autoconsumo, o que se justifica por ser esse o segmento mais capitalista e que concentra sua fonte de renda na agropecuária (produção e venda).

Muitos agricultores familiares dependem de rendas externas, como aposentadorias (18,8%), programas sociais (39,8%) ou venda de serviços de mão-de-obra em setores não agrícolas. Segundo Guanzioli (2007), muitos deles investem estes recursos monetários externos para gerar alimentos destinados ao seu consumo, que apesar de não garantir renda direta com sua venda, custam menos do que o agricultor gastaria para comprá-los no comércio.

Outro fato a ser considerado é que, para sobreviverem no campo, estes agricultores também exploram diferentes atividades agrícolas e não agrícolas, tais como o assalariamento em outras propriedades, o processamento de alimentos, outras atividades não-agrícolas realizadas na propriedade e as atividades fora da fazenda, referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Essa combinação de funções agrega-se no conceito de pluriatividade, a qual insere a família rural em diferentes setores, ampliando o seu campo de atuação e de inserção social e econômica (Nascimento, 2004). Segundo este autor, no Brasil, a pluriatividade se expande mais nas regiões pobres, quando se julgava que isso ocorresse nas regiões que passaram por processos de modernização tecnológica e crescimento econômico. Sendo assim é no Nordeste, e não na região Sul, onde a pluriatividade tem cumprido o papel de sustentar a agricultura familiar.

Com relação à participação dos jovens na divisão do trabalho, hipotetizou-se que (1) os homens participariam de todo o processo (plantio, colheita e venda) enquanto (2) as mulheres participariam do plantio e da colheita, mas não sairiam para vender. Como 76% dos agricultores declararam plantar apenas para o consumo, a primeira hipótese foi refutada, visto que não há venda da plantação. As mulheres, em sua maioria (50%), estão de fato envolvidas no plantio e colheita, confirmando a hipótese 2.

Percebe-se que a maioria dos homens (69%) e das mulheres (50%) responde pelo plantio e colheita, não sendo verificada inicialmente uma divisão marcada de gênero na

atividade agrícola. Considerando-se o plantio e a colheita isoladamente, verifica-se uma porcentagem maior da atuação das mulheres. Além disso, elas (24,5%), mais que os homens (10%), declararam não envolver-se nas atividades agrícolas, isto porque muitas dedicam-se apenas aos serviços da casa, ao artesanato ou a atividades não-agrícolas como as domésticas, professoras, entre outras.

Sales (2006) aponta, com relação à divisão sexual do trabalho, a presente separação entre trabalho de homem, a roça e o cuidado dos animais maiores (gado, caprinos e ovinos), e trabalho de mulher, as atividades domésticas e o cuidado dos animais pequenos (galinhas, patos).

Na agricultura familiar, de acordo com Abramovay e Silva (2000), a expressão do trabalho feminino é sempre subestimada. Apesar de responderem por 40% da mão-de-obra rural e 36,2% das pessoas ocupadas na agricultura familiar, as atividades produtivas desenvolvidas por elas são consideradas como parte das tarefas atribuídas ao papel de mãe e esposa, bem como de “ajuda” e “complementação” àquelas desenvolvidas pelos homens.

Buscou-se verificar a percepção que os jovens possuem acerca da valorização do seu trabalho, tendo-se hipotetizado que acreditam que seu trabalho é desvalorizado pelas outras pessoas. Por tratar-se de um trabalho digno (12,8%) e pelo prazer que sentem com seu trabalho (10,8%), entre outros motivos, a maioria (40,7%) acredita que o seu trabalho é valorizado pelos outros, refutando a hipótese. Porém, elevado percentual, 36,6% dos participantes, acredita que seu trabalho é desvalorizado, principalmente porque o produto não tem valor e não conseguem obter bons lucros (21,3%).

A desvalorização do produto agrícola afeta especialmente o pequeno agricultor que, muitas vezes, vende a sua produção aos atravessadores, os quais concentram maior percentual

de lucro. Estes compram os produtos a preços baixíssimos dos agricultores diretamente nos sítios e repassam nas feiras dos centros urbanos para os vendedores do varejo.

O PRONAF concentra-se na viabilização da agricultura familiar em sentido amplo propondo inclusive mudanças de ordem social, atuando por meio de incentivos econômicos ao aumento da produção e à inserção competitiva no mercado (Ferreira, 2006). Visto que o principal fator apontado para indicar a desvalorização do trabalho trata-se do lucro insuficiente para promover progresso e expectativas de melhorias futuras, com a consolidação da proposta do PRONAF, de geração de renda e inserção competitiva no mercado, pode-se esperar mudanças com relação à percepção da valorização do trabalho destes agricultores.

Sabendo-se das dificuldades enfrentadas pelos agricultores pela falta prolongada ou pelo excesso de chuvas, buscou-se verificar quais as estratégias utilizadas para sobreviver nesses períodos. Consideraram-se como hipóteses que os agricultores armazenam o seu produto para consumirem durante o período (1) de seca e (2) de chuvas excessivas.

No sertão, 41% afirmaram que trabalham para terceiros ou fazem “bicos” durante o período de seca, 11% sobrevivem da aposentadoria de parentes e 9,5% mantém a agricultura através da irrigação. Na região úmida, não foram apontadas estratégias propriamente ditas, visto que as chuvas não têm afetado significativamente a vida dos agricultores. Dessa forma, refutam-se ambas as hipóteses referentes às estratégias de sobrevivência nos períodos críticos.

O fenômeno da seca, que historicamente atinge a região Nordeste, compromete a produção agrícola e atinge com maior intensidade os pequenos produtores e os assalariados rurais, gerando fome e desemprego. Para sobreviver esta população procura obter renda em outras frentes de trabalho, nos programas sociais, aposentadoria de parentes ou migram para as cidades.

CAPÍTULO X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontaram que o impacto do PRONAF sobre a qualidade de vida dos jovens agricultores é parcial, visto que atinge apenas os domínios psicológico e social, refletindo-se para o índice geral. Enquanto sobre o BES não houve impacto significativo nos beneficiários de forma geral. Contudo, a avaliação feita por eles acerca do programa é extremamente positiva, afirmando mudanças em suas condições de trabalho e de vida, com relação ao aumento da produtividade e a melhoria da renda.

O que se pode notar é que, embora as mudanças relacionadas ao programa não sejam suficientes para alterar significativamente a sua qualidade de vida e seu bem-estar, diante de uma realidade de dificuldades e falta de perspectivas, qualquer melhoria pode ser percebida como grande avanço.

Deste modo, pode-se considerar que o PRONAF de fato exerce influência sobre a vida do seu público-alvo pretendido, contudo não o suficiente para atingir de forma completa os objetivos do programa. O Programa se propõe a promover, através do aumento e diversificação da produção, a recuperação econômica e a inserção competitiva no mercado, refletindo-se na sustentabilidade econômica e social.

Tratando-se da parcela mais carente do setor agrícola, mergulhada numa situação de exclusão estrutural e marginalizada pelo processo de modernização da agricultura, é questionável falar-se em inserção no mercado e competitividade. Para que isto ocorra, apenas a concessão de crédito e o monitoramento precário da assistência técnica não são suficientes. Seria necessário, antes de tudo, o emprego de medidas que garantisse a resolução de questões

básicas que antecedem o problema, como terra, infra-estrutura, educação, saúde, entre outros. Estas mudanças estruturais nas condições de vida e de trabalho dos agricultores mais carentes promoveriam as condições essenciais para que pudessem beneficiar-se da melhor maneira de uma política de crédito e, assim, fortalecer suas bases competitivas, combatendo a pobreza e melhorando a sua qualidade de vida e bem-estar.

Foi constatado que a categoria do PRONAF direcionada especificamente aos jovens não tem se difundido nas cidades estudadas. Isto se deve, principalmente, à exigência de qualificação como critério para acessar o crédito. Porém, como não são oferecidos cursos nem existem escolas técnicas nestas regiões, isto se torna um empecilho para o acesso ao PRONAF Jovem, o que os leva a beneficiar-se de outra categoria do programa, o PRONAF B. Pode-se considerar que, provavelmente, isto é um fato comum nas demais cidades rurais paraibanas, nas quais também não são oferecidas oportunidades de qualificação para os jovens, o que leva a crer que o PRONAF Jovem atinge uma parcela limitada de jovens agricultores.

Deve-se considerar também que, apesar dos avanços, a taxa de analfabetismo entre os jovens no meio rural ainda é elevada (4,08%), enquanto no meio urbano é de 0,64%, de acordo com dados do PNAD (IBGE, 2007). Além disso, os jovens rurais dedicam em média 6,5 anos de suas vidas ao estudo, enquanto os urbanos passam dos nove anos. Ferreira e Alves (2009) apontam que, entre os obstáculos econômicos e sociais (falta de recursos financeiros, dificuldade de acesso à escola, necessidade da presença do jovem nas atividades agropecuárias, desinteresse proveniente da falta de adaptação dos conteúdos à realidade rural) destaca-se com maior peso o entendimento de muitos jovens e, principalmente, de seus pais de que para ser agricultor não é necessário estudar. Estes fatores sócio-econômicos e culturais associados à má qualidade do ensino básico no meio rural e falta de ensino técnico

especializado impedem a formação acadêmica e dificultam a qualificação profissional dos jovens rurais.

Além disso, apenas a qualificação profissional que o programa pretende incentivar entre os jovens não é suficiente para garantir a permanência do jovem no meio rural, se não estiver atrelada a modificações da educação formal. Pois esta, geralmente precária, está moldada sob uma visão urbana, com conteúdos e métodos de ensino não adequados ao ambiente de vida rural. Assim, em vez de ser preparado para a vida em seu ambiente de origem, o jovem rural acaba sendo formado para encarar a cidade como opção ideal de vida.

Considerando-se o PRONAF B, de modo geral, constatou-se que este tem atingido o público que pretende. Contudo, chama atenção que 61,5% dos participantes não-beneficiários tenham declarado não conhecer o PRONAF. É importante lembrar que 81% dos beneficiários afirmaram ter conhecido o programa através de associações e sindicatos e 27% citou estas organizações como facilitadoras da aquisição do benefício. Isto pode indicar um viés na distribuição dos recursos, visto que os participantes destas organizações, estando mais expostos às informações acerca do programa, estariam mais propensos a dele participarem do que os não-associados. Com isso, questiona-se se o programa está oferecendo igualdade de condições de acesso aos recursos às familiares de agricultores de modo geral. Contudo, não foi perguntado a respeito da participação dos jovens nessas organizações, sendo necessários novos estudos que possam contemplar esse aspecto a fim de verificar a relação entre participação em associações e sindicatos e benefício do PRONAF.

De modo geral, os participantes do programa afirmaram não ter tido dificuldade para acessá-lo, tendo sido motivados a participar pelas vantagens que o programa oferece, entre elas o bônus, a carência e o parcelamento foram os mais citados como pontos positivos do programa, sendo que 64% disseram não ver pontos negativos no PRONAF. Apesar de apenas

38,5% dos não-participantes conhecerem o PRONAF, estes o avaliam de forma positiva, semelhantemente aos beneficiados.

As facilidades das condições de pagamento do programa representam o maior atrativo para adesão ao mesmo, especialmente no que diz respeito ao bônus e às baixas taxas de juros. Porém, para manter esta dinâmica, há o forte subsídio do governo possibilitando oferecer aos agricultores taxas abaixo do valor de mercado. Contudo, Feijó (2005) aponta que os subsídios deveriam estar presentes apenas temporariamente, preenchendo a lacuna entre rendas e despesas do programa em sua fase inicial, visto que as verbas subsidiadas não podem ser mantidas indefinidamente, já que depende da disposição dos governantes.

Com relação à aplicabilidade dos recursos, este ocorreu de forma distinta entre as duas regiões estudadas, sendo usado prioritariamente para compra de gado de leite, no Agreste, e para o artesanato de redes, no Sertão. Em ambas, 83% dos beneficiários declararam ter aplicado os recursos em atividades produtivas previstas pelo programa.

As particularidades de cada região do país devem ser consideradas desde a formulação das políticas públicas, de modo que sejam construídas de forma flexível para que possa adaptar-se à realidade de cada recanto do Brasil. É importante oferecer assistência técnica especializada às diversas atividades desenvolvidas nas diferentes regiões, visto que, por exemplo, é pouco provável que um agrônomo possa assistir uma artesã de forma adequada. Além de considerar as particularidades regionais, deve-se atentar também para as alterações ocorridas dentro da própria região, como a expansão da pluriatividade, por exemplo, a fim acompanhar o desenvolvimento do meio rural.

A forma de aplicação dos recursos não foi a única diferença encontrada entre os participantes das duas regiões. Os sertanejos também apresentaram índices de QVS maiores do que os participantes da zona úmida, com exceção do domínio social. O mesmo ocorreu

com relação ao BES, com os sertanejos apresentando índices mais positivos de SV e afetos negativos. Podendo o fato estar relacionado com a chegada do período de chuvas na zona seca, visto que isto representa motivo de alegria e esperança para os sertanejos.

Para se ter um panorama mais amplo e melhores subsídios para embasar conclusões, seria interessante verificar também os índices de qualidade de vida e bem-estar dos jovens residentes nas demais mesorregiões da Paraíba (Zona da Mata e Borborema). Sendo esta uma limitação deste estudo, sugere-se que novas pesquisas possam ser desenvolvidas considerando todas as mesorregiões paraibanas.

É importante ponderar também que, por tratar-se de um estudo quase-experimental, e não experimental propriamente dito, não se podem assegurar relações de causalidade, visto que não há controle experimental rigoroso e nem aleatoriedade na seleção da amostra e na distribuição dos grupos, tendo sido utilizado um grupo de controle natural. Para minimizar a interferência de variáveis estranhas, os grupos de comparação precisam ser o mais similares possível. Para isto, utilizou-se o método de emparelhamento, a fim de controlar as variáveis intervenientes, procurando-se o máximo de semelhanças entre os grupos considerados.

Contudo, a impossibilidade de um emparelhamento perfeito entre os grupos não descarta imprecisão dos resultados, pois variáveis latentes não controladas podem afetar os resultados, fazendo com que não sejam inteiramente seguros. Porém, apesar destes fatores limitarem o alcance da metodologia empregada, o cuidadoso desenho metodológico e o esmero na coleta e processamento dos dados permitem certa confiança nos resultados.

Apesar das limitações deste estudo, algumas contribuições podem ser apontadas baseadas nos resultados alcançados. A partir da avaliação do PRONAF, com base na percepção dos beneficiários e potenciais beneficiários, pôde-se contribuir com informações significativas para compreensão da forma e da intensidade com a qual o programa tem

atingido a vida dos agricultores, sobretudo os jovens, gerando conhecimentos práticos úteis para possíveis correções e aperfeiçoamento do programa analisado.

No plano científico, foi possível contribuir com informações que permitem ampliar o corpo de conhecimento sobre avaliação de programas na área da Psicologia Social, como também com estudos que tenham o homem do campo como objeto de análise. Possibilitando-se assim instrumentalizar melhor as políticas públicas voltadas para a população rural. Visto que, no Brasil, em poucas ocasiões a psicologia social tem se dedicado a analisar o impacto de políticas que são implantadas e que de alguma maneira afetam o desenvolvimento e o funcionamento do comportamento do homem do campo.

Outra importante contribuição deste estudo foi a adaptação das escalas de qualidade de vida e bem-estar para pessoas do ambiente rural. A elaboração de instrumentos voltados para essa população é escasso e o uso de escalas formuladas para o ambiente urbano é, muitas vezes, inviável. Pois, a linguagem e a semântica utilizadas, geralmente, não condizem com a realidade rural, dificultando a compreensão adequada das questões. As adaptações realizadas na escala possibilitam a aplicação dos instrumentos no ambiente rural, especialmente nordestino, com uma linguagem simples e acessível a pessoas com baixa renda e baixa escolaridade.

Ao final deste estudo, é possível verificar algumas medidas práticas que se fazem necessárias para melhor funcionamento do PRONAF, tais como:

- Promover cursos técnicos que possibilitem a qualificação profissional dos jovens agricultores, garantindo o acesso destes as vantagens a eles destinadas;
- Garantir o acesso dos jovens a educação formal de qualidade e adequada a realidade da população rural, com a abertura de escolas no campo, com bibliotecas e

computadores e com a criação de um plano de ensino que respeite a diversidade cultural das regiões rurais;

- Promover a imagem do meio rural e possibilitar meios que o tornem próspero e atrativo para que os jovens fixem os seus projetos de vida no seu ambiente de origem;
- Ampliar a divulgação do PRONAF e de suas normas de funcionamento para que atinjam os agricultores familiares de modo geral, e também a sociedade como todo, conscientizando a população da importância socioeconômica do programa, despertando a sua valorização e o maior zelo pelo bem público;
- Aumentar, melhorar e diversificar o acompanhamento técnico das atividades desenvolvidas para que os recursos sejam aplicados da melhor forma;
- Apoiar e promover ações que possibilitem o aumento da cadeia produtiva, viabilizando a comercialização dos produtos.

Com esta pesquisa pôde-se dar mais um passo na compreensão do PRONAF, porém muito se tem a explorar pelos pesquisadores da Psicologia Social. As políticas públicas precisam ser avaliadas constantemente para justificar a sua existência, especialmente quando se trata de uma política que envolve altos custos e subsídios, como é o caso do PRONAF. Devendo ser permanentemente revisto, avaliado e aperfeiçoado de forma que não perca sua característica original de proteger de forma eficiente um segmento da população rural que tem grande expressão na comunidade local e importante participação na economia nacional.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. (2000). Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. IPEA. In: *Texto para discussão N° 702*. Rio de Janeiro. Brasil.
- Abramovay, R. & Piketty, M. G. (2005). Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 22(1), 53-66.
- Albuquerque, A. S. & Tróccoli, B. T. (2004). Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 153-64.
- Albuquerque, F. J. B. (2001). Aproximación metodológica desde la psicología social a la investigación en zonas rurales. *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, 191(1), 225-33.
- Albuquerque, F. J. B. & Gouveia, C. N. N. A. (2007). *Avaliação da Qualidade de Vida e do Bem-estar Subjetivo dos jovens residentes no ambiente urbano da Paraíba*. Relatório Técnico. João Pessoa: PIBIC/CNPq/UFPB.
- Albuquerque, F. J. B.; Gouveia, C. N. N. A. & Sousa, F. M. (manuscrito). *Adaptação da Escala WHOQOL-BREF para população de baixa renda do nordeste brasileiro*.
- Almeida, V. P. (2006). Avaliação de Programas Sociais: De mensuração de resultados para uma Abordagem Construtivista. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1(2). Recuperado em 20 mar. 2010: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/VicenteAlmeida.pdf>
- Anjos, F. S.; Godoy, W. I.; Caldas, N. V. & Gomes, M. C. (2004) Agricultura Familiar e Políticas Públicas: O impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, 42(3), 529-48.
- Argyle, M. (1999). Causes and correlates of happiness. In D. Kahneman, E. Diener & N. Schwartz (Eds.) *Well-Being: the foundations of hedonic psychology* (pp. 353-73). New York: Russell Sage Foundation.

- Arretche, M. T. S. (2006). Tendências no estudo sobre avaliação. In: Rico, E. M. (Org.), *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate* (pp. 29-40). São Paulo: Editora Cortez, 29-40.
- Arteche, A. X. & Bandeira, D. R. (2003) Bem-estar subjetivo: Um estudo com adolescentes trabalhadores. *Revista Psico-USF*, 8(2), 193-201.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreira, M. C. R. N. (2000) *Avaliação Participativa de Programas Sociais*. São Paulo: Veras.
- Belloni, I; Magalhães, H. & Souza, L. C. (2000) *Metodologia da avaliação em políticas públicas: Uma experiência em educação profissional*. São Paulo: Cortez.
- Camarano, A. A. & Abravovay, R. (1999). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. IPEA. In: *Texto para discussão N. 621*. Rio de Janeiro.
- Cozby, P. C. (2003) *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas.
- Cerqueira, P. S. & Rocha, A. G. (2002) A agricultura familiar e o PRONAF: Elementos para uma discussão. *Bahia Análise & Dados*, 12(3), 105-17.
- Cohen, E. & Franco, R. (1993) *Avaliação de Projetos Sociais* (7a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Diener, E. & Suh, E. (1997). Measuring quality of life: Economic, social, and subjective indicators. *Social Indicators Research*, 40, 189-216.
- Diener, E.; Suh, E. & Oishi, S. (1997). Recent findings on subjective well-being. *Indian Journal of Clinical Psychology*, 24(1), 25-41.
- Diener, E.; Suh, E.; Lucas, R. E. & Smith, H. (1999). Subjective well-being: Three decades of progress. *Psychological Bulletin*, 125, 276-302.
- Diener, E. & Biswas-Diener, R. (2000). New directions in subjective well-being research: The cutting edge. *Journal of Clinical Research*, 31, 103-157.

- Diener, E.; Scollon C. N. & Lucas, R. E. (2003) The evolving concept of subjective well-being: the multifaceted nature of happiness. *Advances in Cell Aging and Gerontology*, 15, 187-219.
- Diener, E. & Oishi, S. (2005). The nonobvious social psychology of happiness. *Psychological Inquiry*, 16(4), 162-167.
- Draibe, S. M. (2001) Avaliação de Implementação: Esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: Barreira, M. C. R. N. & Carvalho, M. C. B. (Orgs) *Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. São Paulo: IEE/PUC.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Fleck, M. P. A.; Louzada, S.; Xavier, X.; Chachamovich, E.; Vieira, V.; Santos, L.; Pinzon, V. (2000). Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". *Rev. Saúde Pública*, 34(2), 350-6.
- Feijó, R. (2005) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Um estudo sobre seus custos e benefícios. *Pesquisa e planejamento econômico*, 35(3), 379-416.
- Ferreira, G. A. L. (2006) As políticas setoriais para a agricultura familiar: Uma avaliação do PRONAF. *R. RA E GA*, 11, 77-88.
- Ferreira, B. & Alves, F. (2009) Juventude Rural: Alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: Castro, J. A.; Aquino, L. M. C.; Andrade, C. C. (Orgs). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil* (pp. 245-258). Brasília: IPEA.
- Garcia-Sanz, B. (2003). *Sociedad rural y desarrollo*. Madri: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- Grinspun, M. P. S. Z.; Novikoff, C.; Costa, P. M. D.; Ramos, R. M. S. C. M. (2005). Juventude e Subjetividade: Imagens de uma (possível) realidade. *Psicologia da Educação*, 20.
- Guanziroli, C. E. (2007) PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, 45(2), 301-28.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Recuperado em 28 set. 2009: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Recuperado em 20 mar. 2010: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad>
- Kageyama, A. (2003) Produtividade e Renda na Agricultura Familiar: efeitos do PRONAF-crédito. *Agric. São Paulo*, 50(2), 1-13.
- Maia, S. M. B. & Sousa, E. P. (2008) Estudo Comparativo da Qualidade de Vida dos Pronafianos do Grupo C e dos Não-Pronafianos em Santana do Cariri – CE. *Revista de Economia da UEG*, 4(1), 18-35.
- Marinho, A. & Façanha, L. O. (2001) Instituições de Ensino Superior Governamentais e Particulares: Avaliação Comparativa de Eficiência. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 35(6), 82-105.
- Marins, M. C. A. (2000) *Qualidade de vida*. Recuperado em 2 fev. 2006: http://www.esenfiseu.pt/ficheiros/artigos/qualidade_vida
- Mattei, L. (2001). Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: balanço e perspectivas. UFSC/Economia: *Texto para Discussão* nº 05.
- _____. (2005). *Impactos do PRONAF: Análise de Indicadores*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Melo, L. A. M. (2002). Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.
- Minayo, M. C. S.; Hart, Z. M. A.; Buss, P. M. (2000) Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência e Saúde Coletiva*, 5(1), 7-18.
- Ministério da Saúde. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. *Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos*.
- Ministério de Minas e Energia (2005a). *Diagnóstico do município de Areia/PB. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado da Paraíba*. Brasília, DF: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético.

- _____. (2005b). *Diagnóstico do município de Catolé do Rocha/PB. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado da Paraíba*. Brasília, DF: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2005). *Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário: resultados da pesquisa*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar. Recuperado em 28 set. 2009: www.mda.gov.br/index.php?dmnid=29&scid=&scant=
- _____. Secretaria da Agricultura Familiar (2007) *Como o agricultor familiar pode conseguir e manter o financiamento rural e como se dá à relação com os bancos*. Recuperado em 29 set. 2009: www.mda.gov.br/saf/arquivos/1137912740.doc
- _____. (2008). *Manual operacional do crédito rural. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Brasília, DF: Secretaria da Agricultura Familiar.
- Nascimento, C. A. (2004). Agricultura Familiar, Pluriatividade e Políticas Públicas no Brasil: *significados e perspectivas*. IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia, MG. Recuperado em 28 Set. 2009: http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2004%20-%20Economia%20agr%C3%A1ria%20e%20do%20meio%20ambiente%20I/Economia%20Familiar,%20Pluralidade.PDF
- Paschoal, S. M. P. (2000) *Qualidade de vida do idoso: Elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo.
- Pavot, W. & Diener, E. (1993). Review of the Satisfaction with Life Scale. *Psychological Assessment*, 5, 164-172.
- Rocha, F. E. C. (2008). *Avaliação psicossocial do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) no estado da Paraíba*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba.
- Rosa, S. L. C. (1998). Os desafios do PRONAF: os limites de sua implementação. *Raízes*, 27(17), 89-95.
- Seligman, M. E. P. & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist*, 55, 5-14.
- Schneider, S.; Mattei, L; Cazella, A. A. (2004). Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In:

Schneider, S.; Silva, M. K.; Marques, P. E. M. (Orgs). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural (pp. 21-50). Porto Alegre, RS.

Traverso-Yépez, M. A. & Pinheiro, V. S. (2005). Socialização de gênero e adolescência. *Estudos Feministas*, 13(1), 147-62.

Trentini, C. M. (2004). *Qualidade de vida em idosos: a construção de uma escala de qualidade de vida para idosos*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas: Psiquiatria. Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Veiga, J. E. (2001). Desenvolvimento Rural: O Brasil precisa de um Projeto. XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Poços de Caldas – MG, Vol.1, São Paulo.

_____. (2003). *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Autores Associados.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Adaptação do Instrumento Abreviado de Avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-Bref)

O grupo de pesquisadores da OMS desenvolveu inicialmente o instrumento WHOQOL-100. Este é composto por 100 questões que avaliam seis domínios: 1-físico, 2-psicológico, 3-nível de independência, 4-relações sociais, 5-meio ambiente, e 6-aspectos espirituais (Fleck, Louzada, Xavier, Chachamovich, Vieira, Santos & Pinzon, 2000). Foram formuladas 4 questões para cada uma das 24 facetas do instrumento, compondo 96 das 100 questões, e outras quatro referem-se a aspectos da qualidade de vida global.

Devido à necessidade de um instrumento mais curto, que demande menos tempo para seu preenchimento, e com características psicométricas satisfatórias, o Grupo de Qualidade de Vida da OMS desenvolveu uma versão abreviada do WHOQOL-100, o WHOQOL-bref. Este corresponde a uma versão com 26 questões, retiradas do primeiro e cobre quatro domínios: 1) físico, 2) psicológico, 3) relações sociais e 4) meio ambiente (Fleck et al., 2000). Assim, diferente do WHOQOL-100 em que cada uma das 24 facetas é avaliada a partir de quatro questões, no WHOQOL-bref cada faceta é avaliada por apenas uma. Além de 2 questões sobre aspectos da qualidade de vida global. As questões deste instrumento são respondidas através de uma escala do tipo Likert de 5 pontos.

A estrutura fatorial em quatro domínios, apresentada na escala original, é conceitualmente adequada e bem fundamentada. Contudo, deve-se considerar que as validações desta escala, realizadas no Brasil, foram feitas com participantes pacientes de um hospital, o que os coloca em uma realidade completamente diferente da população saudável. Outro ponto a ser considerado é a linguagem utilizada no enunciado dos itens, que, por ser típica dos estados do sul do país, não se adéqua a realidade da população de baixa

escolaridade do Brasil, tornando-se de difícil compreensão. Além disso, a escala de resposta do tipo Likert com 5 pontos, que configura uma realidade tipicamente americana, também provoca dúvidas nos participantes de baixa escolaridade, visto que no Brasil as escalas decimais são as mais comumente utilizadas.

O Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural e Avaliação de Programas Sociais (NEDRAPs) tem trabalhado com o instrumento WHOQOL-Bref há, aproximadamente, 4 anos, tendo aplicado-o em mais 2.500 sujeitos em diversos estudos desenvolvidos sobre qualidade de vida e bem-estar subjetivo na Paraíba. Destes sujeitos, aproximadamente, 3/4 se encontram em ambiente rural e 55% não chegou ao ensino médio. A maioria dos questionários foi aplicada individualmente e com a ajuda dos pesquisadores, possibilitando para estes perceber quais as questões que geravam dúvidas e quais eram de mais difícil compreensão. Através destas experiências observou-se a necessidade de adaptações no enunciado dos itens, de modo que os tornassem mais compreensíveis e mais próximos da realidade da população em estudo.

Objetivou-se validar a escala WHOQOL-Bref para uma população de baixa escolaridade no Brasil, assim como, sugerir adaptações semânticas que facilitem o entendimento dos itens adequando o instrumento para esta população.

Participaram deste estudo 868 sujeitos, selecionados através de uma amostragem não-probabilística. Entre estes, 276 são moradores da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Os demais residem em municípios rurais deste Estado, dos quais 300 em núcleos urbanos e 292 em meio agrário. Dos sujeitos entrevistados 47,7% são homens e 52,3% mulheres, distribuídos em três faixas etárias. Foram considerados jovens os participantes com até 25 anos de idade ($M=16,7$; $DP=2,21$), adultos aqueles que possuíam de 26 até 59 anos ($M=46$; $DP=10,77$) e idosos os que tinham mais de 60 anos ($M=67$; $DP=5,34$).

Além da escala WHOQOL-Bref adaptada, que se pretende validar, utilizou-se também um questionário bio-demográfico para caracterização da amostra, composto por questões como sexo, idade, nível de escolaridade e renda. Foi utilizado um procedimento padrão, no qual os aplicadores foram previamente preparados e orientados para intervir o mínimo possível nas respostas dadas pelos participantes, minimizando a possibilidade de viés de resposta. Os instrumentos foram aplicados diretamente nas residências e locais de trabalho dos participantes com a ajuda dos aplicadores. Para verificar a validade do construto e a precisão da medida, foram realizadas análises fatoriais exploratórias e realizadas também estatísticas descritivas (frequência, porcentagem, média e desvio padrão) para caracterização da amostra.

A.1 Análise Fatorial (Validade e Precisão da Medida)

Inicialmente verificou-se a adequação de se realizar uma análise fatorial com o conjunto de itens deste instrumento, tendo sido confirmada através dos indicadores KMO (0,891) e Teste de Esfericidade de Bartlett [$X^2(276)=5144,21$; $p \leq 0,000$]. A consistência interna dos 26 itens da escala, mensurada através do Alpha de Cronbach, foi de 0,842. Realizou-se uma análise fatorial comum (AFC) através da técnica *Principal Axis Factoring* (PAF), com rotação varimax, encontrando-se seis fatores com *eigenvalues* superiores a 1, que explicavam conjuntamente 53,4% da variabilidade total dos escores do instrumento. Contudo, após análise da distribuição dos itens, verificou-se que itens do domínio ambiente estavam diluídos em dois fatores distintos. Deste modo, para evitar a superextração de fatores, a mesma análise foi refeita com o número de fatores fixado em cinco. Esta solução apresentou estrutura coerente e compreensível, a qual se verifica na Tabela 40. Os cinco fatores encontrados explicam conjuntamente 48,75% da variabilidade total dos escores.

Tabela 40

Estrutura Fatorial da Escala WHOQOL-Bref

Nº Item	Conteúdo dos Itens	Fatores					Item- Total	α da escala se item excluído
		I	II	III	IV	V		
13	Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	0,597*					0,406	0,813
12	Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	0,590*					0,477	0,810
25	Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	0,490*					0,443	0,812
24	Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	0,448*					0,379	0,815
14	Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	0,444*					0,476	0,810
23	Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	0,368*					0,412	0,813
09	Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	0,350*					0,342	0,816
17	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-dia?		0,774*				0,582	0,806
18	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?		0,581*				0,464	0,811
10	Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?		0,422*	0,346*			0,503	0,809
16	Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?		0,388*			0,324*	0,424	0,813
15	Quão bem você é capaz de se locomover?		0,369*		0,306*		0,432	0,812
21	Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?		0,298				0,404	0,814
06	Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?			0,564*			0,540	0,812
08	Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?			0,476*			0,435	0,812
19	Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?		0,323*	0,453*		0,356*	0,518	0,809
07	O quanto você consegue se concentrar?			0,445*			0,386	0,814
05	O quanto você aproveita a vida?	0,314*		0,400*			0,507	0,809
11	Você é capaz de aceitar sua aparência física?			0,360*			0,384	0,814
03	Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?				0,710*		-0,155	0,837

04	O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?		0,687*	-0,149	0,837	
26	Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?		0,363*	-0,149	0,837	
20	Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?		0,723*	0,464	0,811	
22	Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	0,322*	0,526*	0,432	0,812	
Nº de itens		7	5	6	3	2
Eigenvalue		6,14	1,82	1,41	1,28	1,05
% Variância Explicada		25,59	7,58	5,86	5,35	4,38
Alpha de Cronbach (α) do fator		0,725	0,765	0,708	0,609	0,691

*0,30 (Carga fatorial mínima para interpretação dos fatores)

Considerou-se 0,30 a carga fatorial mínima para interpretar cada fator. O item 21 (Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?) não apresentou carga fatorial satisfatória em nenhum dos fatores, indicando que esta variável está pouco associada ao fator em que se agregara.

Os demais itens arranjaram-se da seguinte forma:

Fator I – Meio Ambiente. Concentrou 7 itens, com saturação entre 0,597 (item 13 – Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?) e 0,350 (item 9 – Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?). Com *eigenvalue* igual a 6,14, explica 25,59% da variância total, com índice de consistência interna (α) de 0,725. Os 7 itens deste fator provêm do domínio meio ambiente da estrutura original, o qual abrange, além destes, o item 8 (Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?), que nesta análise passou para o fator psicológico.

Fator II – Físico. Este fator agrupou 5 itens, com saturações variando de 0,774 (item 17 – Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-dia?) a 0,369 (item 15 – Quão bem você é capaz de se locomover?). Explicando 7,58% da variância total, seu *eigenvalue* foi de 1,82, com índice de consistência interna (α) de 0,765.

Dos 7 itens que compõem este fator no arranjo original da escala, 5 se mantiveram nesta análise e 2 (itens 3 e 4) migraram para um novo fator relacionado a questões patológicas. O item 21 (Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?), originalmente do fator relações sociais, apesar de não ter atingido a carga mínima adotada ($>,30$) para interpretação do fator, apareceu com maior carga fatorial (0,298) no fator físico. Assim, pode-se compreender que para os participantes a questão sexual está mais associada ao aspecto físico do que ao social. Os itens 10 (Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?), 16 (Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?) e 15 (Quão bem você é capaz de se locomover?), apesar de apresentarem maior carga no fator físico, obtiveram cargas consideráveis nos fatores psicológico, social e patológico, respectivamente.

Fator III – Psicológico. Reuniu 6 itens, com saturações de 0,564 (item 6 – Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?) a 0,360 (item 11 – Você é capaz de aceitar sua aparência física?). Seu eigenvalue foi de 1,41, explicando 5,86% da variância total, com índice de consistência interna (α) de 0,708. Dos itens arranjados neste fator, 5 correspondem ao domínio psicológico da escala original, composto por 6 itens. Foi incluído no fator psicológico o item 8 (Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?), originalmente do domínio físico. Pode-se compreender que a expressão “seguro”, neste item, não foi entendida como segurança física, como na escala original, mas como segurança pessoal, subjetiva, tornando o conteúdo do item mais psicológico do que físico. O item 19 (Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?), referente a auto-estima, originalmente pertencente a este fator, apresenta-se confuso, pois suas cargas nos fatores *psicológico, físico e relações sociais* são muito próximas, apresentando sinais de “contaminação” por questões que compõem diferentes dimensões. Assim como o item 5 (O quanto você aproveita a vida?) que também apresenta carga considerável no fator ambiente.

Fator IV – Patológico. Três itens compõem este fator, com saturações 0,710 (item 3 – Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?), 0,687 (item 4 – O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?) e 0,363 (item 26 – Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?). Com *eigenvalue* igual a 1,28, explica 5,35% da variância total, com índice de consistência interna (α) de 0,609. Este fator não existia na estrutura original, tendo os itens 3 e 4 vindos do fator físico e o item 26 do fator psicológico. Percebe-se que o conteúdo dos itens aponta para uma dimensão que poderia ser chamada de patológica. A explicação para isto é o fato da população do estudo atual ser compostas por pessoas supostamente saudáveis, recrutadas em suas próprias casas, e não se tratar de pacientes clínicos, como no primeiro estudo. Dessa forma, houve a tendência em agrupar os itens que tratavam de dor, medicamento, tratamento médico, sentimentos negativos, em um único fator isolado. Os itens deste fator apresentaram índices de correlações item-total insuficientes ($<0,30$), não ultrapassando 0,18. Além disso, o Alpha de Cronbach's sobe de um índice geral 0,822 para 0,836 se os itens forem excluídos.

Fator V – Relações Sociais. Este fator reuniu 2 itens, com saturações de 0,723 (item 20 – Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais?) e 0,526 (Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe dos seus amigos?). Seu *eigenvalue* foi de 1,05, explicando 4,38% da variabilidade total, com índice de consistência interna (α) de 0,691. Permaneceram 2 dos 3 itens que compõem este fator na estrutura original, tendo saído o item 21, referente a atividade sexual, o qual apresentou baixa carga fatorial e não associou-se a nenhum fator.

Após esta análise fatorial geral, foram realizadas análises fatoriais com partes específicas da amostra separadamente, considerando sub-amostras com características biodemográficas diversas. Analisaram-se os seguintes estratos da amostra: homens, mulheres, jovens, adultos, idosos, moradores do meio rural e moradores do meio urbano. Foi utilizada,

mais uma vez, a análise fatorial comum (AFC) através da técnica *Principal Axis Factoring* (PAF), com rotação *Varimax*. Não serão aqui detalhados os índices encontrados nestas análises, visto que fugiria do objetivo geral deste artigo. As análises das sub-amostras foram procedidas com o objetivo de verificar a estabilidade da estrutura encontrada na análise geral e para auxiliar na formulação de itens adequados a todos os estratos amostrais, ajudando a compreender o comportamento dos itens ao migrarem para diferentes fatores quando consideradas as partes específicas da amostra.

2 Adaptações da Escala WHOQOL-Bref para Brasileiros com Pouca Escolaridade

Para adaptação do instrumento, depois de realizada a análise fatorial e verificada a estabilidade dos itens nos diversos estratos da amostra, os enunciados das questões foram reelaborados observando a disposição dos itens nos fatores e a aproximação do sentido do item à realidade da população. Para cada um dos 26 itens, duas a três questões foram elaboradas para a realização de uma validação semântica. Em alguns itens foram consideradas questões que fazem parte do WHOQOL-100, por apresentarem-se mais claras ou mais apropriadas a amostra do que as do WHOQOL-Bref. Participaram da validação semântica 12 sujeitos com idades entre 16 e 50 anos, para os quais se pedia que falassem o que entendiam de cada uma das questões que lhes eram apresentadas. Depois de comentado o grupo de questões referentes a um item, pedia-se para que escolhesse qual delas estava mais clara para o seu entendimento. Após analisar as entrevistas da validação semântica, foram escolhidas as questões que mais claramente representam a idéia que se queria passar em cada um dos itens da escala.

A primeira modificação proposta é a substituição do advérbio *quão* pela expressão “o quanto”, visto que o primeiro, típico da região Sul, é pouco utilizado nas outras regiões do Brasil. Outra mudança sugerida é inverter a ordem indireta em que se encontram algumas

questões, deixando-as na ordem direta. Por exemplo, o item 2 “Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?” passa a enunciar-se “O quanto você está satisfeito(a) com a sua saúde?”. Este item, assim como o item 1 (Como você avaliaria sua qualidade de vida?), referem-se a aspectos da qualidade de vida global e não estão incluídos em nenhum dos domínios.

Patológico

As questões 3 (Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?) e 4 (O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?), originalmente do domínio físico, migraram para um novo fator “patológico”. Por estar se tratando de população saudável, sentir dor a ponto de impedir as atividades do dia-a-dia, assim como precisar de tratamento médico para sobreviver, não é uma realidade freqüente para esta população. Desta forma, sugere-se para o item 3 a pergunta “Em que medida você se sente bem fisicamente?” e para o item 4 “O quanto você precisa tomar remédio no seu dia-a-dia?”, tornando-os assim menos ligados a doença. Este novo fator engloba ainda o item 26 (Com que freqüência você tem sentimentos negativos, tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?), originalmente do fator psicológico, este remete a sentimentos fortemente negativos como desespero e até mesmo patológico como a depressão. Sugere-se que para o item 26 a questão “O quanto você experimenta sentimentos negativos em sua vida, como ansiedade, tristeza, preocupação?”, evitando assim termos que o levem a agregar-se ao fator patológico e buscando mantê-lo no domínio psicológico.

Psicológico

O item 5 (O quanto você aproveita a vida?) na análise fatorial geral enquadrou-se no domínio psicológico, conforme a escala original. Porém foi perceptível, durante a aplicação da escala, a falta de compreensão dos participantes com relação ao que significaria aproveitar a vida e, talvez, por isso cada sub-amostra tenha empregado significados diferentes para a questão, fazendo-o migrar para outros fatores como: meio ambiente, entre os idosos e os

moradores do meio rural, e social, entre os jovens e os residentes na zona urbana. Esta questão refere-se à faceta sentimentos positivos, do domínio psicológico, na escala original, a qual, no WHOQOL-100, é também representada pelo item “O quanto você experimenta sentimentos positivos em sua vida?”. Este item foi mais facilmente compreendido do que o primeiro, principalmente quando acrescido de exemplos, findando na questão “O quanto você experimenta sentimentos positivos em sua vida, como alegria, felicidade?”.

A questão 6 (Em que medida você acha que sua vida tem sentido?) apresentou-se estável no fator psicológico, porém apesar de apresentar boa carga fatorial, foi alvo de questionamentos entre os participantes sendo melhor compreendida quando perguntava-se “Em que medida você acha que sua vida é importante?”.

Na questão 7 (O quanto você consegue se concentrar?), mesmo tendo apresentado boa carga fatorial no domínio psicológico, o termo concentrar, muitas vezes, não era compreendido entre os participantes. Alcançando-se melhor entendimento quando se complementava a pergunta: “Em que medida você consegue se concentrar, prestar atenção nas suas atividades?”. Este item refere-se à faceta *Pensar, aprender, memória e concentração*, na escala original, a qual no WHOQOL-100 possui um item para cada aspecto da faceta. Contudo, o item que a representa no WHOQOL-Bref não engloba todas as características propostas, abrangendo apenas pensamento e concentração. Sugere-se para atender as características de aprendizado e memória e baseado em item do WHOQOL-100 (Quão satisfeito(a) você está com a sua capacidade de aprender novas informações?) a questão “Em que medida você está satisfeito(a) com a sua capacidade de aprender novas informações?”.

O item 8 (Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?) pertence, originalmente, ao domínio físico, porém agregou-se ao domínio psicológico com alta carga fatorial e se manteve estável neste domínio nas análises das sub-amostras. O termo segurança, quando entendido como autoconfiança, leva o item a pertencer à faceta auto-estima, a qual é

representada pelo item 19 (Quão satisfeito (a) você está consigo mesmo?). Deste modo, faz-se necessário que o termo segurança esteja claramente indicando o aspecto físico, sugere-se então a pergunta “Em que medida você considera seguro o lugar onde você mora?”.

Com relação ao item 19 (Quão satisfeito (a) você está consigo mesmo?), apesar de apresentar boa carga fatorial no domínio psicológico, apresentou cargas consideráveis nos domínios físico e relações sociais. Nas análises das sub-amostras, verifica-se que, para cada estrato, diferentes dimensões são atribuídas ao item, por exemplo enquanto para as mulheres a satisfação consigo relaciona-se com a dimensão física, para os homens é ao domínio social que a questão melhor se agrega. Neste caso, é compreensível que o mesmo item represente dimensões diferentes para cada recorte da amostra, não por questões semânticas, mas por características próprias de cada uma. Apenas para simplificar a compreensão do item sugere-se a seguinte questão “O quanto você está satisfeito com você mesmo?”.

O último item do domínio psicológico (item 11 – Você é capaz de aceitar sua aparência física?), além de apresentar a menor carga do fator, não apresentou estabilidade na análise dos estratos das amostras, agregando-se ao domínio físico entre as mulheres e ao meio ambiente entre os adultos, ambos com carga menor que 0,40. Para as mulheres, tanto a aparência física quanto a satisfação consigo, do item anterior, relacionam-se mais com o domínio físico do que com o psicológico. Isto porque é característica desse grupo a preocupação com corpo e a aparência física, a vaidade das mulheres as faz associar sua satisfação pessoal aos aspectos físicos de seu corpo. É importante considerar que, independentemente de gostar ou não, não existe a opção de não aceitar a aparência, o que torna difícil de compreender a indagação de quanto você é capaz de aceitar sua aparência. Sugere-se então a questão “O quanto você está satisfeito com sua aparência física?”.

Físico

Os itens mais representativos do domínio físico foram os de número 17 (Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-dia?) e 18 (Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?). Além de apresentarem as cargas mais altas do fator, mantiveram-se estáveis nas análises das sub-amostras. As sugestões propostas limitam-se a mudança do advérbio e a inversão da ordem indireta findando nas questões “O quanto você está satisfeito (a) com sua capacidade de fazer as atividades do seu dia-a-dia?” e “Quanto você está satisfeito (a) com a sua capacidade para o trabalho?”, respectivamente.

O item 10 (Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?) enquadrrou-se no domínio físico, porém com carga considerável no domínio psicológico, assim como na análise das sub-amostras. A partir da experiência proveniente da aplicação dos instrumentos, percebeu-se que muitos participantes confundiam o termo energia, aqui usado no sentido de energia física, com energia elétrica. Isto ocorreu principalmente no ambiente rural, onde a há pouco tempo não havia energia elétrica e, para muitos, esta ainda é uma realidade recente, o que leva a interpretação errônea da questão e a necessidade de explicações adicionais para o correto entendimento do item. Para evitar a ambigüidade do termo, sugere-se a questão “Em que medida você tem disposição para fazer suas atividades diárias?”.

A questão 16 (Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?), além de apresentar uma carga fatorial baixa no domínio físico, verifica-se também carga considerável no domínio social. Na análise dos recortes amostrais há também a instabilidade do item entre estes dois domínios, apresentando-se no fator social para os homens, os jovens, os idosos e os residentes em meio urbano. Existe a crença de que o bom sono é indicador de estar satisfeito com a vida, “dormiu feito um anjo” é uma expressão conhecida. A modificação sugerida refere-se apenas a simplificação da questão substituindo-a por outra do WHOQOL-100: “Como você avalia o seu sono?”.

O item 15 (Quão bem você é capaz de se locomover?) apresentou várias dificuldades quanto à sua compreensão, poucos entendiam o termo locomover, sendo frequentemente necessárias explicações adicionais para o entendimento do item. Com baixa carga no fator físico, o item ainda apresenta carga considerável no fator patológico. Entende-se que nesta questão só haverá variabilidade relevante para pessoas que possuem problemas com a locomoção, tais como doentes ou idosos, para a população saudável o item não traz muita informação.

O item 21 (Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?) não apresentou carga fatorial suficiente para ser agregado em nenhum dos fatores, contudo sua maior carga apareceu no domínio físico. Na análise dos recortes amostrais, porém, o item apresenta carga suficiente para ser considerado no fator físico entre os jovens, os adultos, os idosos e as mulheres. Entre os homens o item agregou-se ao fator social, conforme escala original. A interpretação do item no fator físico ocorre pelo fato dos participantes estarem compreendendo o relacionamento sexual estritamente do aspecto físico, relevando o aspecto social do relacionamento entre duas pessoas. Além disso, por tratar-se da intimidade do participante e de um assunto que ainda é tabu, principalmente no ambiente rural e entre os idosos, faz-se necessário abordá-lo de forma mais sutil. Sugere-se inicialmente a questão “O quanto você está satisfeito com suas relações afetivas, seus relacionamentos amorosos?”, ressaltando o aspecto social da questão, e, em seguida a questão “O quanto você está satisfeito com seus relacionamentos íntimos?”, para ser mais específico.

Ambiente

No domínio meio ambiente, o item 13 (Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?) apresentou a maior carga do fator e permaneceu estável no mesmo domínio em todas as análises das sub-amostras. Porém, na aplicação do instrumento fazia-se necessária a repetição sucessiva do item e, muitas vezes, explicações

adicionais para compreensão do enunciado do mesmo pelos participantes. Sendo assim propõe-se a simplificação da questão perguntando “O quanto você se sente bem informado (a)?”.

A questão 12 (Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?) apresentou boa carga fatorial no domínio físico e estabilidade nas análises dos recortes amostrais, além disso, era razoavelmente compreendida pelos participantes. Contudo, na validação semântica a questão “O quanto você está satisfeito(a) com sua situação financeira?” foi eleita como a mais simples entre as opções apresentadas, esta é proveniente do WHOQOL-100 para análise da faceta recursos financeiros.

Os itens 24 (Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?) e 25 (Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?) apresentaram cargas representativas no domínio físico tanto na análise geral quanto na análise dos recortes. Uma complementação necessária nestes itens é especificar que a questão refere-se ao serviço de saúde ou o meio de transporte que o participante utiliza. Pois, muitas vezes, após indagar sobre o meio de transporte, ouvia-se “– Mas, eu não tenho carro!”, necessitando explicar que respondesse sobre o transporte por ele utilizado. Sugerem-se assim as seguintes questões “O quanto você está satisfeito com o meio de transporte que você utiliza?” e “O quanto você está satisfeito com o serviço de saúde que você utiliza?”, respectivamente.

A questão 14 (Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?) na análise geral enquadrava-se no domínio ambiente, porém, considerando as sub-amostras, o item migra para o domínio psicológico entre os homens e divide-se entre os domínios ambiente e social entre os jovens. Percebeu-se durante a aplicação que os participantes freqüentemente associavam o termo lazer estritamente ao sentido de passeios ou festas, dizendo muitas vezes não ter tempo para essas atividades. Contudo, ir até a esquina conversar com os amigos ou assistir televisão ou ler um livro podem ser consideradas atividades de

lazer, tendo em vista que oferece descontração, divertimento. Por esta razão sugere-se a pergunta “Com que frequência você tem oportunidade de se divertir, fazer o que você gosta?”.

O item 23 (Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?) demonstrou carga fatorial satisfatória no domínio ambiente, mas na análise dos recortes amostrais divide-se entre os domínios social e físico, entre os adultos, e social e ambiente, entre os idosos. Este item refere-se a faceta ambiente no lar do instrumento original. Contudo, durante a aplicação da escala, percebeu-se que frequentemente os participantes entendiam o termo “local onde mora” de forma muito mais ampla, envolvendo não só a sua casa, mas o ambiente em que vivia de modo geral. Para restringir o sentido do enunciado do item ao que se espera nesta faceta sugere-se a pergunta “O quanto você está satisfeito com a casa onde você mora?”. Isto também explica a associação do item ao domínio social por alguns estratos da amostra, visto que, sendo entendido de forma ampla, o local onde mora pode proporcionar diferentes experiências de relações sociais.

A questão 9 (Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos?)) apresentou a menor carga fatorial do domínio meio ambiente. Considerando as sub-amostras, entre os idosos e os moradores do meio rural a questão é encontrada no domínio social. Pode-se entender que para os moradores do meio rural – por haver maior estabilidade populacional, maior rede de vizinhança e maior sentido de identidade proporcionado pelas redes sociais – e para os idosos – aposentados, em sua maioria, têm grande parte do tempo livre e buscam freqüente contato com sua rede social – ambiente saudável pode possuir um conteúdo mais ligado as relações sociais do que ao meio ambiente. Sugere-se para este item que se enfatize na pergunta os aspectos físicos do ambiente “O quanto você está satisfeito com o local onde você mora, com relação ao clima, barulho, poluição?”.

Social

O domínio social originalmente possui três itens, o de número 20 (Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas?)) e 22 (Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?), que nesta análise apresentaram boas cargas do fator social, e o item 21 (Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?), que foi tratado anteriormente. As questões 20 e 22 se mostraram estáveis no fator social em todas as análises dos recortes amostrais. As modificações sugeridas limitam-se a simplificação das questões passando a perguntar-se “O quanto você está satisfeito(a) com suas relações com as pessoas que você convive (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?” e “O quanto você está satisfeito com o apoio que recebe dos seus amigos?”, respectivamente.

A partir das alterações sugeridas, o instrumento final adaptado apresenta-se conforme o Anexo IV.

APÊNDICE B

Adaptação da Escala de Satisfação com a Vida

A escala original para verificar o BES era composta por 48 itens, formando três fatores: Satisfação com a Vida, Afetos Positivos e Afetos Negativos. Porém, ao serem aplicados conjuntamente, percebeu-se que os componentes cognitivo e afetivo do BES não são medidas equivalentes, e assim, passaram a ser abordadas separadamente (Pavot & Diener, 1993).

A Escala de Satisfação com a Vida (ESV) foi elaborada por Diener, Emmons, Larsen e Griffin (1985, apud Pavot & Diener, 1993) para avaliar o julgamento que as pessoas fazem sobre quão satisfeitas encontram-se em suas vidas. É composta por 5 itens, respondidos através de uma escala *likert* variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente).

Ao serem realizadas as análises dos fatores da escala de satisfação com a vida, o *KMO* = 0,802 e o Teste de Esfericidade de Bartlett = 588,832, $p < 0,001$ comprovaram a viabilidade de se realizar uma análise fatorial dos dados. Realizou-se, portanto, uma Análise dos Componentes Principais (PC), fixando apenas um fator. A Tabela 41 apresenta uma melhor visualização da análise fatorial realizada para o construto satisfação com a vida.

Tabela 41

Estrutura Fatorial da Escala de Satisfação com a Vida

ITENS	FATOR I
Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima ao meu ideal.	0,806*
As condições da minha vida são excelentes.	0,888*
Estou satisfeito com minha vida.	0,825*
Dentro do possível, tenho as coisas importantes que quero na vida.	0,794*
Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida.	0,152

*|0,30| (Carga fatorial mínima para interpretação dos fatores)

Pode-se perceber, a unidimensionalidade do construto, apresentando alta carga fatorial nos quatro primeiros itens da Escala de Satisfação com a Vida: Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima ao meu ideal (0,806); As condições da minha vida são excelentes (0,888); Estou satisfeito com minha vida (0,825); Dentro do possível, tenho as coisas importantes que quero na vida (0,794). Já o item 5 (Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida) não atingiu a saturação mínima aceitável de $\pm 0,30$, apresentando carga fatorial 0,152.

O item 5 mostrou-se inadequado para a amostra em questão. Os sujeitos tiveram dificuldade de entendê-lo e de interpretá-lo, pois ao falar em “viver uma segunda vez”, os participantes acabaram relacionando com a idéia de “reencarnação”, fato que os fizeram discordar do item, levando em conta o que suas crenças religiosas pregam, quando se trata de vida após a morte.

Outro fator que impossibilitou a viabilidade do referido item nessa amostra é que a questão de “mudar” alguma coisa na vida deles, em seus pensamentos, não compete a eles, e sim, a fatores externos, como Deus (“eu não mudaria nada, porque se é assim que Deus quer, é assim que deve ser”), classe social (“pobre é pra viver assim mesmo”, “cada um tem o que pode ter”) ou destino (“eu não posso mudar nada, se a vida quis assim”). A questão religiosa não foi abordada objetivamente nesse estudo, mas durante o processo de coleta de dados, ficou claro para os pesquisadores que essas pessoas possuem crenças muito fortes sobre essa questão.

Apesar de o item 5 ter sido o único que não obteve a carga mínima de $\pm 0,30$, pode-se observar a dificuldade dessa amostra também em relação aos itens 1 (Na maioria dos *aspectos*, minha vida é próxima ao meu *ideal*) e 2 (As condições da minha vida são *excelentes*).

Verificou-se que as pessoas tinham problemas para entender o significado de algumas palavras, como: “aspectos” e “ideal”, do primeiro item, e “excelentes” do segundo. Desse modo, se fazia necessário que os pesquisadores utilizassem termos explicativos como estratégia para atingir uma melhor compreensão desses itens por parte dos entrevistados. Um fator que, possivelmente, resultou na inadequação desses itens foi o baixo nível de escolaridade dessas pessoas, visto que a grande maioria nunca frequentou a escola ou não chegou a concluir o 1º grau do ensino fundamental.

A partir da análise fatorial e das discussões apresentadas, foram elaborados itens com o mesmo conteúdo semântico, porém com uma linguagem acessível à realidade da população estudada. Em seguida, foram levadas a campo para proceder a validação semântica da escala. Como resultado, as seguintes modificações são propostas. Sugere-se para o item 5 uma reformulação de modo que o torne mais afirmativo e mais objetivo, portanto: “Se pudesse voltar ao passado, faria tudo do mesmo jeito que fiz”. Propõe-se para o item 1 a afirmação “A minha vida está do jeito que eu gostaria que ela estivesse”. Para o item 2, o termo “excelentes”, pode ser substituído por adjetivos mais próximos do vocabulário dessas pessoas, como “muito boas” ou “ótimas”.

ANEXO I – CONDIÇÕES DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF

MODALIDADES E GRUPOS

GRUPO /MODALIDADE	LIMITES	CUSTEIO	ENCARGOS	BÔNUS ADIMPLÊNCIA	PRAZO	OBSERVAÇÕES
GRUPO A	<u>Investimento</u> R\$ 16,5 mil R\$ 18 mil com ATER	Até 35% associado	1,15% a.a.	40% - s/ ATER 45% - c/ ATER	Até 10 anos total Até 5 carência	Em até duas operações
GRUPO A/C	<u>Custeio</u> De R\$ 500 a R\$ 3 mil + Sobreteto - 30%*	-	2% a. a.	R\$ 200	Até 2 anos Conforme atividade	Até 3 operações Após a contratação do “A”.
GRUPO A novo financiamento (Recuperação)	<u>Investimento</u> até R\$ 6 mil	Até 35% associado	1% a a.	-	Até 10 anos Carência até 3 anos	Assentados da Reforma Agrária ou Beneficiários do crédito fundiário até que 1º /08/ 2002, inclusive egressos do Procerá, adimplentes e que ainda não tomaram financiamento de investimento em Grupo C, D ou E
GRUPO B	Até R\$ 3.000 mil	Até 35% associado	1% a. a.	25% sobre cada parcela	Até 2 anos total	Em quantas operações possíveis desde que não ultrapasse o valor de R\$ 3.000,00e que cada operação não ultrapasse R\$ 1.000,00
GRUPO C	<u>Custeio</u> De R\$ 500 a R\$ 3,0 mil + sobreteto 30% (*) ou 50% (**)	-	4% a. a.	R\$ 200	Até 2 anos Conforme atividade	Até 6 operações com o bônus. Outras, sem o bônus.
	<u>Investimento</u> R\$ 1,5 mil a R\$ 6 mil + sobreteto – 50%**	Até 35% associado	3% a. a.	R\$ 700 fixo	Até 8 anos total. Carência até 3 ou 5 anos	Até 3 operações. Só as duas primeiras com bônus adimplência
GRUPO D	<u>Custeio</u> Até R\$ 6 mil /ano (+) sobreteto – 30%*	-	4% a. a.	-	Até 2 anos	
	<u>Investimento</u> R\$ 18 mil + sobreteto – 50%**	Até 35% associado	3% a. a.	-	Até 8 anos total. Carência até 3 ou 5 anos	
GRUPO E	<u>Custeio</u> - R\$ 28 mil	-	7,25% a. a.	-	Até 2 anos	Os FNE, FNO e FCO definem os encargos financeiros, prazos de pagamento e bônus.
	<u>Investimento</u> R\$ 36 mil	Até 35% associado	7,25% a. a.	-	Até 8 anos total, carência até 3 ou 5 anos	

*sobreteto de 30% para as atividades de produção de arroz, milho, feijão, trigo e mandioca

** sobreteto de 50 % para as atividades de bovinocultura de leite e/ou corte, bubalinocultura, carcinicultura, olericultura, fruticultura ovinocaprinocultura, avicultura, suinocultura e transição agroecológica, obras hídricas.

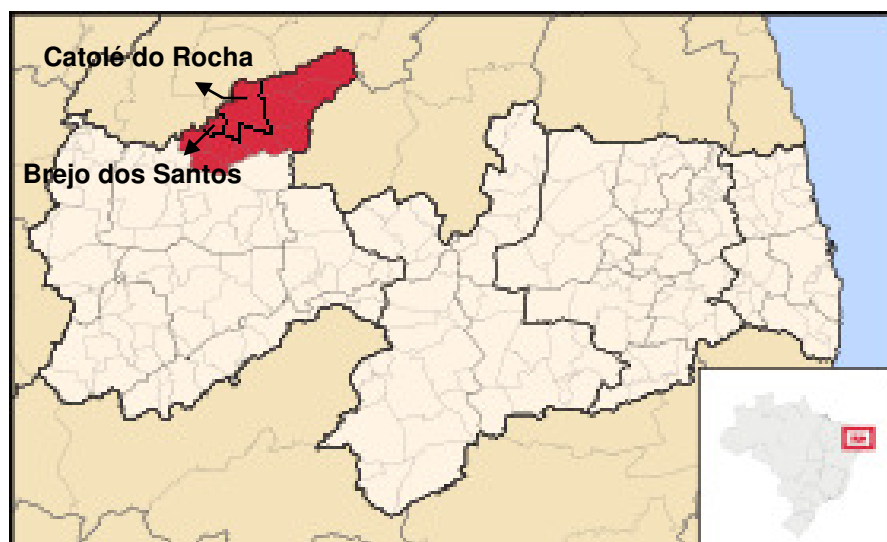
LINHAS ESPECIAIS

LINHA	LIMITES	CUSTEIO	ENCARGOS	BÔNUS ADIMPLÊNCIA	PRAZO	OBSERVAÇÕES
AGROINDÚSTRIA, A/C, B, C, D e E	Individual R\$ 18 mil	-	3% a a.		Até 8 anos total Carência até 3 ou 5 anos	Até 30% para produção. Até 35% capital de giro Até 15% p/ central de gerenciamento
CUSTEIO AGROINDÚSTRIA A, A/C, B, C, D e E	Ind. 5 mil Col./Grupal R\$ 150 mil	-	8,75% a. a.	-	Até 12 meses	Pessoa física pronafiano(a), ou jurídica em que no mínimo 90% dos participantes sejam dos Grupos B, C, D ou E e, no mínimo 70% da matéria prima a industrializar/beneficiar seja de produção própria ou de associado/participante.
PRONAF JOVEM A, A/C, B, C, D, E	<u>Investimento</u> até R\$ 6 mil	Até 35% associado	1% a a.		Até 10 anos Carência até 3 anos	Os(as) Jovens de 16 a 25 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de curso de formação profissional que preencha os requisitos definidos pela SAF/MDA (portaria 30/SAF/2003). ATER obrigatória.
PRONAF MULHER A, A/C, B, C, D, E	<u>Investimento</u> A, A/C, B – R\$ 1000,00 C- R\$ 1,5 mil a R\$ 6 mil D – R\$ 18 mil E – R\$ 36 mil	Até 35% associado	A, A/C- 1%a.a. B-1% a.a. C, D-3%a.a. E-7,25% a a.	A, A/C, B –25% da parcela C – R\$ 700,00	A, A/C e B - Até 2 anos C, D, E - Até 8 anos total. Carência até 3 ou 5 anos	Apenas uma operação de crédito por família. Mulheres dos Grupos A ou A/C precisam que a família já tenha liquidado uma operação de custeio A/C ou C.
SEMI-ÁRIDO A, A/C, B, C e D	até R\$ 6 mil	-	1% a a.	-	Até 10 anos Carência até 3 anos	50% para obras hídricas. Até 2 operações
FLORESTA B, C, D	B – R\$ 1 mil C – R\$ 4 mil D – R\$ 6 mil	-	3% a a.	-	12 anos com OGU e 16 anos FCO, FNO, FNE Carência até 8 anos	Mínimo de 65% liberado no 1º ano, restante – 2º., 3º. e 4º. Anos. ATER obrigatória. O limite do financiamento poderá ser dobrado quando aplicados na Região Norte com recursos do FNO.
AGROECOLOGIA C, D	<u>Investimento</u> C - R\$ 6 mil D - R\$ 18 mil	Até 35% associado	3% a a.	-	Até 8 anos total. Carência até 3 anos	Famílias agricultoras em fase de transição ecológica ou que já utilizam sistemas agroecológicos de produção, conforme normas definidas pela SAF/MDA; ou ainda que produzam produtos orgânicos segundo as normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA. Até 2 operações
COTAS-PARTES B, C, D ou E	Ind. R\$ 5.000,00	-	8,75% a. a.	-	Até 6 anos para investimento fixo e até 3 anos para os demais casos	Pronafianos filiados à cooperativa de produção rural em que no mínimo 90% dos sócios ativos sejam agricultores familiares e com patrimônio líquido mínimo de R\$ 50 mil e máximo de R\$ 3 milhões e até um ano de funcionamento.

ANEXO II - MAPAS

M
E
S
O
R
R
E
G
I
Õ
E
S

D
A
P
A
R
A
Í
B
AM
I
C
R
O
R
R
E
G
I
Ã
O

D
O
C
A
T
O
L
Ê

*Em destaque os municípios Catolé do Rocha e Brejo dos Santos

M
I
C
R
O
R
R
E
G
I
Ã
O

D
O
B
R
E
J
O

P
A
R
A
Í
B
A
N
O

*Em destaque o município de Areia

ANEXO III

CERTIDÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA-UFPB
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY-HULW
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

CERTIDÃO

Com base na Resolução nº 196/96 do CNS/MS que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba, em sua sessão realizada dia 25/08/09, após análise do parecer do relator, resolveu considerar APROVADO o projeto de pesquisa intitulado AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NA QUALIDADE DE VIDA DE JOVENS AGRICULTORES. Protocolo CEP/HULW Nº. 099/09, da pesquisadora CHARLENE NAYANA NUNES ALVES GOUVEIA.

Solicitamos enviar ao CEP/HULW, um resumo sucinto dos resultados em CD, no final da pesquisa.

João Pessoa 26 de agosto 2009.

Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética
em Pesquisa - CEP/HULW

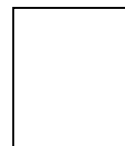
Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-HULW

ANEXO IV**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Fazemos parte do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural e Avaliação de Programas Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada *Avaliação do impacto do PRONAF na Qualidade de Vida e no Bem-estar Subjetivo dos agricultores do Ambiente Rural da Paraíba* orientada pelo Prof. Dr. Francisco José Batista de Albuquerque.

Vale ressaltar que não haverá nenhum custo financeiro, risco, desconforto ou incômodo adicional. Os participantes não serão identificados e será mantido o sigilo de todas as informações fornecidas nos questionários. Este terá total liberdade para optar ou não por participar da pesquisa.

Estaremos a disposição para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir durante o processo de coleta de dados, como também fornecer informações sobre os resultados obtidos.



Identificação
Dactiloscópica

Francisco José Batista de Albuquerque
Coordenador da pesquisa

Participante

Telefone para contato: (83) 3216-7675

Testemunha
(Caso o participante seja analfabeto)

ANEXO V

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA - ADAPTADA

1. Como você avaliaria sua qualidade de vida?
<i>Muito ruim 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Muito Boa</i>
2. O quanto você está satisfeito(a) com a sua saúde?
<i>Muito Insatisfeito 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Muito Satisfeito</i>
3. Em que medida você se sente bem fisicamente?
<i>Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Extremamente</i>
4. O quanto você precisa tomar remédio no seu dia-a-dia?
<i>Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Extremamente</i>
5. O quanto você experimenta sentimentos positivos em sua vida, como alegria, felicidade?
<i>Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Extremamente</i>
6. Em que medida você acha que a sua vida é importante?
<i>Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Extremamente</i>
7. Em que medida você consegue se concentrar, prestar atenção nas suas atividades?
<i>Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Extremamente</i>
8. Em que medida você está satisfeito(a) com a sua capacidade de aprender novas informações?
<i>Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Extremamente</i>
9. Em que medida você considera seguro o lugar onde você mora?
<i>Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Extremamente</i>
10. O quanto você está satisfeito com o local onde você mora, com relação ao clima, barulho, poluição?
<i>Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Extremamente</i>
11. Em que medida você tem disposição para fazer suas atividades diárias?
<i>Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Completamente</i>
12. O quanto você está satisfeito com sua aparência física?
<i>Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Completamente</i>
13. O quanto você está satisfeito(a) com sua situação financeira?
<i>Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Completamente</i>
14. O quanto você se sente bem informado (a)?

Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Completamente*

15. Com que frequência você tem oportunidade de se divertir, fazer o que você gosta?

Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Completamente*

16. Como você avalia o seu sono?

Muito Insatisfeito 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Muito Satisfeito*

17. O quanto você está satisfeito (a) com sua capacidade de fazer as atividades do seu dia-a-dia?

Muito Insatisfeito 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Muito Satisfeito*

18. Quanto você está satisfeito (a) com a sua capacidade para o trabalho?

Muito Insatisfeito 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Muito Satisfeito*

19. O quanto você está satisfeito com você mesmo?

Muito Insatisfeito 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Muito Satisfeito*

20. O quanto você está satisfeito(a) com suas relações com as pessoas que você convive (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?

Muito Insatisfeito 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Muito Satisfeito*

21. O quanto você está satisfeito com suas relações afetivas, seus relacionamentos amorosos?

Muito Insatisfeito 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Muito Satisfeito*

22. O quanto você está satisfeito com seus relacionamentos íntimos?

Muito Insatisfeito 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Muito Satisfeito*

23. . O quanto você está satisfeito com o apoio que recebe dos seus amigos?

Muito Insatisfeito 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Muito Satisfeito*

24. O quanto você está satisfeito com a casa onde você mora?

Muito Insatisfeito 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Muito Satisfeito*

25. O quanto você está satisfeito com o serviço de saúde que você utiliza?

Muito Insatisfeito 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Muito Satisfeito*

26. O quanto você está satisfeito com o meio de transporte que utiliza?

Muito Insatisfeito 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Muito Satisfeito*

27. O quanto você experimenta sentimentos negativos em sua vida, como ansiedade, tristeza, preocupação?

Nunca 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 *Sempre*

ANEXO VI
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA

WHOQOL - ABREVIADO
 Versão em Português
 PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL
 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
 GENEBRA

Instruções

Este questionário é sobre como você se sente a respeito de sua qualidade de vida, saúde e outras áreas de sua vida. **Por favor, responda a todas as questões.** Se você não tem certeza sobre que resposta dar em uma questão, por favor, escolha entre as alternativas a que lhe parece mais apropriada. Esta, muitas vezes, poderá ser sua primeira escolha.

Por favor, tenha em mente seus valores, aspirações, prazeres e preocupações. Nós estamos perguntando o que você acha de sua vida, tomando como referência as **duas últimas semanas**. Por exemplo, pensando nas últimas duas semanas, uma questão poderia ser:

	nada	muito pouco	médio	muito	completamente
Você recebe dos outros o apoio de que necessita?	1	2	3	4	5

Você deve circular o número que melhor corresponde ao quanto você recebe dos outros o apoio de que necessita nestas últimas duas semanas. Portanto, você deve circular o número 4 se você recebeu "muito" apoio como abaixo.

	nada	muito pouco	médio	muito	completamente
Você recebe dos outros o apoio de que necessita?	1	2	3	4	5

Você deve circular o número 1 se você não recebeu "nada" de apoio.

Por favor, leia cada questão, veja o que você acha e circule no número e lhe parece a melhor resposta.

		Muito ruim	Ruim	Nem boa nem ruim	Boa	Muito boa
1	Como você avaliaria sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5

		Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
2	Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?	1	2	3	4	5

As questões seguintes são sobre **o quanto** você tem sentido algumas coisas nas últimas duas semanas.

		Nada	Muito pouco	Mais ou Menos	Bastante	Extremamente
3	Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	1	2	3	4	5
4	O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	1	2	3	4	5
5	O quanto você aproveita a vida?	1	2	3	4	5
6	Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	1	2	3	4	5
7	O quanto você consegue se concentrar?	1	2	3	4	5
8	Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?	1	2	3	4	5
9	Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão completamente** você tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas nestas últimas duas semanas.

		Nada	Muito pouco	Médio	Muito	Completamente
10	Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
11	Você é capaz de aceitar sua aparência física?	1	2	3	4	5
12	Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	1	2	3	4	5
13	Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
14	Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão bem ou satisfeito** você se sentiu a respeito de vários aspectos de sua vida nas últimas duas semanas.

		Muito ruim	Ruim	Nem boa nem ruim	Boa	Muito boa
15	Quão bem você é capaz de se locomover?	1	2	3	4	5

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
16	Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?	1	2	3	4	5
17	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
18	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?	1	2	3	4	5
19	Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?	1	2	3	4	5
20	Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	1	2	3	4	5
21	Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?	1	2	3	4	5
22	Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	1	2	3	4	5
23	Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	1	2	3	4	5
24	Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	1	2	3	4	5
25	Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	1	2	3	4	5

As questões seguintes referem-se a **com que frequência** você sentiu ou experimentou certas coisas nas últimas duas semanas.

		Nunca	Algumas vezes	Freqüentemente	Muito freqüentemente	Sempre
26	Com que freqüência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?	1	2	3	4	5

Alguém lhe ajudou a preencher este questionário?.....

Quanto tempo você levou para preencher este questionário?.....

Você tem algum comentário sobre o questionário?

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

ANEXO VII

ESCALA DE AFETOS POSITIVOS E NEGATIVOS – ADAPTADA

Instruções: A seguir você encontrará uma lista com nove estados emocionais. Para cada um deles, pedimos que indique o quanto você o tem experimentado *ultimamente*. Faça isso escrevendo um número no espaço ao lado de cada emoção/adjetivo, segundo a escala de respostas abaixo, de acordo com a sua opinião. Os dados serão analisados coletivamente impedindo a identificação pessoal, portanto, lhe pedimos que seja o mais sincero e honesto possível nas suas respostas porque isto é muito importante para nós.

Nada 0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10 Extremamente

01. _____ Feliz

06. _____ Divertido

02. _____ Deprimido

07. _____ Preocupado

03. _____ Satisfeito

08. _____ Infeliz

04. _____ Frustrado

09. _____ Alegre

05. _____ Raivosos

ANEXO VIII

ESCALA DE AFETOS POSITIVOS E NEGATIVOS – ORIGINAL

Instruções: A seguir você encontrará uma lista com nove **estados emocionais**. Para cada um deles, pedimos que **indique o quanto você o tem experimentado ultimamente**. Faça isso escrevendo um número no espaço ao lado de cada emoção/adjetivo, segundo a escala de respostas abaixo, de acordo com a sua opinião. Por favor, seja o mais sincero e honesto possível nas suas respostas.

1	2	3	4	5	6	7
Nada	Muito pouco	Pouco	Mais ou menos	Bastante	Muito	Extremamente

- 01. _____ Feliz
- 02. _____ Deprimido
- 03. _____ Satisfeito
- 04. _____ Frustrado
- 05. _____ Raivoso
- 06. _____ Divertido
- 07. _____ Preocupado
- 08. _____ Infeliz
- 09. _____ Alegre

ANEXO IX

ESCALA DE SATISFAÇÃO COM A VIDA – ADAPTADA

Instruções: Abaixo você encontrará cinco afirmações com as quais pode ou não concordar.

Usando a escala de respostas a seguir, que vai de 1 a 10, indique o quanto pode ou não concordar com cada uma, escreva um número no espaço ao lado da afirmação, segundo sua opinião. Por favor, seja o mais sincero e honesto possível nas suas respostas.

Nada	0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10	Extremamente
------	--	--------------

01. _____ A minha vida está do jeito que eu gostaria que ela estivesse.
02. _____ As condições da minha vida são excelentes.
03. _____ Estou satisfeito(a) com minha vida.
04. _____ Tenho as coisas importantes que quero na vida.
05. _____ Se pudesse voltar ao passado, faria tudo do mesmo jeito que fiz.

ANEXO X**ESCALA DE SATISFAÇÃO COM A VIDA – ORIGINAL**

Instruções: Abaixo você encontrará cinco afirmações com as quais pode ou não concordar. Usando a escala de respostas a seguir, que vai de 1 a 7, indique o quanto pode ou não concordar com cada uma, escreva um número no espaço ao lado da afirmação, segundo sua opinião. Por favor, seja o mais sincero e honesto possível nas suas respostas.

7 = Concordo Totalmente

6 = Concordo

5 = Concordo Ligeiramente

4 = Nem concordo nem discordo

3 = Discordo Ligeiramente

2 = Discordo

1 = Discordo Totalmente

05. _____ Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima ao meu ideal.

06. _____ As condições da minha vida são excelentes.

07. _____ Estou satisfeito(a) com minha vida.

08. _____ Dentro do possível, tenho as coisas importantes que quero na vida.

05. _____ Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida.

ANEXO XI

QUESTIONÁRIO BIO-SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

PRONAF

() NÃO () SIM

Tipo: _____

1. Cidade: _____ () Zona da mata () Sertão

2. Sexo: () Feminino () Masculino

3. Idade: _____

4. Estado civil: () casado () viúvo () divorciado () solteiro () outro

5. Escolaridade:

() 1º grau completo	() 2º grau completo	() 3º grau completo
() 1º grau incompleto	() 2º grau incompleto	() 3º grau incompleto
() não tem estudos	() pós-graduação	

6. O lugar onde mora é: () próprio () alugado () outro: _____

7. Quantas pessoas moram na sua casa?

a) _____ pai

b) _____ mãe

c) _____ irmãos

d) _____ parceiro (a)

e) _____ filhos

f) _____ outros descrever: _____

8. Trabalha:

() Não

() Sim Qual a sua atividade: _____

Quantas horas por dia: _____

9. Somando a renda de todos que moram na sua casa, qual é a renda familiar mensal?

10. De onde vem esse dinheiro? (Indique o valor em cada espaço)

Trabalho: _____ seu _____ dos filhos _____ dos irmãos _____ outros membros da família

Aposentadoria: _____ sua _____ do cônjuge _____ dos pais _____ outros membros da família

Pensão: _____ sua _____ do cônjuge _____ dos filhos _____ outros membros da família

11. Você recebe algum programa social?

() Não () Sim Qual? _____

Quanto recebe? _____

12. Na sua casa você tem:

() carro	() trator	() antena parabólica
() moto	() carroça	() máquina de lavar roupa
() televisão	() geladeira	() fogão
() telefone fixo	() computador	
() celular	() microondas	

13. Sua família possui criação de animais?

() Não () Sim

14. Qual o tipo da criação e quantos animais você possui?

() gado _____	() burro _____	() cavalo _____
() cabras _____	() porcos _____	() _____
() galinhas _____	() ovelhas _____	Outros _____

15. O senhor (a) possui alguma propriedade agrícola (sítio)?

() Não () Sim Qual o tamanho da terra? _____ hectares

16. Quando você não tem nada para fazer, como gosta de ocupar seu tempo livre?

() Indo à igreja
 () Rezando/orando
 () Lendo
 () Ouvindo música
 () Assistindo televisão
 () Encontrando os amigos
 () Saindo com a família
 () Indo a festas
 () Praticando Esporte (.....) Outro

17. Se pudesse atribuir uma nota para a vida que leva aqui, qual nota você daria?

0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10
--

ANEXO XII**AVALIAÇÃO DO PRONAF – Com participantes do programa**

1. Já estudou em escola técnica? () Não () Sim Qual o curso? _____

2. Há quanto tempo trabalha com agricultura? _____

3. O que você planta é destinado para o comércio ou para o consumo da sua família?

4. Qual a sua função nesse processo: planta, colhe, vende, etc?

5. Qual a importância do seu trabalho para sua família?

6. Qual a importância do seu trabalho na sua vida?

7. Você acha que o seu trabalho é valorizado pelas outras pessoas?

8. Durante o período de seca, quais são as estratégias que vocês utilizam para sobreviver?

9. Durante o período de chuvas, quais são as estratégias que vocês utilizam para sobreviver?

10. Como você ficou sabendo do PRONAF?

11. Alguém que você conhece já fez o PRONAF?

12. Quanto tempo faz que pediu o empréstimo? _____

13. Quantas vezes você pediu o empréstimo do PRONAF? _____

14. Quanto você recebeu no empréstimo? _____

15. Como usou o dinheiro concedido pelo PRONAF?

16. Caso não houvesse recebido este dinheiro, o que teria deixado de fazer (comprar)?

17. O que te levou a participar do PRONAF?

18. Foi difícil conseguir esse empréstimo?

19. O que mudou nas suas condições de trabalho depois que você recebeu o PRONAF?

20. Essas mudanças foram positivas ou negativas?

21. O que mudou na sua vida depois que você recebeu o PRONAF?

23. Essas mudanças foram positivas ou negativas?

24. Se não tivesse o PRONAF mudaria alguma coisa na sua vida?

25. Como você avalia o PRONAF?

0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10
--

26. Você indicou ou indicaria o PRONAF para as pessoas que você conhece? Por quê?

27. Na sua opinião, o que o PRONAF tem de melhor?

28. E o que o PRONAF tem de pior?

29. Se você pudesse mudar alguma coisa nesse programa, o que você mudaria?

30. Você participaria de novo do PRONAF? Por quê?

31. Este dinheiro do PRONAF deve ser pago ou é dado pelo governo?

32. Você terminou de pagar o empréstimo que recebeu do PRONAF? () Sim () Não

33. Sentiu (está sentindo) dificuldade para pagar o empréstimo?

PARA QUEM JÁ TERMINOU DE PAGAR

34. Conseguiu pagar dentro do prazo determinado? _____

PARA QUEM AINDA NÃO TERMINOU DE PAGAR QUESTÕES 33 A 37:

35. Quanto do empréstimo ainda falta pagar? _____

36. Como vai fazer para pagar?

37. Qual é o prazo que você tem para terminar de pagar o empréstimo que recebeu?

38. Você acha que vai conseguir terminar de pagar o PRONAF no prazo que foi determinado?

39. Quando você pretender terminar de pagar o PRONAF?

ANEXO XIII**AVALIAÇÃO DO PRONAF – Com quem não participa do programa**

1. Já estudou em escola técnica? () Não () Sim Qual o curso? _____

2. Há quanto tempo trabalha com agricultura? _____

3. O que você planta é destinado para o comércio ou para o consumo da sua família?

4. Qual a sua função nesse processo: planta, colhe, vende, etc?

5. Qual a importância do seu trabalho para sua família?

6. Qual a importância do seu trabalho na sua vida?

7. Você acha que o seu trabalho é valorizado pelas outras pessoas?

8. Durante o período de seca, quais são as estratégias que vocês utilizam para sobreviver?

9. Durante o período de chuvas, quais são as estratégias que vocês utilizam para sobreviver?

10. Você conhece o PRONAF? () Não () Sim

11. Como funciona este programa?

12. Como você ficou sabendo do PRONAF?

13. Alguém que você conhece já fez o PRONAF?

15. Você teve oportunidade de fazer o PRONAF?

16. Por que você não fez o PRONAF?

17. Se você tivesse o PRONAF acha que mudaria alguma coisa na sua vida?

18. Como você avalia o PRONAF?

0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10
--

19. Na sua opinião, o que o PRONAF tem de melhor?

20. E o que o PRONAF tem de pior?

21. Se você pudesse mudar alguma coisa nesse programa, o que você mudaria?

ANEXO XIV**AVALIAÇÃO DO PRONAF – Com atores sociais**

1. Você conhece o PRONAF? () Não () Sim

2. Como funciona este programa?

3. Como você ficou sabendo do PRONAF?

4. Alguém que você conhece já fez o PRONAF? Comentou com você?

5. Alguém mais da sua família tem PRONAF? Comentou com você?

6. Como você avalia o PRONAF?

0-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10
--

7. O que você vê de positivo neste programa?

8. O que você vê de negativo neste programa?

9. Se você pudesse, você faria parte desse programa? Por que?

10. O que você acha que o PRONAF trouxe para a vida dos beneficiados?

11. O PRONAF exerceu alguma influência na sua vida? De que forma?
